

RELATÓRIO DE GESTÃO
2018

Corregedoria Geral da Justiça
AMAZONAS

Corregedor-Geral da Justiça
Desembargador Marcelo Carvalho Silva

Juízes Auxiliares da Corregedoria
Jaqueline Reis Caracas (Serventias Extrajudiciais)
Maria Francisca Gualberto de Galiza
Raimundo Moraes Bogea
Stela Pereira Braga Muniz
Kariny Reis Bogéa Santos (Coordenador de Planejamento Estratégico)
João Francisco Gonçalves Rocha (Coordenadoria dos Juizados Especiais)

Juiz Diretor da Corregedoria
Marcelo Silva Moreira

Juiz Diretor do Fórum de São Luís
Diva Maria de Barros Mendes



Corregedor-Geral da Justiça
Desembargador Marcelo Carvalho Silva

PALAVRA DO CORREGEDOR

Chegamos ao final do primeiro ano de gestão deste biênio, ano em que atuamos em parceria com diversas instituições e irmanados com a presidência do nosso Tribunal, na certeza de que é esse o melhor caminho para tornar o Poder Judiciário mais próximo do cidadão.

Implantamos o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, que já atendeu 47 unidades de 23 comarcas, com medidas imediatas de melhoria e orientações sobre novas rotinas e procedimentos de gestão processual. Procuramos apoiar os servidores e magistrados da Justiça de 1º Grau, visitando quase 30 comarcas entre visitas estratégicas e de cortesia, em especial aquelas que apresentavam as maiores taxas de congestionamento.

Com a Presidência do Tribunal, inauguramos o programa televisivo do Poder Judiciário, uma ferramenta muito importante no objetivo de levar o nosso trabalho e informações até o cidadão comum. Uma parceria firmada com o PROCON permitiu a instalação de um posto de atendimento do órgão dentro do Fórum de São Luís, facilitando o acesso do cidadão aos serviços de informação e conciliação.

Regularizamos e atualizamos diversas situações administrativas e processuais, tanto no âmbito da Justiça de 1º Grau quanto das Serventias Extrajudiciais, buscando desburocratizar determinados atos para tornar mais céleres procedimentos de interesse do cidadão.

Apoiamos as ações da Coordenadoria Estadual da Mulher do TJMA, como as Semanas da Justiça pela Paz em Casa, em respeito ao nosso compromisso em priorizar o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, problema que se apresenta em dados alarmantes no nosso Estado.

Realizamos o "1º Mega Leilão Estadual de Veículos Automotores", que disponibilizou 562 veículos para alienação, entre caminhões, caminhonetes, motos e reboques, alcançando a venda de 98% dos bens e apurando o total de R$ 1.645.000,00. Com essa medida, aumentamos a arrecadação do Poder Judiciário e abrimos espaço físico nos fóruns do interior, que se encontravam abarrotados de veículos em situação de abandono.

Atentos à função institucional de fiscalização das serventias extrajudiciais, buscamos aprimorar os atos normativos que envolvem a atividade. Por exemplo, estabelecemos regras mais objetivas e específicas quanto à gestão de serventias ocupadas por interinos ou interventores.

A Portaria Conjunta N° 8/2018 determinou que os serventuários extrajudiciais devem encaminhar trimestralmente à Corregedoria as certidões de regularidade trabalhista, previdenciária, social e fiscal, relativas ao recolhimento de valores do FGTS e ao INSS, Imposto de Renda e ISS. Em 2018, a arrecadação das serventias em interinidade alcançou a marca de 9 milhões e 300 mil reais, de acordo com dados do Ferj, um aumento de 153% em relação anterior.

O combate ao sub-registro no estado do Maranhão também foi uma prioridade da Corregedoria em 2018, por meio da ampliação dos postos de registro civil e dos mutirões para emissão do documento.

Por meio do Provimento N° 18/2018, a Corregedoria estabeleceu que todos os municípios do Maranhão onde exista estabelecimento de saúde que realize a partir de 300 partos por ano devem instalar postos avançados de registro civil. Somente este ano, nove postos de registros civil foram instalados em maternidades da capital e do interior, por meio de parceria com a Secretaria Estadual de Direitos Humanos e as Serventias Extrajudiciais.

Também importantes para o combate ao subregistro foram os Provimentos N° 28/2018 e 32/2018, estabelecendo procedimentos unificados em relação aos pedidos de registro de nascimento tardio, e permitindo que as restaurações de nascimento e casamento possam ser feitas diretamente nas serventias de Registro Civil, independentemente de apreciação judicial. A nossa Corregedoria passou a integrar o Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais da Justiça da região Matopiba, formado pelos corregedores do Tocantins, do Piauí, e da Bahia, com o objetivo de discutir os problemas fundiários comuns aos quatro estados.

Neste relatório, apresentamos estas e outras ações desenvolvidas durante este ano, segundo o Plano de Gestão da CGJ-MA para o biênio 2018/2019.

Em 2019, contamos com o apoio de todos para continuarmos a fortalecer e aprimorar a Justiça de 1º Grau, assim como melhorar o atendimento do cidadão pelas serventias extrajudiciais.

INDICE

1. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO ____ 05
1.1. Planejamento e Gestão ____ 07
1.2. Aprimoramente da Justiça de 1º Grau ____ 18
1.3. Extrajudicial e Combate ao Sub-registro ____ 39
1.4. Diálogo e Integração ____ 52
1.5 Relatório de Mídias ____ 69
2. FÓRUM DE SÃO LUIS ____ 70
3. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA ____ 93
4. COORDENAÇÃO E SECRETARIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS_ 96
5. COORDENADORIA ADMINISTRATIVA ____ 100
6. COORDENADORIA DAS SERVENTIAS ____ 102
7. COORDENADORIA DE FINANÇAS E DE PESSOAL ____ 105
8. COORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO E APRIMORAMENTO DAS MEDIDAS CAUTELARES PENAIS E EXECUÇÃO CRIMINAL ____ 113
9. COORDENADORIA DE RECLAMAÇÕES E PROCESSOS DISCIPLINARES ____ 117
10. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ____ 121
11. ASSESSORIA DE INFORMÁTICA DA CGJ ____ 130
12. DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DOS JUÍZES ____ 132
13. DIVISÃO DE CORREIÇÕES E INSPEÇÕES ____ 136
14. DIVISÃO DE ESTATÍSTICA ____ 139
15. DIVISÃO DE GESTÃO E CONTROLE DOCUMENTAL ____ 143
16. SUPERVISÃO DE ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS SOB INTERINIDADE ____ 145
17. METAS NACIONAIS DO SERVIÇO EXTRAJUDICIAL ____ 147



ASSESSORIA DE
COMUNICAÇÃO

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

JANEIRO



15.01.2018

PRIORIDADE | Corregedoria avalia situação dos Juizados Especiais do Estado

O então coordenador dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, juiz Marcelo Libério, realizou uma série de visitas aos Juizados Especiais da Capital para avaliar o funcionamento, as instalações e verificar as principais necessidades dessas unidades judiciais. O magistrado visitou diversos juizados da região metropolitana da capital durante o mês de janeiro, verificando com os juízes as reais necessidades e procedendo ao encaminhamento das demandas para as devidas providências.

Segundo o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, garantir boas condições de trabalho e funcionamento nos juizados do Maranhão é uma das prioridades de sua gestão à frente da CGJ-MA, considerando que essas unidades judiciais são a principal porta de entrada das demandas de interesse da população em geral.

MARÇO

13.03.2018

RESÍDUOS | Depósito da CGJ destina quase 450 quilos de material para reciclagem

O Depósito Judicial da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) repassou 441 quilos de resíduos sólidos - lixo eletrônico (281 kg), papelão (130 kg), papel (20 kg) e ferro (10 kg) - à Cooperativa de Reciclagem de São Luís (Coopresl), por meio do Núcleo de Gestão Socioambiental do Tribunal de Justiça, para que o material tenha uma destinação adequada aos princípios de sustentabilidade ambiental. O Depósito Judicial abriga materiais apreendidos por meio de processos judiciais e delegacias.

Segundo o corregedor-geral, a destinação correta de bens depositados é uma das prioridades da sua gestão à frente da CGJ, buscando evitar a deterioração dos materiais e permitir uma utilidade aos espaços físicos.

FEVEREIRO

05.02.2018



CELERIDADE | CGJ avalia proposta de ampliação da Secretaria Digital para as varas cíveis da capital

Os juízes auxiliares e servidores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) apresentaram ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, estudo relacionado ao índice de congestionamento processual das dezesseis varas cíveis de São Luís, que reuniam à época um acervo geral ativo de 84.713 processos, entre físicos e eletrônicos. O levantamento fez parte da proposta geral para apresentação aos juízes titulares das unidades cíveis sobre a implantação da Secretaria Única Digital das Varas Cíveis (SEJUD CÍVEL).

A ideia é que a SEJUD reúna, a exemplo do que já acontece na unidade digital da Fazenda Pública, exclusivamente os processos eletrônicos.

Segundo o levantamento apresentado, estima-se que a SEJUD das varas cíveis dobre o quantitativo de tarefas/mês que são realizadas nos processos eletrônicos, considerando a experiência exitosa verificada na Secretaria Digital das Varas da Fazenda Pública. Com a SEJUD, as secretarias das unidades cíveis passariam a concentrar esforços no cumprimento dos processos físicos.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

ABRIL

CGJ-MA lança Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual

11.04.2018

Com o objetivo de desenvolver ações efetivas que possam contribuir para a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual na Justiça de 1º Grau do Maranhão, a Corregedoria lançou o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP) durante visita realizada na comarca de Barreirinhas, com a entrega do Programa e Plano de Ações ao juiz titular da comarca, Fernando Jorge Pereira.

O PTECP faz parte do Planejamento Estratégico da CGJ-MA, para ser executado nas comarcas que possuem com as maiores taxas de congestionamento no Estado. O Programa também atende ao macrodesafio ligado à celeridade e produtividade, definido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ser buscado até 2020 pelo Poder Judiciário.

O Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual é desenvolvido em duas frentes: a primeira dirigida a todas as unidades da Justiça de 1º Grau e consistente na sensibilização e incentivo dos juízes e magistrados a continuarem buscando a diminuição do acervo processual; e a segunda voltada às unidades mais sobrecarregadas/congestionadas, por meio do suporte necessário para que tenham condições de alcançar melhores resultados.

Em 2018, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) executou medidas do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PTECP) em 23 comarcas do Estado, totalizando 47 unidades judiciais atendidas.

23.04.2018

CONTADORIAS | CGJ-MA normatiza procedimentos para elaboração de cálculos judiciais

Por meio do Provimento Nº 9/2018, a Corregedoria Geral da Justiça normatizou os procedimentos relativos à elaboração de cálculos judiciais pelos serviços de contadorias judiciais, no âmbito do Poder Judiciário estadual. O provimento, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, considerou a necessidade de dirimir dúvidas, uniformizar procedimentos e delimitar a metodologia dos cálculos apurados pelos contadores judiciais.

O Provimento traz os critérios a serem seguidos para elaboração da memória de cálculo; índices de correção monetária para diferentes tipos de condenação; juros moratórios; entre outros. Para a correção monetária, nos cálculos judiciais, devem ser utilizados, caso não haja disposição em contrário na decisão judicial, índices que constam das tabelas de fatores de atualização monetária concebidas pelo especialista Gilberto Melo, reconhecido nacionalmente na matéria. As tabelas elaboradas por ele vêm sendo adotadas por diversos Tribunais desde a realização do XI Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal, realizado em São Luís (MA), em agosto de 1997.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

MAIO

02.05.2018

MUTIRÃO | Corregedoria institui Semanas de Baixa Processual e Selo Unidade Destaque

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) publicou os Provimentos Nº 10/2018 e Nº 11/2018, que instituem, respectivamente, as Semanas de Baixas Processuais e o Selo "Unidade Destaque em Baixa Processual". As Semanas de Baixas Processuais acontecm em formato de mutirão em todas as unidades judicais de primeiro grau, na segunda semana dos meses de junho e novembro de cada ano. Já o Selo "Unidade Destaque em Baixa Processual" reconhece as unidades que se destacarem na diminuição da taxa de congestionamento processual durante o ano.

A instituição da Semana da Baixa Processual (Prov. Nº 10/2018) considerou, entre outros, a necessidade de concentrar esforços para uma prestação jurisdicional mais célere; a taxa de congestionamento evidenciada pelo Relatório Justiça em Números 2017/Ano-base 2016, do CNJ; que uma das metas prioritárias do Poder Judiciário é a efetiva redução do estoque de processos; e o princípio constitucional da duração razoável do processo.

Já o Provimento Nº11/2018 considera, entre outros, a Política Nacional de Atenção Prioritária da Justiça de 1º Grau; o Planejamento Estratégico da Corregedoria; as metas anuais de produtividade; e o papel da CGJ de zelar pelo aprimoramento da Justiça de 1º Grau.

16.05.2018

PLANEJAMENTO | Corregedoria Geral da Justiça publica Plano de Gestão para o biênio 2018/2019

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) publicou o Plano de Gestão do órgão para o biênio 2018-2019. O documento traz os objetivos, as metas e as ações a serem implantados no período – algumas já em andamento –, propondo uma gestão compartilhada entre magistrados e servidores, além de parcerias com as demais instituições essenciais à Justiça, e contemplando tanto a continuidade de ações implantadas por corregedores anteriores, como novas medidas e projetos que visam ao alcance de melhores resultados pelas Justiça de 1º Grau e serventias extrajudiciais.

A Justiça, Credibilidade, Celeridade, Modernidade, Acessibilidade, Transparência, Responsabilidade Social e Ambiental, Imparcialidade, Ética, Comprometimento, Probidade e Valorização das Pessoas são os atributos de valor à sociedade que foram considerados no Planejamento.

O primeiro macrodesafio é a Garantia dos Direitos da Cidadania, que tem os objetivos de ampliar o acesso à Justiça na sociedade maranhense; empreender esforços em busca da erradicação do sub-registro civil no Estado; adequar o atendimento dispensado a crianças e adolescentes; e contribuir para a regularização fundiária nas Comarcas do Estado do Maranhão.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

JUNHO

06.06.2018

PROVIMENTO | Judiciário regulamenta destinação de bens apreendidos por meio de inquéritos ou ações penais

Bens e objetos apreendidos no curso de investigações policiais ou processos penais podem ser destinados a depósito, doação, destruição ou alienação antecipada (art. 144-A do CPP). É o que dispõe o Provimento Nº 16/2018, assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

Segundo o Provimento, ao receber a informação de que bens e objetos relacionados a fatos criminosos foram apreendidos pela autoridade policial - nos quais intervenham ou devam intervir os juízos de primeiro grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão -, o juiz de direito decidirá a respeito de sua destinação imediata.

A edição do Provimento Nº 16/2018 considerou a elevada quantidade de bens apreendidos existentes em delegacias de Polícia Civil e nos depósitos públicos das comarcas do Maranhão, vinculados a inquéritos policiais ou processos penais, muitos dos quais persistem depositados indefinidamente, mesmo depois do término dos respectivos processos, ocasionando sua deterioração e imprestabilidade para o fim a que se destinam. A situação foi constatada pelo corregedor-geral durante visita ao Depósito e Arquivo Judicial da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

11 a 15.06.2018

MUTIRÃO | Unidades judiciais do Maranhão baixaram mais de 32 mil processos durante Semana de Baixa

No período de 11 a 15 de junho, as unidades judiciais da Justiça de 1º Grau do Maranhão baixaram o total de 32.353 processos, que foram arquivados definitivamente e retirados dos acervos de 266 unidades judiciais, entre varas e juizados de todo o Estado. O procedimento de baixa processual ocorre com a retirada dos processos judiciais de forma definitiva dos sistemas, em razão de arquivamento.

O número é resultado da primeira Semana de Baixa Processual, instituída pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) por meio Provimento Nº 10/2018, que faz parte do Programa de Enfrentamento daTaxa de Congestionamento Processual.

Segundo o relatório, os processos baixados que já estavam julgados representaram 83,64% (27002 processos) do total de baixados, e 16,54% foram processos não julgados (5351) – duplicidades, declinações de competência, inquéritos, etc.

O resultado durante a Semana de Baixa representou em média 6470 processos baixados por dia, número quase cinco vezes maior do que a média diária registrada nos quatro semestres de 2016 e 2017.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

JULHO

10.07.2018

ORGANIZAÇÃO | Corregedoria regulamenta realização de atos ordinatórios pelas Secretarias Judiciais

Com o objetivo de conferir maior celeridade aos processos judiciais na Justiça de 1º Grau do Estado, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do Provimento Nº 22/2018, regulamentou a prática de determinados atos judiciais (sem cunho decisório) a serem executados exclusivamente pelos secretários judiciais e/ou servidores autorizados, nas unidades judiciais de 1º Grau do Estado. A medida não impede regulamentação própria e/ou complementar pelo juiz da unidade judiciária, segundo a necessidade da sua competência específica.

O Provimento considerou os princípios constitucionais da eficiência na prestação dos serviços públicos de qualquer natureza e da razoável duração do processo; normas contidas na Constituição Federal e no Código de Processo Civil, que legitimam os servidores à prática de atos processuais de mero impulso do feito; e a necessidade de desconcentrar, facilitar e agilizar a atividade jurisdicional, com a delegação dos atos sem caráter decisório à Secretaria Judicial, objetivando maior celeridade ao trâmite processual.

O documento enumera 65 atos ordinatórios a serem realizados pelas Secretarias das unidades judiciais, que deverão ser certificados nos processos, com menção expressa ao Provimento, podendo ser revistos, de ofício, pelo juiz, ou a requerimento das partes.

11.07.2018

NAUJ | Corregedoria Geral da Justiça institui Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais

Com o objetivo de implementar ações de apoio e de orientação às unidades judiciais da justiça de 1º grau e de otimizar a tramitação dos processos, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do Provimento Nº 20/2018, instituiu o Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), que atua na efetivação de medidas de suporte às unidades judiciais mais sobrecarregadas no Estado. A instituição do Núcleo está prevista no Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual e no Plano de Gestão da CGJ-MA, biênio 2018/2019.

Segundo o Provimento, a implantação do Núcleo considerou a política nacional de atenção prioritária ao 1º grau de jurisdição, instituída pela Res. 194, CNJ; os índices de congestionamento processual nas unidades judiciais de 1º grau; assim como a necessidade de se desenvolver uma padronização de rotinas e fluxos de movimentação de processos físicos e/ou eletrônicos nas Secretarias Judiciais e Gabinetes de magistrados.

A atuação do núcleo é determinada pelo Corregedor-geral da Justiça, em função dos dados estatísticos da unidade judicial, antes ou depois de realizada Visita Estratégica ou a correição geral ordinária na unidade.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

AGOSTO

02.08.2018



MOBILIDADE | Fórum de São Luís institui Brigada de Trânsito para disciplinar uso de estacionamento

A Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, instituiu a Brigada de Trânsito e Mobilidade e o Comitê de Trânsito e Mobilidade do Fórum, com a atribuição de elaborar e executar plano direcionado para disciplinar o trânsito e a mobilidade nas dependências do órgão. A Brigada e o Comitê de Trânsito e Mobilidade foram criados por meio das Portarias-TJ Nº 59532018 e Nº 59492018, assinadas pela juíza Diva Maria de Barros Mendes, diretora.

A diretora do Fórum e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, empossaram o coordenador da Brigada de Trânsito, major Domingos Lobato (membro da Diretoria Institucional do TJMA e Gabinete Militar), e os membros auxiliares da Brigada, sargentos Ronaldo da Silva e Eudimar Gomes e Maria Nery Paiva, coordenadora administrativa do Fórum.

A criação da Brigada e Comitê de Trânsito do Fórum da capital considerou a necessidade de aperfeiçoar e racionalizar o uso do espaço de estacionamento interno do prédio, assegurando plena acessibilidade aos jurisdicionados, magistrados, servidores, profissionais do Direito, colaboradores e visitantes.

SETEMBRO

25.09.2018

DESTINAÇÃO | Judiciário organiza leilão de veículos depositados em unidades judiciárias do Estado

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e Tribunal de Justiça (TJMA) iniciaram projeto para realização de um leilão estadual para garantir uma destinação adequada aos veículos automotores que se encontram depositados em fóruns judiciais do Maranhão, vinculados a processos cíveis ou criminais, com o fim de evitar a deterioração dos bens e permitir a liberação do espaço físico. Os detalhes do leilão foram tratados em reunião entre o juiz Raimundo Bogea, auxiliar da Corregedoria, e representantes da Vip Leilões, cadastrados como leiloeiros pelo Poder Judiciário.

O projeto inovador foi uma proposta do desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça, após constatar em visitas a diversas comarcas do interior a grande quantidade de veículos automotores que estão superlotando os pátios e sofrendo deterioração por exposição ao sol e chuva, além de servirem como vetores para transmissão de doenças.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

OUTUBRO

15 a 19.10.2018



PADRÃO | Novo modelo de gestão processual impulsiona demanda judicial em Barreirinhas

A Corregedoria Geral da Justiça realizou, em Barreirinhas, mutirão que dotou a comarca de um novo modelo padrão de gestão dos serviços judiciários, com o objetivo de impulsionar a demanda e reduzir a taxa de congestionamento no julgamento e baixa de processos.

Equipes de funcionários da vara e indicados pela CGJ trabalharam na organização, triagem, movimentação e identificação de processos do mutirão. Foram adotados padrões de organização e localização dos autos na secretaria e gabinete, de modo que as informações e o manuseio dos processos pelos servidores ocorram no menor tempo possível.

Na secretaria judicial, foi feita a triagem dos processos, em ordem cronológica e por espécie e ato a ser executado. E no gabinete, a reestruturação do acondicionamento dos processos, com a separação dos autos por tipo de matéria e ordem cronológica de conclusão. Dentre as atividades realizadas, foram identificados os processos com prioridade legal. Já os processos com mandados pendentes de devolução pelos oficiais de justiça foram separados, possibilitando um melhor acompanhamento das diligências a serem cumpridas.

De acordo com o levantamento da equipe, 8.352 processos foram localizados no sistema de gerenciamento processual de 1º grau (Themis PG), e cadastrados os atos praticados nos processos físicos. Outros 539 processos foram movimentados e encaminhados à apreciação do Ministério Público. As prateleiras de acondicionamento dos processos foram identificadas com etiquetas, facilitando a rápida visualização. Ao final dos trabalhos, a nova dinâmica dos serviços deixou o espaço físico organizado e otimizado, permitindo melhor acesso ao acervo processual em tramitação.

08.10.2018



Juiz João Francisco Rocha é empossado na Coordenadoria dos Juizados

O juiz de Direito João Francisco Gonçalves Rocha – titular do 4º Juizado Especial Cível e de Relações de Consumo de São Luís – tomou posse no cargo de Coordenador do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão.

João Francisco Rocha ingressou na magistratura, em 1997. Atuou durante 14 anos em comarcas do interior, exercendo as atividades judicantes em Esperantinópolis, Poção de Pedras, Presidente Dutra, Açailândia, dentre outras.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

OUTUBRO

25.10.2018



SUSTENTABILIDADE | CGJ discute destinação de materiais inservíveis e processos arquivados nas comarcas do interior

Chefes de setores administrativos do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça reuniram-se para discutir soluções para o problema de acúmulo de bens materiais e equipamentos de informática recuperáveis ou inservíveis nos fóruns das comarcas do interior do Estado, assim como processos físicos aptos ao descarte. A situação foi verificada pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, durante visitas a diversas comarcas do interior ao longo de 2018.

Participaram da reunião a diretora Administrativa do Tribunal de Justiça (TJMA), Socorro Moreira de Sousa; o coordenador de Material e Patrimônio, Aristeu Rodrigues; a chefe da Divisão de Administração Patrimonial, Fernanda Lindoso; o chefe da Divisão de Administração Material, Alberto Duarte; o chefe da Divisão de Transportes, Orlando Araújo; o coordenador de Manutenção de Equipamentos, Ernane Barbosa; a coordenadora do Núcleo de Gestão Socioambiental, Joelma do Nascimento; a coordenadora de Finanças e de Pessoal (CGJ), Luciana Delfino; o servidor da Coordenadoria Administrativa da CGJ, Francisco Mousinho; o assessor de Informática (CGJ), George Raposo; e o chefe da Divisão de Transporte da CGJ, Ribamar Costa.

Foi levantada a situação do comprometimento do espaço físico nos arquivos e salas dos fóruns judiciais, provocada pelo acúmulo de grande quantidade de bens materiais e processos arquivados nas comarcas.

NOVEMBRO

12.11.2018

PROVIMENTO | Contrafé em citações e notificações de processos do PJe passa a ser feita eletronicamente

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) editou o Provimento Nº 39/2018, implantando a contrafé eletrônica no âmbito da Justiça Comum de 1º Grau de jurisdição. O serviço permite que a contrafé (quando a parte recebe o inteiro teor de um documento) realizada nas citações e notificações das Pessoas Físicas e Jurídicas expedidas por meio do Sistema Processo Judicial Eletrônico-PJe - excetuadas as relacionadas a processos em segredo de justiça e as dos Direitos Processuais Criminal e Infracional - seja feita eletronicamente, por meio de um código fornecido às partes para consulta no endereço eletrônico http://www.tjma.jus.br/contrafe1g.

O Provimento Nº 39/2018 considerou que, após a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), aumentou consideravelmente o consumo de papel A4 e toner utilizados nas impressoras, em todas as unidades do Poder Judiciário que utilizam o sistema, tendo em vista a necessidade de imprimir as iniciais que servem de contrafé.

O corregedor-geral ressaltou que a medida segue a política do Plano de Logística Sustentável do TJ, buscando contribuir com a redução do papel e toner de impressora usados nessa atividade.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

NOVEMBRO

14.11.2018

PRAZO | Judiciário publica Edital para eliminação de 150 mil processos físicos de Juizados

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, assinou Edital no qual intimou as partes relacionadas em mais de 150 mil processos físicos de juizados, que estavam arquivados há mais de 120 dias, no sentido de manifestarem sobre o interesse em retirar documentos originais juntados a esses processos.

De acordo dom o Edital de eliminação de processos arquivados, os processos foram oriundos de juizados da capital, para eliminação no prazo de 45 dias, obedecendo ao que diz a Resolução Nº 11/2013, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Essa Resolução disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, a eliminação dos autos processuais oriundos dos Juizados Especiais Cíveis.

18.11.2018

RESULTADO | CGJ-MA divulga unidades vencedoras do Selo Unidade Destaque em Baixa Processual

Quarenta e nove unidades judiciais de 1º Grau da Justiça maranhense foram vencedoras do Selo Unidade Destaque em Baixa Processual, em reconhecimento ao desempenho positivo na diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual durante o ano de 2018. De acordo com os resultados divulgados pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), 7 unidades foram contempladas com a premiação na categoria Ouro – por terem registrado uma taxa de congestionamento menor que 50%; 9 unidades na categoria Prata – por terem registrado uma taxa entre 50% e 60%; e 33 unidades receberão o prêmio na categoria Bronze – aquelas que conseguiram reduzir o percentual da taxa de congestionamento de baixa em pelo menos 10%. A solenidade de entrega da premiação acontece no próximo ano, em data a ser definida.

De acordo com os resultados, as unidades vencedoras na categoria Ouro foram a 2ª Vara da Família da comarca de Imperatriz (38,27%); a 5ª Vara da Família do termo judiciário de São Luís (41,07%); 2ª Vara da Infância e Juventude do termo judiciário de São Luís (45,14%); a 1ª Vara da comarca de Santa Luzia (46,59%); a vara única da comarca de Cururupu (48,29%); 2ª Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do termo judiciário de São Luís (48,37%); e a vara única da comarca de São Bernardo (49,30%).

DEZEMBRO

06.12.2018

GESTÃO | Juízes do Maranhão baixaram quase 60 mil processos em 2018

As unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão baixaram o total de 59.246 processos judiciais durante as duas edições da Semana de Baixa Processual, editadas pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) nos meses de junho e novembro. Na última Semana de Baixa, realizada no período de 26 a 30 de novembro, foram arquivados definitivamente e retirados dos acervos judiciais 26.893 processos, oriundos de 303 unidades judiciais entre varas, juizados e plantões judiciários de todo o Estado. Na primeira Semana de Baixa, realizada no mês de junho, foram baixados 32.353 processos.

Segundo o relatório, os processos baixados dentre os julgados representaram 86,91%% (23373 processos) do total de baixados, enquanto 13,09% foram processos não julgados (3520) – duplicidades, declinações de competência, inquéritos, etc.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

DEZEMBRO

12.12.2018



DESTINAÇÃO | Judiciário realiza leilão com quase 600 veículos automotores

Registrando mais de 36,5 mil visitantes e 1.205 participantes, o Poder Judiciário, por meio da CGJ-MA, realizou o "1º Mega Leilão Estadual de Veículos Automotores", que disponibilizou 562 veículos para alienação, entre caminhões, caminhonetes, motos e reboques, vinculados a processos judiciais cíveis e criminais, e aqueles depositados nos pátios dos fóruns, sob custódia do Judiciário. O primeiro bem arrematado, às 9h, foi um veículo Toyota Hilux SRV, ano/modelo 2015/2015, que foi alienado pelo valor de R$ 106.100,00 (cento e seis mil e cem reais).

A abertura do megaleilão foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, por meio de videoconferência a partir da Sessão Plenária do TJMA. No local do leilão presencial, participaram os juízes auxiliares da CGJ-MA Raimundo Bogéa, Kariny Reis, Francisca Galiza e Marcelo Moreira (diretor).

O megaleilão vendeu 98% dos bens e apurou R$ 1.645.000,00. Dos 562 veículos disponíveis para arremate, foram alienados 551. A maioria dos bens foi arrematada pela internet e o restante de forma presencial. Apenas 11 motocicletas não foram arrematadas, por não terem alcançado o lance mínimo de avaliação estabelecido no leilão.

O valor arrecadado com os veículos arrematados foi remetido para conta judicial das respectivas varas, onde tramitam os processos relacionados. Os bens que não têm vinculação a algum processo tiveram o valor arrecadado revertido para o Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ).

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

JANEIRO

11.01.2018



VISITA | Corregedor avalia necessidades das Varas da Mulher de São Luís

Com o objetivo de contribuir com o combate à violência doméstica contra as mulheres enquanto uma prioridade para o biênio 2018/2019, o corregedor-geral iniciou as atividades do ano visitando a 1ª e 2ª Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da capital, para avaliar de perto o funcionamento e as necessidades das unidades junto às magistradas e aos servidores.

Ele reafirmou o compromisso de sua gestão em priorizar o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, com o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ressaltando a relevância social do trabalho dessas unidades na garantia dos direitos das mulheres. Ele também garantiu o apoio da CGJ aos projetos das varas e capacitação do pessoal. "A Corregedoria objetiva garantir melhores condições de trabalho para facilitar a gestão e celeridade processuais dessas unidades, buscando coibir todas as formas de abuso, violência e assédio contra as mulheres", observou o desembargador.

O desembargador conversou com as juízas Maricélia Costa Gonçalves (respondendo pela 1ª Vara da Mulher) e Lúcia Helena Barros Heluy (2ª Vara da Mulher), que apresentaram as dificuldades, quantitativo de processos em tramitação no acervo e procedimentos da rotina processual. "É uma atitude diferencial da CGJ-MA acompanhar de perto o trabalho das varas da mulher, que possuem um papel imprescindível no combate à violência contra as mulheres", frisou a juíza da 2ª Vara da Mulher.

12.01.2018



ARQUIVO JUDICIAL | Corregedor avalia destinação de bens e processos depositados em arquivo

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, visitou as instalações do Arquivo Judicial e do Depósito Judicial da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), para avaliar as necessidades de levantamento e determinar a correta destinação dos materiais depositados. A visita também foi acompanhada pelo diretor da CGJ-MA, juiz Marcelo Moreira.

À época, estavam depositados milhares de processos físicos arquivados pelos juizados especiais de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, a partir da década de 80. O Depósito Judicial também abrigava grande quantidade de materiais apreendidos por meio de processos judiciais e delegacias, como veículos, motocicletas, eletrônicos, entre outros.

O corregedor manifestou preocupação com a insalubridade, segurança e falta de espaço físico do local, solicitando o levantamento dos bens apreendidos por unidade judiciária, a fim de consultar os juízes responsáveis pelos processos respectivos sobre as possibilidades de destinação dos bens, como leilão, doação ou destruição.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

JANEIRO

29.01.2018



INTEGRAÇÃO | Delegacias da Mulher podem protocolar medidas protetivas eletronicamente

Com o objetivo de reduzir o tempo entre o protocolo e o recebimento, pelo juiz responsável, dos pedidos de medidas protetivas de urgência em favor de mulheres vítimas de violência, as delegacias da Mulher da capital foram integradas ao Processo Judicial Eletrônico (PJe) – sistema que gerencia a tramitação de processos judiciais eletrônicos.

A medida foi definida por meio de Termo de Cooperação Técnica assinado entre o Tribunal de Justiça (TJMA) e a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP/MA). O termo foi assinado pelo presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo; pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; pela coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica do TJMA, desembargadora Ângela Salazar; e pelo secretário estadual de Segurança Pública, Jefferson Portela.

Com a integração, as oito delegacias de Polícia Civil que recebem denúncias de violência doméstica em São Luís passaram a protocolar eletronicamente os pedidos de medidas protetivas de urgência previstas na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), agilizando a apreciação pelo juiz de Primeiro Grau.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

MARÇO

15.03.2018



CELERIDADE | CGJ-MA instala Turma Recursal temporária para reduzir acervo de processos

Foi instalada no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) a Turma Recursal temporária de São Luís, para auxiliar no julgamento dos processos da Turma Recursal permanente, com o objetivo de reduzir o acervo. A instalação foi feita pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, com a presença do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, do então coordenador dos Juizados Especiais, juiz Marcelo Libério, e outras autoridades.

A Turma Recursal temporária tem competência para processar e julgar, inicialmente, os processos judiciais dos sistemas Themis e Projudi, integrantes do acervo da Turma Recursal permanente da capital que, à época, registrava um acervo de 14.600 processos, com uma média de distribuição de 570 novos processos por mês.

A Turma Recursal temporária com sede em São Luís foi instituída em novembro de 2017, pelo Ato da Presidência N° 9/2017, assinado pelo então presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha.

De acordo com o Ato da Presidência N° 03/2018, a Turma Recursal permanente é competente para processar e julgar tão somente os processos eletrônicos em trâmite no Processo Judicial Eletrônico (PJe), assim como aqueles oriundos de novas distribuições.

27.03.2018



APOIO | Corregedoria designa juiz substituto para atuar na comarca de São Mateus

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, designou um juiz de direito substituto para atuar temporariamente na comarca de São Mateus, com o fim de auxiliar o juiz titular e reduzir o acervo de processos da comarca, onde tramitavam à época aproximadamente 16 mil processos. Na ocasião, o corregedor-geral realizou visita técnica na comarca de São Mateus, acompanhado dos juízes corregedores Raimundo Bogéa e Kariny Reis, para avaliar a situação e planejar ações de otimização no trâmite processual.

A medida de designar juiz substituto foi tomada em conjunto com o presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Joaquim Figueredo, que disponibilizou todo o apoio e estrutura para sanear e melhorar os serviços da comarca de São Mateus.

O corregedor-geral reuniu-se com advogados das comarcas de São Mateus e Bacabal, que reforçaram os pedidos por mais agilidade nos processos da comarca e urgência para instalação da comarca de Alto Alegre, avaliando que a medida contribuirá para a redução do acúmulo de processos em São Mateus.

Durante a visita, o corregedor-geral reuniu-se com o então juiz titular da comarca, Marco Aurélio Barreto Marques, que ressaltou que grande parte da demanda recebida é oriunda do Município de Alto Alegre (termo judiciário de São Mateus).

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

ABRIL

10.04.2018



VISITA ESTRATÉGICA | Corregedoria Geral da Justiça avalia situação da comarca de Barreirinhas

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, realizou uma visita estratégica na comarca de Barreirinhas, com o objetivo de identificar problemas que impactam negativamente a taxa de congestionamento processual da comarca e propor plano de ações para contribuir com a celeridade e redução emergencial do acervo. A visita teve a participação dos juízes auxiliares da CGJ-MA Kariny Reis e Raimundo Bogéa e servidores da Corregedoria.

À época, havia mais de 11 mil processos em tramitação na comarca de Barreirinhas, sendo que cerca de 5 mil estavam julgados, registrando uma média mensal de 170 novos processos no último ano. Há dez anos, a comarca atuava com pouco mais de três mil processos, mas registrou um aumento expressivo na distribuição processual a partir de 2011. Segundo dados do IBGE Cidade, o município de Barreirinhas tem uma população estimada em 62,5 mil pessoas.

O corregedor-geral explicou ao juiz titular da unidade, Fernando Jorge Pereira, que o objetivo da visita estratégica é conhecer de perto a realidade e buscar - em conjunto com o juiz e os servidores - soluções que ajudem a sanear a comarca.

No decorrer da visita, a equipe da CGJ-MA realizou a verificação dos procedimentos de secretaria e organização da comarca, sugerindo medidas de padronização para facilitar o cumprimento de atos processuais.

13.04.2018



MELHORIAS | CGJ-MA adota medidas e designa juiz substituto para comarca de Vargem Grande

A Corregedoria Geral da Justiça realizou visita de avaliação na comarca de Vargem Grande, com o objetivo de dar continuidade às medidas de enfrentamento da taxa de congestionamento processual nas unidades judiciais do Estado. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, determinou a designação de um juiz substituto para auxiliar temporariamente na comarca junto do titular, juiz Paulo de Assis Ribeiro. À época, tramitavam na comarca de Vargem Grande mais de 16 mil processos, com uma distribuição média de 187 novas demandas por mês registrada em 2017.

O corregedor-geral reuniu-se com um grupo de advogados militantes em Vargem Grande, que relataram uma série de dificuldades em razão do elevado quantitativo de processos e sobrecarga de servidores e magistrado, o que causa atraso na tramitação das ações. Eles pediram atenção do Tribunal de Justiça para a comarca, com a realização de mutirões para prolação de sentenças, audiências e cumprimento de atos processuais, e pediram urgência na instalação da 2ª Vara.

O juiz Paulo de Assis Ribeiro, titular na comarca desde setembro de 2015, reafirmou as deficiências estruturais, lógicas e insuficiência de servidores, assim como a necessidade de instalação da 2ª Vara.

Além do corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, participaram da visita de avaliação os juízes auxiliares da CGJ-MA Kariny Reis (Planejamento Estratégico) e Raimundo Bogéa e equipe de servidores.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

ABRIL

17.04.2018



SÃO BENTO | CGJ-MA recomenda uso de plataformas digitais de conciliação na Justiça de 1º Grau

Considerando a realidade das comarcas mais congestionadas do Maranhão e buscando ampliar as formas de acesso da população aos serviços da Justiça, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, emitiu Recomendação aos juízes de direito de todo o Estado, no sentido de que facultem às partes a utilização de plataformas digitais de conciliação antes do ajuizamento de processos no âmbito da Justiça de 1º Grau.

A orientação foi assinada pelo corregedor durante visita de avaliação no Fórum de São Bento, que foi a quarta comarca a receber medidas de enfrentamento da taxa de congestionamento processual pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), com a participação de equipe de servidores da CGJ e da juíza auxiliar Kariny Reis, responsável pelo planejamento estratégico da Corregedoria.

Durante a visita à comarca de São Bento, o corregedor-geral conversou com o juiz titular, Ivis Monteiro Costa, que relatou a elevada distribuição e acervo da comarca, que possuia quase 12 mil ações em trâmite.

18.04.2018



VISITA ESTRATÉGICA | Corregedoria avalia medidas de melhoria na comarca de Santa Helena

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, acompanhado da juíza auxiliar Kariny Reis e equipe de servidores, realizaram visita estratégica para avaliar a situação da comarca de Santa Helena, com o objetivo de elaborar plano de ações que contribuam com o aumento da celeridade e redução do acervo de processos judiciais na comarca.

Santa Helena foi a quinta comarca a receber as ações do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), que objetiva identificar, nas comarcas com maiores dificuldades do Estado, os principais problemas que impactam na taxa de congestionamento, avaliando medidas imediatas e a médio prazo que possam agilizar o funcionamento e oferecer respostas mais rápidas aos processos.

À época, tramitavam na comarca de Santa Helena cerca de 10700 processos, registrando um crescimento de mais de sete mil ações nos últimos dez anos e uma demanda média de 145 novas ações ao mês. A comarca também atende ao termo judiciário de Turilândia e, juntos, os dois municípios têm uma população estimada em 67,5 mil habitantes.

Durante a visita, o corregedor-geral reuniu-se e conversou com a juíza titular, Cynara Elisa Gama Freire, com os servidores do fórum e com o defensor público da comarca, Pablo Diórgenes Furtado, ressaltando a boa organização dos processos, padronização dos procedimentos e a adequada estrutura física da unidade, que já prevê a instalação da segunda vara.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

MAIO



02.05.2018

PLENO | Corregedor-geral apresenta situação de comarcas visitadas aos membros do TJMA

Durante sessão administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça (TJMA), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, apresentou aos membros da Corte relatório sobre a situação das cinco comarcas do interior do Estado visitadas por equipe da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) durante os meses de março e abril. O corregedor fez a entrega do Diagnóstico das Unidades Judiciais e apresentou vídeo demonstrando a realidade processual e física das comarcas.

Ele pediu a atenção do Tribunal para as dificuldades das cinco comarcas, que estão entre aquelas com os maiores acervos e taxas de congestionamento processual. "Estou trazendo ao conhecimento do Tribunal aquilo que foi verificado e as medidas já tomadas e planejadas pela Corregedoria com o fim de otimizar o funcionamento das unidades", disse o corregedor.

07.05.2018

EXPANSÃO | Audiências de custódia são implantadas em 15 comarcas do interior

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do Provimento Nº 13/2018, dispôs sobre a expansão das Audiências de Custódia para 15 comarcas do interior do estado, que passaram a realizar o procedimento conforme o Provimento Nº 11/2016. Nas comarcas em que, por qualquer motivo, o estabelecimento prisional local se encontre interditado ou apresente lotação esgotada, o juiz deve realizar audiência de custódia antes de determinar a transferência do preso para outro estabelecimento localizado fora da sede do juízo.

O provimento determinou a realização do procedimento de audiência de custódia nas comarcas de Balsas, Barra do Corda, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Coroatá, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Rosário, Santa Inês, Viana e Zé Doca. Segundo o Provimento Nº 11/2016, é assegurada à pessoa presa em decorrência de cumprimento de mandados de prisão cautelar ou definitiva, a apresentação à autoridade judicial para a realização da audiência de custódia (Resolução Nº 213/2015 do CNJ).

A expansão das audiências de custódia para mais 15 comarcas do Estado considerou a regulamentação do procedimento no âmbito do Poder Judiciário estadual, efetivada por meio do Provimento Nº 11/2016, dispondo que a implantação da audiência de custódia nas comarcas com população abaixo de 100 (cem) mil habitantes deverá ocorrer de forma gradativa, segundo o índice populacional e as condições estruturais.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

MAIO

09.05.2018



VISITA | Corregedor-geral reúne com juiz e servidores de Matões

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com os servidores e o juiz da comarca de Matões, Marcos Aurélio Veloso de Oliveira Silva, quando conversou sobre a situação da unidade judicial. A comarca de Matões recebeu visita estratégica de equipe da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), formada por servidores e pelos juízes auxiliares da CGJ Kariny Reis e Raimundo Bogéa.

O juiz e servidores informaram sobre a boa organização dos serviços e atendimento do fórum e entrosamento da equipe de servidores e magistrado, relatando algumas necessidades de material e serviços para melhoria da unidade, como o incremento no quadro de servidores, principalmente de analista judicial.

O desembargador agradeceu ao empenho dos servidores da unidade, ressaltando a boa organização dos processos e gestão do fórum e agradecendo pelo bom atendimento prestado à comunidade local.

10.05.2018



VISITA ESTRATÉGICA | Corregedoria designa juiz substituto para comarca de Parnarama

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado de equipe da CGJ-MA e dos juízes auxiliares Raimundo Bogéa e Kariny Reis, realizou visita estratégica na comarca de Parnarama (458 km de São Luís), com o fim de avaliar a situação da unidade. O corregedor determinou a designação de um juiz substituto para atuar na comarca, auxiliando a magistrada titular Sheila Silva Cunha no impulsionamento dos processos, com o fim de reduzir o acervo.

À época, a comarca de Parnarama contava com um acervo ativo de 7.750 processos, registrando uma média de distribuição de 143 novas ações por mês.

Na ocasião, os servidores e a magistrada apontaram a insuficiência de servidores; alguns problemas estruturais do Fórum; necessidade de mutirões e dificuldades causadas pela má qualidade da rede de internet disponível na cidade, oferecido pela operadora Claro, que muitas vezes dificulta o trabalho e comunicações. Também foi levantado o fato de a comarca de Parnarama ter apresentado dificuldades nos últimos anos, situação que vem melhorando desde a posse da juíza Sheila Cunha, em dezembro do ano passado, que está trabalhando para organizar os processos e a gestão do fórum.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

MAIO

15.05.2018



VISITA ESTRATÉGICA | Corregedor avalia situação da comarca de Amarante do Maranhão

Como parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PET-CP), a comarca de Amarante do Maranhão (608 km de São Luís) recebeu visita estratégica da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), com o objetivo de identificar as principais dificuldades que possam impactar no funcionamento dos serviços judiciais da unidade e buscar medidas de melhoria. A visita foi feita pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado do juiz auxiliar Raimundo Bogéa e equipe de servidores.

De entrância inicial (vara única), a comarca de Amarante contava com um acervo de sete mil processos, apresentando uma crescente distribuição média mensal – que em 2017 foi de 265 novos processos por mês e atingiu o total de quase 3.500.

O corregedor-geral esteve reunido com os servidores e o juiz da unidade, Thiago Henrique Oliveira de Ávila, que relataram dificuldades como insuficiência de servidores para a demanda apresentada, problemas estruturais no fórum, como rachaduras, oscilações de corrente elétrica e inoperância das linhas telefônicas. Eles também ressaltaram a necessidade de construção de Salão do Júri e instalação de equipamentos de segurança na comarca.

18.05.2018



VISITA | Corregedor-geral instaura investigação para apuração de fatos na comarca de Montes Altos

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, editou Portaria determinando a apuração de fatos na comarca de Montes Altos, envolvendo a retenção de 2400 petições iniciais na secretaria judicial, na fase de pré-distribuição, sem devido o cadastramento das partes e assunto. A investigação foi instaurada durante visita realizada pelo corregedor à comarca, acompanhado do juiz auxiliar Raimundo Bogéa e equipe da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

A instauração do procedimento considerou o fato constatado pelo juiz Ítalo Lopes Gondim, quando assumiu a titularidade da unidade, em novembro de 2017, que também foi levado ao conhecimento do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). As petições iniciais foram cadastradas durante mutirão determinado pela desembargadora Anildes Cruz, então corregedora-geral da Justiça, no período de 20 de novembro a 13 de dezembro de 2017.

À época, tramitavam na vara única da unidade quase nove mil processos, sendo aproximadamente quatro mil deles relacionados a ações tratando sobre empréstimos consignados.

Durante a visita, o corregedor-geral conversou com os servidores e com o juiz Glender Malheiros (titular da 1ª Vara de João Lisboa, respondendo por Montes Altos), para conhecer a situação e verificar as principais dificuldades. Ele entregou ao magistrado o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, da CGJ-MA, e o Plano de Ações elaborado pela equipe, contendo sugestões imediatas de melhoria da gestão processual em Montes Altos.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

MAIO

28.05.2018



ENFRENTAMENTO | Corregedor-geral realiza visita de avaliação na comarca de Tutóia

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado de equipe de servidores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), realizou visita estratégica na comarca de Tutóia, com o objetivo de avaliar a situação e identificar as principais dificuldades da unidade.

De entrância inicial, a comarca de Tutóia contava então com um acervo ativo de quase sete mil processos. A média de distribuição na comarca é de 221 novos processos por mês, segundo dados registrados em 2017.

Os servidores da comarca apresentaram a situação física, informações sobre a gestão processual e as principais necessidades da unidade. As instalações prediais do Fórum apresentam-se em bom estado de conservação, atendendo às condições de salubridade.

O corregedor-geral também esteve inspecionando a Unidade Prisional da comarca de Tutóia, onde conversou com agentes e internos para verificar as condições físicas e de funcionamento da unidade.

29.05.2018



INSPEÇÃO | Corregedor-geral visita instalações da Unidade Prisional de Tutóia

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, esteve inspecionando a Unidade Prisional da comarca de Tutóia, onde conversou com agentes e internos para verificar as condições físicas e de funcionamento da unidade.

Na visita ao presídio, o corregedor foi recebido pelo diretor da Unidade, Francisco Xavier, que informou sobre os procedimentos de controle de entrada e saída de visitantes e apresentou a estrutura física do presídio. Atualmente, a Unidade Prisional abriga 35 presos da comarca de Tutóia, entre provisórios e definitivos.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

JUNHO

06.06.2018

PROVIMENTO | Judiciário regulamenta destinação de bens apreendidos por meio de inquéritos ou ações penais

Bens e objetos apreendidos no curso de investigações policiais ou processos penais podem ser destinados a depósito, doação, destruição ou alienação antecipada (art. 144-A do CPP). É o que dispõe o Provimento Nº 16/2018, assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

Segundo o Provimento, ao receber a informação de que bens e objetos relacionados a fatos criminosos foram apreendidos pela autoridade policial - nos quais intervenham ou devam intervir os juízos de primeiro grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão -, o juiz de direito decidirá a respeito de sua destinação imediata.

A edição do Provimento Nº 16/2018 considerou a elevada quantidade de bens apreendidos existentes em delegacias de Polícia Civil e nos depósitos públicos das comarcas do Maranhão, vinculados a inquéritos policiais ou processos penais, muitos dos quais persistem depositados indefinidamente, mesmo depois do término dos respectivos processos, ocasionando sua deterioração e imprestabilidade para o fim a que se destinam. A situação foi constatada pelo corregedor-geral durante visita ao Depósito e Arquivo Judicial da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

06.06.2018



ENFRENTAMENTO | Corregedoria realiza visita estratégica na comarca de Santa Luzia do Paruá

Como parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), a comarca de Santa Luzia do Paruá (403 km de São Luís) recebeu visita estratégica da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, dos juízes auxiliares Raimundo Bogéa e Kariny Reis e equipe de servidores. Santa Luzia do Paruá foi a décima primeira comarca a receber a visita de avaliação do corregedor.

O desembargador Marcelo Carvalho Silva entregou aos servidores o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCG) da CGJ-MA e Plano de Ações, contendo relatório com a situação identificada durante a visita e ações inicialmente propostas para otimização da gestão processual.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

JUNHO

08.06.2018



VISITA ESTRATÉGICA | Corregedor-geral avalia situação do Fórum de Vitória do Mearim

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, esteve realizando visita estratégica na comarca de Vitória do Mearim para avaliar de perto a situação da unidade judicial. Com a visita, foi verificada a situação de dificuldade de funcionamento dos serviços no endereço atual, em razão de problemas estruturais do antigo prédio que abriga o fórum judicial. O corregedor esteve acompanhado dos juízes auxiliares da CGJ-MA Raimundo Bogéa e Kariny Reis, e equipe de servidores.

O desembargador conversou com o então juiz titular da comarca, Milvan Gedeon Gomes, e com os servidores, que relataram os problemas apresentados na estrutura do fórum, como rachaduras, infiltrações, umidade, oscilações elétricas e vazamentos.

Eles pediram apoio para a mudança do local de funcionamento do Fórum; construção do novo Fórum da comarca; designação de promotor de Justiça substituto e para instalação de Defensoria Pública na comarca.

11.06.2018



COOPERAÇÃO | Judiciário e Governo definem destinação de bens e objetos apreendidos

O Poder Judiciário e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública, firmaram Termo de Cooperação para viabilizar a correta destinação de objetos apreendidos por meio de investigações policiais e processos criminais. O Termo de Cooperação Técnica foi assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e pelo Secretário estadual de Segurança Pública, Jefferson Portela.

A matéria foi regulamentada por meio do Provimento-CGJ N° 16/2018, estabelecendo que os bens e objetos apreendidos no curso de investigações policiais ou processos penais podem ser destinados a depósito, doação, destruição ou alienação antecipada. Ao receber a informação de que bens e objetos relacionados a fatos criminosos foram apreendidos pela autoridade policial - nos quais intervenham ou devam intervir os juízos de primeiro grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão -, o juiz de direito decide a respeito de sua destinação imediata.

A medida considerou a elevada quantidade de bens apreendidos existentes em delegacias de Polícia Civil e nos depósitos públicos das comarcas do Maranhão, vinculados a inquéritos policiais ou processos penais, muitos dos quais persistem depositados indefinidamente, mesmo depois do término dos respectivos processos, ocasionando sua deterioração e imprestabilidade para o fim a que se destinam.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

JULHO

11.07.2018



BAIXADA | Corregedor-geral reúne com advogados da comarca de Pinheiro

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com um grupo de advogados militantes de Pinheiro, para receber as principais demandas da classe sobre o funcionamento da comarca. A reunião aconteceu no Fórum local, com a participação do juiz Holídice Cantanhede, então titular do Juizado Especial.

Durante a visita à comarca, equipe de servidores da CGJ-MA e o juiz auxiliar Raimundo Bogéa prestaram orientações aos servidores e juízes de Pinheiro, propondo medidas de gestão para otimização do fluxo processual nas secretarias judiciais, a partir do diagnóstico de cada unidade.

O desembargador Marcelo Carvalho Silva explicou sobre as dificuldades orçamentárias do Poder Judiciário, principalmente em relação à nomeação de novos servidores. Ele informou que a CGJ incluiria Pinheiro entre as comarcas a serem atendidas pelo Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), que atua implementando ações de apoio e de orientação para otimizar a tramitação dos processos.

20.07.2018



SÃO LUÍS | Corregedor avalia condições do arquivo judicial do Fórum do Calhau

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado da diretora do Fórum Des. Sarney Costa, juíza Diva Maria de Barros Mendes, esteve visitando as instalações do Arquivo Judicial da capital, para verificar as condições de trabalho, acondicionamento dos processos arquivados e segurança do local. Os magistrados conversaram com os servidores do setor, que relataram as dificuldades encontradas.

O Arquivo Judicial atende 71 varas e secretarias judiciais da comarca da Ilha, abrigando à época mais de 40 mil caixas de processos judiciais físicos arquivados, alguns datados há mais de 80 anos.

Os servidores e a chefe da Divisão de Arquivo, Silvana Pestana, informaram sobre a falta de espaço físico para acondicionar novos processos arquivados, solicitando uma providência por parte da Administração para promover uma destinação para parte dos processos.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

AGOSTO



09.08.2018

VISITA ESTRATÉGICA | Corregedoria avalia situação da comarca de Açailândia

A comarca de Açailândia (região tocantina) recebeu visita estratégica de equipe da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), com o objetivo de avaliar as principais problemáticas no funcionamento das unidades judiciais e implantar medidas de melhoria. A visita foi coordenada pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado pela juíza Kariny Reis, auxiliar da CGJ-MA responsável pelo Planejamento Estratégico.

O corregedor-geral conversou com servidores e com os juízes Clécia Pereira Monteiro, Pedro Guimarães Júnior e Franklin Brandão Júnior, que relataram dificuldades na estrutura física do Fórum José Ribamar Fiquene, como infiltrações que provocam problemas elétricos. Eles ressaltaram a necessidade de ampliação do Fórum, que foi construído em 2002 para abrigar cinco unidades judiciais, mas atualmente já abriga seis varas judiciais e um juizado especial, onde trabalham cerca de 110 servidores, incluindo terceirizados.

O corregedor entregou aos magistrados o Relatório da Visita Estratégica, contendo medidas imediatas de melhoria nas rotinas, no qual foram abordadas técnicas nas secretarias e gabinetes de cada unidade judicial, sendo sugerido a implantação de novas metodologias e ferramentas com a finalidade de contribuir com a otimização dos processos de trabalho e com o aumento da produção processual.

O desembargador disse que a instalação da vara da Fazenda Pública dependeria da disponibilização de espaço físico.

ITINGA – O corregedor-geral também esteve visitando as instalações da comarca de Itinga do Maranhão, a 125 km de Imperatriz. Lá, ele conversou com servidores e com a magistrada titular Alessandra Lima Silva, para conhecer a estrutura física e situação processual.

De entrância inicial, a comarca de Itinga contava na ocasião com um acervo aproximado de 3.800 processos, e uma distribuição média mensal de 127 processos – registrada em 2017.

11.08.2018



CONSUMIDOR | Posto de atendimento do Procon passa a funcionar no Fórum do Calhau

Foi instalada nas dependências do Fórum de São Luís (Calhau), a 51ª unidade do PROCON-MA, para prestar atendimentos de conciliação ligados às relações de consumo e negociações de dívidas.

A solenidade de inauguração do posto de atendimento foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, pela presidente do Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (PROCON-MA), Karen Barros, e pelo secretário estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Francisco Gonçalves.

Os atendimentos no posto do PROCON-MA, no Fórum de São Luís, funciona em dois guichês, localizados próximo à Portaria principal, com a realização de atendimentos gerais das 8h às 13h; e Conciliação das 14h às 18h. Os cidadãos contam com atendimentos relacionados a todas as reclamações de relação de consumo; negociação de dívidas e conciliações de processos administrativos já em andamento no órgão.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

AGOSTO

PROJETO | Grupo estuda medidas de reestruturação da Central de Mandados

14.08.2018

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, assinou Portaria criando o Grupo de Trabalho para elaboração de projeto de reestruturação da Central de Mandados da comarca da Ilha de São Luís. O Grupo é formado pela diretora do Fórum de São Luís, juíza Diva Maria de Barros Mendes; pelo juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), Raimundo Moraes Bogéa; pelo diretor da CGJ-MA, juiz Marcelo Moreira; pela diretora Judiciária do TJMA, Denyse Reis Batista; pela diretora Recursos Humanos do TJMA, Mariana Clementino; pela coordenadora das Câmaras Cíveis Reunidas e Seção Cível do TJMA, Fernanda Cristina Moura de Almeida Silva; pela coordenadora Administrativa do Fórum da Comarca de São Luís, Maria Nery Paiva; e pela secretária judicial da 9ª Vara Cível da capital, Ana Priscila Costa Andrade.

Segundo a Portaria assinada pelo corregedor-geral, a medida considera as informações acerca do elevado número de providências pendentes na Central de Mandados, quer relacionados ao cumprimento de diligências, quer no tocante à prática de atos de secretaria; além das inúmeras reclamações feitas por magistrados da comarca da Ilha com relação ao funcionamento da Central de Mandados, inclusive com prejuízo à prestação jurisdicional; e os imperativos constitucionais da eficiência e da razoável duração do processo.

Durante o segundo semestre de 2018, o grupo realizou algumas reuniões para discutir as principais dificuldades e necessidades para reestruturação da Central, com o fim de elaborar proposta a ser avaliada pelo corregedor-geral e pelo presidente do TJMA.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

AGOSTO



15.08.2018

Corregedoria realiza visita estratégica em Bacabal

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) realizou visita estratégica na comarca de Bacabal, com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, da juíza auxiliar Kariny Reis (Planejamento Estratégico) e equipe de servidoras, que propuseram novas metodologias e ferramentas para otimização das rotinas e aumento da produção processual.

A visita fez parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), da CGJ-MA, que objetiva identificar as principais dificuldades que possam impactar no funcionamento das unidades da Justiça de 1º Grau, propondo novos procedimentos que contribuam com a melhoria dos serviços.

O corregedor-geral conversou com os servidores das unidades judiciais e com os juízes, explicando o objetivo da visita e dos atos e recomendações emitidos pela Corregedoria - como o Provimento que regulamentou a realização de atos ordinatórios pelas secretarias judicias e a priorização da política de conciliação por parte do Judiciário maranhense.

29.08.2018

NUMOPEDE | Núcleo de Monitoramento de Demandas da CGJ atua para identificar demandas fraudulentas

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) alterou a formação do Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas – NUMOPEDE, responsável por monitorar as demandas dirigidas aos serviços judiciários, notariais e de registro, identificando possíveis demandas fraudulentas e outros eventos atentatórios à dignidade da Justiça. Segundo o Provimento N° 25/2018, o NUMOPEDE passa a ser presidido pelo corregedor-geral da Justiça, e contará em sua formação com três juízes ocupantes de cargos da estrutura da CGJ-MA, além de três juízes de direito indicados pelo corregedor-geral da Justiça e dois servidores da Corregedoria.

O objetivo do Núcleo é conhecer melhor o perfil das demandas dirigidas ao Poder Judiciário, adequando os métodos de trabalho à busca por maior efetividade e eficiência na prestação jurisdicional. A atuação do NUMOPEDE pretende a racionalização dos trabalhos e aumento na produtividade, para evitar o uso indevido do Poder Judiciário.

Após noticiadas as demandas, o NUMOPEDE identifica as principais classes e assuntos de ações distribuídas por unidade ou comarca que possam representar demanda repetitiva; as principais partes litigantes por unidade ou comarca, inclusive seus patronos; e as práticas e situações reiteradas em demandas de massa que impactem na organização ou trabalho das unidades judiciais.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

SETEMBRO

06.09.2018



INSTITUCIONAL | Corregedor-geral visita comarca de Buriticupu

Servidores e magistrados da comarca de Buriticupu (417 km de São Luís) receberam a visita do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, que avaliou o funcionamento e as principais necessidades de melhoria nas unidades judiciais.

O corregedor-geral conversou com os juízes Raphael Leite Guedes (1ª Vara) e Duarte Henrique Ribeiro de Souza (2ª Vara), que informaram sobre alguns problemas estruturais no prédio do Fórum e solicitaram medidas para melhoria na prestação jurisdicional.

Eles relataram dificuldades como oscilações na rede elétrica, vazamentos e acúmulo de água da chuva em algumas áreas do prédio. Também pediram apoio da Direção para instalação da comarca de Bom Jesus das Selvas – atualmente termo judiciário de Buriticupu –, a criação da 3ª Vara e um Juizado na comarca; aparelhamento do Tribunal do Júri; e o incremento no quadro de servidores, principalmente oficial de Justiça, ressaltando o aumento da demanda processual registrado na comarca nos últimos anos.

14.09.2018



INTERIOR | Corregedor-geral realiza visita de avaliação na comarca de Timon

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, visitou as instalações e conversou com magistrados e servidores da comarca de Timon (428 km da capital). O corregedor esteve acompanhado do juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) Raimundo Bogéa e equipe de servidores.

O desembargador reuniu-se com os juízes Elismar Marques (Vara de Execuções Penais), Josemilton Silva Barros (1ª Vara Criminal), Raquel Araujo Castro (1ª Vara Cível), Francisco Soares Reis (2ª Criminal e diretor do Fórum), Rosa Maria Duarte (Vara da Família) e Weliton Sousa Carvalho (Vara da Fazenda Pública), que falaram sobre a situação de cada unidade judicial e solicitaram algumas medidas para melhoria dos serviços.

Os magistrados trataram de temas como segurança do Fórum; destinação de materiais apreendidos em processos judiciais; enfrentamento ao sub-registro e ampliação do uso da política de conciliação pelo Judiciário maranhense.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

SETEMBRO

19.09.2018



INTERIOR | Corregedoria realiza visita estratégica na comarca de Caxias

A comarca de Caxias (361 quilômetros da capital) recebeu visita estratégica da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), com o objetivo de avaliar o funcionamento das unidades judiciais e implementar medidas de melhoria nos serviços prestados. A visita teve a presença de equipe de servidores e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, que conversou com servidores e reuniu-se com os juízes da comarca.

Os magistrados levantaram a necessidade de medidas de melhoria na segurança do Fórum; reforma das casas de propriedade do Poder Judiciário no centro da cidade, para instalação de arquivo; alguns reparos na estrutura física; realização de treinamento para os servidores sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJe) e rotinas de Secretaria Judicial, para melhoria do fluxo processual; alterações de competência da 2ª Vara Cível; lotação de mais servidores em razão do aumento da demanda processual, entre outros.

Entre as ações executadas de imediato pela CGJ, os servidores receberam orientações sobre especificidades técnicas nas secretarias judiciais e gabinetes, com a sugestão de implantação de novas metodologias e ferramentas, para contribuir com a otimização dos processos de trabalho (rotinas e procedimentos) e consequente aumento da produção processual.

21.09.2018



INTERIOR | Corregedor-geral visita comarca de Coelho Neto

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, visitou a comarca de Coelho Neto (365 Km da capital), com equipe de servidores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), a fim de planejar ações de aprimoramento das rotinas diárias executadas pelas unidades jurisdicionais.

O corregedor-geral reuniu-se com os juízes da 1ª e 2ª Varas da comarca, Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes e Manoel Felismino Gomes Neto, que relataram a situação de funcionamento das unidades e solicitaram algumas medidas para melhoria dos serviços, como reparos na estrutura física, melhoria na qualidade da rede de internet e troca de mobiliário do Salão do Júri. Também solicitaram instalação de sala de Depoimento Especial para a 1ª Vara; nomeação de servidores; estruturação do setor Psicossocial; treinamento para servidores, entre outros.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

OUTUBRO

04.10.2018



VISITA ESTRATÉGICA | Corregedor-geral avalia situação da comarca de Chapadinha

Com o objetivo de conhecer e avaliar o funcionamento dos serviços judiciários na comarca de Chapadinha, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, visitou o fórum judicial, reunindo-se com servidores e com a magistrada Welinne de Souza Coelho, titular da 2ª Vara e respondendo pela 1ª Vara. Equipe da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) coordenada pela juiz Raimundo Bogea (auxiliar da CGJ) realizou Visita Estratégica na comarca, com o objetivo de identificar as principais dificuldades que estão impactando os serviços forenses.

Os servidores e a juíza relataram sobrecarga de trabalho, principalmente em razão da cumulação das duas unidades judiciárias, diretoria do Fórum, justiça eleitoral e presídio local (com 250 presos) pela juíza Welinne Coelho, em razão do afastamento legal do outro juiz titular. Também solicitaram reforma e ampliação da estrutura predial do Fórum, considerando insuficiente o espaço físico destinado ao funcionamento das unidades, assim como melhorias e adequações.

O corregedor-geral também reuniu-se com o presidente e a tesoureira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA/Subseção Chapadinha), Audeson Oliveira Costa e Meuseana Almeida, que ratificaram o pedido de instalação de um juizado especial cível e criminal na comarca, afirmando que o mesmo pleito já foi apresentado ao presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, que sinalizou positivamente em relação à alteração das competências.

05.10.2018



INTERIOR | Corregedor-geral visita comarca de Brejo

A comarca de Brejo (315 quilômetros de São Luís) recebeu visita estratégica da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), com a presença de equipe de servidores, coordenada pelo juiz Raimundo Bogéa, e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva. A visita teve o objetivo de avaliar o funcionamento da comarca, após levantamento de dados relativos ao acervo e tramitação processual, objetivando identificar as principais dificuldades e buscar medidas de melhoria.

Os servidores foram orientados sobre o planejamento de ações de aprimoramento das rotinas diárias executadas, com o fim de gerar reflexos na qualidade dos serviços prestados a advogados e jurisdicionados da comarca.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, conversou com os servidores e com o juiz titular Edmilson da Costa Lima, que levantaram a necessidade de lotação de mais servidores; realização de treinamentos e pediram apoio para instalação da 2ª Vara – já criada por lei.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

NOVEMBRO

05.11.2018



INTERIOR | Corregedoria realiza visita estratégica na comarca de Barra do Corda

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado da juíza auxiliar Karine Reis (Planejamento Estratégico) e de equipe de servidores, realizaram visita estratégica na comarca de Barra do Corda, para avaliação das principais dificuldades enfrentadas pelos servidores e magistrados no desenvolvimento de suas funções.

Entre as dificuldades verificadas no fórum, foi identificado problema de oscilação da rede de internet, que impacta no acesso aos sistemas do Poder Judiciário, além de constantes problemas nas linhas telefônicas. As instalações prediais do Fórum encontram-se em bom estado de conservação, possuindo 02 (duas) Varas, 01 (um) Salão do Júri e 01 (uma) Sala da OAB.

Os servidores e os magistrados Iran Kurban Filho e Antonio Elias de Queiroga Filho relataram a necessidade de correção de alguns problemas de segurança e mobiliário; de lotação de mais servidores; de treinamentos; de instalação da 3ª Vara na comarca, em razão do crescimento da demanda dirigida à Justiça na comarca nos últimos anos, entre outros.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, também reuniu-se com advogados militantes na região e com oficiais de Justiça da comarca, que reforçaram os pedidos por mais técnicos e auxiliares judiciários nas unidades, assim como oficiais de Justiça, tendo em vista a distância e dificuldades de deslocamento para alguns locais dos termos judiciários (Jenipapo dos Vieiras e Fernando Falcão).

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

DEZEMBRO

03.12.2018



VISITA | Autoridades do Judiciário, MP e DPE conhecem local da nova Central de Custódia

Representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual (MPMA) e da Defensoria Pública (DPE) visitaram o prédio que está sendo adaptado para receber a nova Central de Inquéritos e Custódia, que sairá do Fórum "Desembargador Sarney Costa", no Calhau, e mudará para um prédio disponibilizado pelo Governo do Estado, na Avenida dos Franceses, bairro Outeiro da Cruz, em São Luís. Participaram da visita o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; o corregedor do Ministério Público Estadual, procurador Eduardo Heluy Nicolau; o defensor público geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos; o corregedor da DPE, Augusto Gabina; a juíza auxiliar da CGJ-MA Stella Muniz; o diretor de Segurança Institucional do TJMA, cel. Alexandre Magno.

As providências para a instalação da nova Central de Custódia, divisão, adaptação e distribuição do espaço foram discutidas em reunião com o secretário estadual de Administração Penitenciária, Murilo Andrade; o secretário de Estado de Governo, Antonio Nunes; o secretário adjunto da SEAP, Francisco Barrados, e outros representantes do Poder Executivo.

O secretário Murillo Andrade informou que o prédio será devidamente adaptado de acordo com as necessidades da Central de Inquéritos e Custódia, e que o governo vai proporcionar equipe multidisciplinar e de segurança para permitir que os trabalhos dos juízes, promotores e defensores que atuam na Central de Inquéritos e Custódia possam receber pessoas presas em flagrante delito encaminhadas pelas delegacias de polícia da região metropolitana da capital, para audiências de custódia com os juízes criminais, contando com ambiente próprio para colocação de tornozeleiras eletrônicas.

A nova sede da Central de Custódia vai reunir, em um só local, salas para as autoridades judiciárias, do Ministério Público, da Defensoria Pública, OAB, parlatório para conversas entre os presos e seus defensores e carceragem. Com isso, a pessoa presa em flagrante delito não precisará ser levada da delegacia para o setor de triagem da penitenciária e, em seguida, para o Fórum. Depois de autuado o flagrante na delegacia, irá direto para a carceragem da Central e aguardará no local a audiência de custódia com o juiz.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

DEZEMBRO



18.12.2018

INTERIOR | Corregedor-geral recebe demandas de advogados e servidores de Carolina

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado da juíza auxiliar Kariny Reis (Planejamento Estratégico) e equipe de servidores da Corregedoria, visitou o fórum da comarca de Carolina (817 km de São Luís), onde reuniu-se com servidores e advogados militantes na comarca, com o objetivo de conhecer as principais dificuldades da unidade judicial e buscar melhorias.

Os servidores solicitaram a realização de alguns reparos na estrutura do fórum; realização de treinamentos sobre o Processo Judicial eletrônico (PJe); criação e instalação da 2ª Vara da comarca de Carolina, em razão do crescimento da demanda judicial, entre outros.

Em reunião com o corregedor-geral, um grupo de 15 advogados também ressaltou a necessidade de criação e instalação da 2ª Vara de Carolina, frisando a elevação da demanda após a instalação de empreendimentos na região; e levantaram solicitações sobre atendimento aos advogados no fórum; uso do estacionamento; necessidade de nomeação de juiz substituto, entre outros.

19.12.2018

ECA | Corregedoria orienta sobre apreensão de adolescentes durante plantão judiciário

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) estabeleceu procedimentos a serem observados pelos juízes em relação a adolescentes apreendidos em flagrante, durante o plantão judiciário. O Provimento nº 44/2018, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo carvalho Silva, considerou a necessidade de padronização desses procedimentos.

O Provimento orienta o juiz plantonista a analisar a legalidade da apreensão e decidir sobre a internação provisória ou a liberação do adolescente, no prazo de 24 horas, contado do recebimento do comunicado da apreensão em flagrante.

Caso não exista uma entidade adequada para internação nas comarcas do interior do Estado, o juiz deve realizar, se possível, a audiência de apresentação antes do adolescente ser transferido para a unidade de internação provisória mais próxima.

O provimento esclarece, em primeiro lugar, que a apreensão de adolescentes é matéria que deve ser apreciada pelos juízes durante o plantão judicial. Também orienta que, nos casos em que o Ministério Público tenha se manifestado pela necessidade de internação provisória e oferecido representação pela ação socioeducativa, o juiz deve empreender esforços para realizar a audiência de apresentação antes da transferência do adolescente, de modo a evitar outro deslocamento.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

JANEIRO

CENTRAL ÚNICA | Cartórios devem disponibilizar dados para emissão de documentos eletrônicos

26.01.2018

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) expediu ofício circular aos notários, registradores e interinos de Serventias Extrajudiciais do Maranhão, para que observem o estrito cumprimento do Provimento N° 13/2016 da CGJ-MA, que instituiu a Central Única de Serviços Compartilhados - "Cartórios Maranhão", sob pena de aplicação das penas disciplinares cabíveis. A ferramenta "Cartórios Maranhão" é destinada a facilitar e modernizar o acesso dos usuários às serventias extrajudiciais maranhenses, possibilitando a busca de informações, solicitação de certidões, envio e apresentação de documentos (escrituras, instrumentos particulares, e outros documentos gerados eletronicamente).

A Central se destina ao armazenamento, concentração, interconexão, recebimento, envio e disponibilização de informações e documentos sobre os atos registrais e notariais em meio eletrônico, bem como para constituir foro centralizador de informações e comunicações entre a sociedade, o Poder Público e as serventias extrajudiciais.

FEVEREIRO

08.02.2018



PRIORIDADE | Corregedoria abre parceria com instituições para combate ao sub-registro no Estado

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) deu início às discussões sobre o planejamento das ações de combate ao sub-registro no Estado, a ser trabalhada em parceria com o Comitê Gestor Estadual para Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento; Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop); Viva Cidadão e PROCON. Os juízes Jaqueline Caracas (auxiliar da CGJ) e Alexandre Abreu (15ª Vara Cível) debateram o tema com representantes das instituições parceiras, durante reunião realizada no Viva Cidadão, em São Luís.

Os juízes informaram que a erradicação do sub-registro no Maranhão é uma das prioridades da atual gestão do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, por meio de parceria com as instituições e órgãos que atuam na área para levar o serviço de registro civil aos municípios e povoados do interior.

Alexandre Abreu explicou que a ação da CGJ também tem parceria com os juízes das comarcas, como forma de fortalecer o envolvimento de todo o Poder Judiciário no projeto e facilitar o engajamento dos cartorários.

Participaram da reunião a coordenadora das unidades móveis do Viva Cidadão, Margarida Freitas; a secretária adjunta do Procon/MA, Karen Barros; e a diretora de Atendimento ao Cidadão do Viva, Caíssa Matos.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

FEVEREIRO

22.02.2018

PROVIMENTO | Corregedoria regulamenta prestação de contas mensais de cartórios vagos do Estado

As serventias extrajudiciais (cartórios) do Maranhão ocupadas por interinos ou interventores devem apresentar mensalmente à Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) a prestação de contas de receitas e despesas necessárias ao seu funcionamento, conforme regulamentado pelo Provimento N° 6/2018, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva. A obrigatoriedade da prestação de contas pelos ocupantes das serventias vagas foi redefinida pela Resolução Nº 15/2018 do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O Provimento Nº 06/2018 estabeleceu os critérios e procedimentos da prestação de contas, considerando que compete à CGJ a fiscalização das serventias extrajudiciais, assim como a manutenção do controle financeiro dos cartórios do Estado para não colocar em risco a regular prestação do serviço. Considera, ainda, que os responsáveis por serviços de cartório que não tenham sido classificados dentre os regularmente providos (concurso público) não podem obter remuneração máxima superior a 90,25% dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), teto previsto no Art. 37, XI, da Constituição Federal.

MARÇO

19.03.2018

CARTÓRIOS | Serventuários devem comprovar regularidade trabalhista e fiscal à Corregedoria Geral

Os serventuários extrajudiciais, sejam titulares, interinos ou interventores, devem encaminhar à Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) certidões de regularidade trabalhista, previdenciária, social e fiscal, relativas ao recolhimento de valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), assim como referentes ao Imposto de Renda (IR) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). A obrigatoriedade das comprovações foi definida pela Portaria Conjunta N° 8/2018, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

A Portaria especifica todas as obrigações referentes à comprovação, estabelecendo que as certidões comprobatórias devem ser encaminhadas trimestralmente aos órgãos competentes da CGJ, podendo ser utilizadas certidões negativas com efeitos positivos em caso de débitos discutidos judicialmente.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

ABRIL

12.04.2018

PROVIMENTO | CGJ unifica registro de imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) editou provimento que dispõe sobre o registro imobiliário de documentos emitidos pela Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos S/A (EMARPH), antiga COHAB – Companhia Habitacional Popular do Maranhão. O Provimento n.º 7/2018, assinado pelo corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho, unifica os procedimentos a serem adotados pelas serventias extrajudiciais (cartórios), com competência de imóveis, para registro de contratos habitacionais celebrados entre a empresa e particulares, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Com a unificação, os cartórios de imóveis do Estado, ao procederem ao registro em livro de matrícula individualizada, em contratos imobiliários celebrados pela Emarph no âmbito do SFH, podem fazer o ato mediante apresentação, pelo interessado, de simples certidão de inteiro teor, expedida pela empresa, nos casos em que o adquirente do imóvel tenha extraviado, por qualquer motivo, os originais entregues à época da assinatura do contrato habitacional.

JUNHO

05.06.2018

SERVIÇO | Cartórios do Maranhão passam a realizar comunicação eletrônica de compra e venda de veículos

Mais de 100 cartórios extrajudiciais de todo o Maranhão estão aptos a realizarem a comunicação eletrônica de compra e venda de veículos automotores, por meio de sistema disponibilizado pelo DETRAN, evitando a necessidade de comparecimento ao órgão de trânsito. A medida foi viabilizada por convênio firmado entre a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e o DETRAN, com o objetivo de conferir maior agilidade e segurança na comunicação de compra e venda de veículos.

O procedimento de comunicação de compra e venda evita processos judiciais de responsabilização civil decorrentes de multas e outros problemas oriundos de transações comerciais de compra e venda de veículos, e a posterior necessidade de comunicação da venda nos postos do órgão de trânsito. O prazo para realização da comunicação é de 30 dias a contar da negociação e o interessado poderá efetuar a comunicação de venda do veículo na própria serventia extrajudicial (cartório) em que foi realizado o reconhecimento da firma do Certificado de Registro de Veículos (CRV).

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

JUNHO

25.06.2018

IGUALDADE | Transgêneros podem alterar nome e sexo nos cartórios do Maranhão

Mesmo sem a realização de cirurgia de redesignação de sexo ou do uso de tratamentos hormonais, os transgêneros que assim se declararem podem requerer pessoalmente aos oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do estado a alteração do prenome e/ou gênero no registro de nascimento ou casamento, sem necessidade de autorização judicial. O procedimento foi regulamentado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do Provimento Nº 17/2018, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, alterado pelo Provimento N° 30/2018.

A medida considerou a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275-DF, julgada procedente para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/73, de modo a reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil.

Segundo o Provimento Nº 17/2018, o requerimento pode ser feito em qualquer ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Maranhão, que encaminha o pedido ao Oficial do local do registro para realização da averbação e anotações. A medida considera os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da liberdade e da igualdade material, assim como a garantia do direito à autodeterminação do próprio gênero.

28.06.2018

SUB-REGISTRO | Municípios com 300 nascimentos/ano devem instalar postos avançados de registro civil

Todos os municípios do Maranhão onde exista estabelecimento de saúde que realize a partir de 300 partos por ano devem possuir instalados postos avançados de registro civil. A obrigatoriedade foi estabelecida por meio do Provimento Nº 18/2018, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), assinado pelo corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e considerou principalmente o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, cujo exercício consolida-se a partir do registro de nascimento enquanto direito fundamental de todos os cidadãos. Durante o ano de 2018, foram instalados nove postos em diversos municípios do Maranhão, totalizando 35 em funcionamento.

A instalação dos postos avançados nos municípios incumbe ao Ofício de Registro Civil que funcionar na cidade, que deve tomar as providências necessárias, mediante fiscalização e acompanhamento do juiz corregedor a ele vinculado. Sempre que houver condições técnicas, será implantada de preferência a Unidade Interligada, nos termos do Provimento nº 13/2010-CNJ e Provimento nº 20/2013-CGJ/MA.

A medida também considerou o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-Registro (Decreto Nº 6.289/2010) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece o princípio da proteção integral e da prioridade absoluta de efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, entre os quais se encontra inserido o direito ao registro civil.

A medida objetiva principalmente reduzir os índices de sub-registro no estado do Maranhão, enquanto uma necessidade urgente e uma das prioridades de sua gestão à frente da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

JULHO

12.07.2018

PROTESTO | Certidões da dívida ativa e decisões do Tribunal de Contas podem ser protestadas em cartórios

Os débitos de natureza tributária, inscritos em dívida ativa, especialmente os relativos a IPTU, ISS, IPVA e ICMS, bem como os de natureza não tributária, da Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal, podem ser levados a protesto no Tabelionato de Protesto do domicílio do devedor. A medida foi regulamentada pelo Provimento Nº 21/2018, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, permitindo que os protestos das dívidas tributárias e não tributárias possam ser feitas eletronicamente pelas fazendas públicas federal, estadual e municipal.

Segundo o Provimento, estão igualmente sujeitas a protesto as decisões proferidas pelos Tribunais de Contas, das quais resultem imputação de débito ou aplicação de multa (art. 71, § 3º, da Constituição Federal e art. 51, § 3º, da Constituição do Estado do Maranhão). O documento estabelece os critérios para apresentação da Certidão de Dívida Ativa; pagamento dos emolumentos relativos aos protestos; entre outros.

17.07.2018

DECISÃO | Corregedoria Geral da Justiça revoga nomeação de interinos de cartórios do Maranhão

O Corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, assinou decisão revogando nomeações de interinos que atuam em cartórios do Maranhão, cujos vínculos de parentesco se enquadravam nas vedações legais delineadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A decisão se deu em Pedido de Providências instaurado pela Corregedoria Nacional de Justiça com intuito de acompanhar o cumprimento da denominada Meta 15, fixada no 1º Encontro de Corregedores do Serviço Extrajudicial, promovido pela Corregedoria Nacional em 7 de dezembro de 2017.

A decisão revogou as interinidades das Serventias Extrajudiciais de Afonso Cunha; de Alto Alegre do Maranhão; de Cantanhede; de Fortaleza dos Nogueiras; de Lima Campos; de Matões; de Mirador; de Olho D´Água das Cunhãs; de São Félix de Balsas; de São Mateus do Maranhão; de Sítio Novo; do 4º Ofício Extrajudicial de Caxias; do 1º Ofício Extrajudicial de Colinas; do 3º Ofício Extrajudicial de Santa Inês; do 1º Tabelionato de Protestos de São Luís; do 3º Ofício Extrajudicial de Timon; do 1º Ofício Extrajudicial de Tuntum; do 1º Ofício Extrajudicial de Vitória do Mearim e do 1º Ofício Extrajudicial de Vitorino Freire. Também foram objeto de decisão revogatória o 3º Ofício Extrajudicial de Bacabal e no 2º Ofício Extrajudicial de Vitória do Mearim, posteriormente.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

AGOSTO

06.08.2018



CARTÓRIOS | Juízes são orientados sobre inspeções nas serventias extrajudiciais

Magistrados que atuam nas varas com competência para registros públicos participaram de treinamento para inspeções em serventias extrajudiciais, na Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), coordenado pela juíza auxiliar da CGJ-MA Jaqueline Caracas (Extrajudicial).

A capacitação, com duração de 10 horas-aulas, foi organizada pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), com o objetivo de oferecer aos juízes instrumentos que agilizem a apuração de dados, tanto no que se refere aos aspectos estruturais, de recursos humanos e de gestão, como também quanto à regularidade e correção da atividade registral e notarial.

Além das normas vigentes sobre a fiscalização, o treinamento abordou também sobre o funcionamento do Sistema Auditus – de correições e inspeções ordinárias e extraordinárias digitais. O programa, de uso conjunto da Corregedoria e dos cartorários, permite o preenchimento do relatório anual das atividades desempenhadas pelas serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão.

10.08.2018



CIDADANIA | Transgênero recebe primeira certidão com alteração de nome e gênero do Estado

A transgênero Emanuelly Vitória da Silva Almeida foi a primeira no Maranhão a receber oficialmente a certidão de nascimento com alteração do prenome e gênero - mudança feita diretamente no 2º Ofício Extrajudicial de Coroatá. A entrega da certidão foi feita pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, com a presença do secretário estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Francisco Gonçalves, da presidente do Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (PROCON-MA), Karen Barros, da titular do cartório, Ivonete dos Anjos Pereira e da juíza Jaqueline Caracas, auxiliar da CGJ-MA responsável pelas serventias extrajudiciais.

A alteração de prenome e gênero nas certidões de nascimento ou casamento, feita diretamente nos cartórios do Maranhão e sem a necessidade de autorização judicial, foi regulamentada por meio do Provimento Nº 17/2018, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), autorizando o procedimento mesmo sem a realização de cirurgia de redesignação de sexo ou do uso de tratamentos hormonais.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

AGOSTO

18.08.2018



CIDADANIA | CGJ e Procon realizam mutirão de registro civil em Paço do Lumiar

Foi realizada a edição de abertura do projeto "Maranhão no combate ao sub-registro", no município de Paço do Lumiar (Assembleia de Deus do Loteamento Saramanta), por meio de parceria entre a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e o Viva Procon. A abertura contou com a presença da juíza auxiliar da CGJ, Jaqueline Caracas; do secretário estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves; do subdefensor geral, Gabriel Santana Furtado Soares; do corregedor da Defensoria Pública do Estado, José Augusto Gabina de Oliveira; da presidente do PROCON-MA, Karen Barros; e do prefeito de Paço do Lumiar, Domingos Dutra.

Foi primeira vez que a emissão de Certidão de Nascimento foi oferecida entre os serviços da carreta do Viva Procon, por meio do 2º Ofício Extrajudicial de Paço do Lumiar. O Viva Procon também emite documentos básicos como Registro Geral (RG), CPF, Antecedentes Criminais e formalização de denúncias (PROCON).

21.08.2018

PROVIMENTO | Corregedoria disciplina protesto de decisões judiciais irrecorríveis em cartórios

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, assinou o Provimento Nº 27/2018, autorizando o protesto em cartório de decisões judiciais irrecorríveis, referentes a condenação por quantia certa ou outra obrigação convertida em pecúnia; custas judiciais; honorários de sucumbência; e decisão temporária que fixe verba alimentar. A medida entrou em vigor 60 dias depois, alterando dispositivos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), e acresceu dispositivos ao Provimento n.º 11/2013, que regulamenta o procedimento.

Para a edição do provimento, a CGJ -MA considerou que o protesto é o ato formal pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento da obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida; jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e precedente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que reconhecem a sentença transitada em julgado como título representativo de dívida; além do disposto no Novo Código de Processo Civil (NCPC), em seu artigo 517.

O documento acrescentou oito artigos ao Código de Normas da CGJ, determinando que o protesto do título deve ser lavrado no Tabelionato de Protesto (cartório) da comarca do juízo do domicílio do devedor, mediante emissão de Certidão de Dívida Judicial (CDJ) de existência de dívida, emitida a pedido do credor, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

AGOSTO

28.08.2018

PROVIMENTO | Emissão de registro tardio de nascimento pode ser feita diretamente nos cartórios do Estado

As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo previsto em lei - ou seja, pedidos de registro de nascimento tardio - podem ser feitas diretamente aos oficiais de Registro Civil do lugar de residência do interessado, ou pessoa por este especificamente designada para a prática do ato, independentemente de apreciação judicial. O procedimento para o registro tardio de nascimento diretamente nos cartórios extrajudiciais do Estado foi regulamentado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do Provimento Nº 28/2018, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, conforme previsto na Lei N° 11.790/2008.

O interessado pode fazer o pedido por escrito, por meio de Formulário, ou apresentá-lo de forma oral, neste caso devendo ser reduzido a termo pelo Oficial, sempre contendo as informações previstas em Lei. Sempre que possível, o requerimento para registro tardio será acompanhado por Declaração de Nascido Vivo (DNV) expedida por maternidade ou estabelecimento hospitalar, ou declaração contendo as informações da DNV; certidão negativa expedida pelo Oficial do local de nascimento do registrando; e cópias das certidões de nascimento dos irmãos, se houver.

O objetivo da medida é simplificar e uniformizar o procedimento para emissão tardia da certidão de nascimento, facilitando que pessoas da comunidade tenham maior facilidade para solicitar o documento e contribuindo para a redução dos índices de sub-registro no estado.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

SETEMBRO

04.09.2018

DESBUROCRATIZAÇÃO | Cartórios passam a retificar Registro Civil sem a necessidade de processo judicial

Alterações simples no registro civil podem ser realizadas diretamente nos cartórios de Registro Civil do Estado do Maranhão, nas situações em que não é exigida comprovação testemunhal ou outra prova que o cartorário considere necessária de apreciação pelo Juiz. A medida – editada pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) por meio do Provimento n.º 29/2018 –, considera as normas legais que incentivam a desjudicialização de demandas simples.

O interessado pode fazer o pedido por escrito, por meio de Formulário, ou apresentá-lo de forma oral, neste caso devendo ser reduzido a termo pelo Oficial, com a indicação precisa dos pontos a serem retificados, instruído com prova documental necessária à comprovação do erro.

A medida é fruto da Lei n.º 13.484 de 26 de setembro de 2017, que deu nova redação ao artigo 110 da Lei de Registros Públicos, para permitir algumas hipóteses de retificações de registro civil, independentemente de apreciação judicial do pedido.

18.08.2018



20 ANOS | Mais de mil casais oficializam a união civil em Casamento Comunitário de São Luís

Com uma grande festa, o Poder Judiciário comemorou os 20 anos do projeto Casamentos Comunitários. Com a presença do idealizador do projeto, desembargador Jorge Rachid; do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; da reitora da UFMA, professora Nair Portela, entre outras autoridades, o casamento teve a participação de mais de 50 juízes e mais de 100 servidores voluntários, que trabalharam para celebrar a união civil de 1013 casais de São Luís.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, ressaltou o aspecto progressista e visionário do desembargador Jorge Rachid, ao idealizar um projeto que aproxima o Poder Judiciário da população e promove a cidadania. Ele observou que o Judiciário passou por várias mudanças, tornando-se mais participativo e atuando em busca de uma sociedade mais justa e solidária.

Homenageado durante a cerimônia, o desembargador Jorge Rachid relembrou o início dos casamentos comunitários, projeto que começou pequeno e 20 anos depois se consolida como um importante instrumento de cidadania disponível à população. "Agradeço aos juízes que aqui estão para celebrar estes casamentos gratuitamente", frisou.

PROJETO - Realizado desde 1998 em todo o Maranhão pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, os Casamentos Comunitários já oficializaram a união civil de mais de 120 mil casais maranhenses. O maior casamento do Estado aconteceu em 13 de junho de 2001, na Praça Maria Aragão, com a celebração de cinco mil casamentos e a participação de quase 200 magistrados.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

OUTUBRO

OTIMIZAÇÃO | Corregedoria autoriza restauração de registros civis pelos cartórios do Maranhão

03.10.2018

A restauração de registros de nascimento e casamento não encontrados – quando constatado o extravio, deterioração do Livro ou supressão da folha em que se encontrava lavrado o assento – pode ser feita diretamente nos Cartórios Extrajudiciais do Maranhão, sem necessidade de autorização judicial. Norma editada pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, autorizou a simplificação do ato para o âmbito administrativo, quando houver prova documental suficiente para a realização do procedimento. Pelo Provimento N.º 32/2018, o interessado poderá solicitar a restauração do assento de registro civil (nascimento e casamento) por meio de formulário e anexando as provas ao documento.

A edição do Provimento também representa uma medida de desjudicialização, contribuindo para o desafogamento do Poder Judiciário e permitindo ao usuário a emissão mais rápida do documento.

19.10.2018



CIDADANIA | Maternidade Nossa Senhora da Penha recebe posto de Registro Civil

A Maternidade Nossa Senhora da Penha, localizada no bairro do Anjo da Guarda (São Luís), inaugurou o 24º Posto Avançado de Registro Civil de Nascimento do Estado, terceiro da capital. A instalação contou com a presença da juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, Jaqueline Reis Caracas, representando o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; do secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves; do secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula; do subsecretário da Secretaria do Trabalho e da Economia Solidaria, Silvio Conceição Pinheiro; e a presidente do Procon/VIVA, Karen Barros; além de Karla Rosangela Silvia Diniz Almeida, representante do clube das mães da Vila Verde, região do Itaqui-Bacanga. A instalação do posto integra a política de combate ao subregistro da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde (SES), Secretaria do Trabalho e da Economia Solidaria (Setres) e a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

A instalação dos postos avançados de Registro Civil segue o disposto no Provimento Nº 18/2018, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), que estabelece a obrigatoriedade de instalação de postos de registro civil nas maternidades onde ocorrem a partir de 300 partos por ano, nos municípios do Maranhão. O Provimento assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, objetiva contribuir com a redução dos índices de sub-registro no estado do Maranhão e com a garantia de acesso aos serviços de cidadania pela população.

Os postos instalados nas maternidades permitem que o registro de nascimento seja emitido logo após o nascimento, pela mãe, pai ou pessoa responsável, bastando apresentar a Declaração de Nascido Vivo (DVN), que é uma folha amarela de comprovação do nascimento emitida pelo hospital.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

NOVEMBRO

07.11.2018

PROVIMENTO | Corregedoria da Justiça estabelece novos critérios para indicação de interinos para cartórios vagos

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) estabeleceu novos critérios para a designação de interinos para administrar serventias extrajudiciais (cartórios) que se encontram vagas no Estado. As normas foram editadas por meio do Provimento nº 38/2018, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva. Com a medida, a escolha dos interinos passou a adotar critérios objetivos e transparentes, evitando a designação de forma a violar a proibição ao nepotismo.

O provimento da CGJ-MA foi assinado pelo corregedor-geral na mesma data de publicação do Provimento nº 77, de 7/11/2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - que dispõe sobre a designação de responsável interino pelo expediente nos cartórios.

O CNJ estabeleceu que a designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre pessoa condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos casos de atos de improbidade administrativa, crimes contra a administração pública, de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; crimes hediondos ou praticados por organização criminosa, redução de pessoa à condição análoga à de escravo e crimes eleitorais dentre outros.

08.11.2018



COMBATE AO SUB-REGISTRO | CGJ e Procon realizam mutirão de registro civil no Maracanã

Por meio de parceria entre a Corregedoria Geral da Justiça e o Viva/PROCON, foi realizado no Instituto Federal do Maranhão (IFMA) do bairro do Maracanã, mais uma edição do projeto "Maranhão no combate ao sub-registro", com a disponibilização do serviço de emissão da primeira certidão de nascimento, por meio da 4ª Zona de Registro Civil de São Luís.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e a juíza auxiliar Jaqueline Caracas (Extrajudicial) visitaram o local do mutirão, onde conversaram com a coordenadora estadual de Promoção do Registro Civil, Maria da Graça Lindoso Moreira, e com famílias de comunidades da região, constatando o elevado índice de sub-registro da população da área, ou seja, de crianças e adultos que ainda não possuem a certidão de nascimento - documento essencial para ao acesso aos atos da vida civil e aos direitos decorrentes da cidadania.

Durante os mutirões, a emissão de Certidão de Nascimento é oferecida entre os serviços da carreta do Viva Procon, que também emite documentos básicos como Registro Geral (RG), CPF, Antecedentes Criminais e formalização de denúncias (PROCON). O mutirão no bairro Maracanã também contou com serviços de saúde, rodas de conversa e atendimentos pela Defensoria Pública Estadual (DPE/MA).

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

NOVEMBRO



26.11.2018

REUNIÃO | Corregedoria amplia parcerias para fortalecer combate ao sub-registro civil no Estado

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com representantes de diversos órgãos convocados para atuarem em parceria na ampliação e fortalecimento dos projetos de combate ao sub-registro no Estado do Maranhão, desenvolvidos pela Corregedoria Geral da Justiça, Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e Viva/Procon.

Participaram da reunião o secretário estadual de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves; o corregedor-geral do Ministério Público Estadual, procurador Eduardo Jorge Heluy Nicolau; o defensor público Tiago Josino; o presidente da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão (Arpen-MA), Devanir Garcia; a coordenadora de promoção do Registro Civil de Nascimento (Sedihpop), Maria da Graça Moreira; a juíza Jaqueline Caracas, auxiliar da CGJ-MA responsável pelas Serventias Extrajudiciais (cartórios); a chefe de gabinete Caíssa Matos, representando a presidente do Procon/MA, Karen Barros; a diretora do Fórum Desembargador Sarney Costa, juíza Diva Maria de Barros Mendes; o juiz titular da Vara de Registros Públicos da capital, José Eulálio Figueiredo de Almeida; além de representantes da Federação dos Municípios (FAMEM) e cartorários.

O corregedor-geral e a juíza Jaqueline Caracas frisaram a importância do engajamento dos municípios tanto na implantação dos postos de Registro Civil quanto no levantamento das regiões com maiores índices de pessoas que não possuem o registro de nascimento, por meio dos agentes comunitários, como forma de garantir o enfrentamento do problema nas regiões mais afetadas.

30.11.2018



Maternidade de Grajaú recebe Posto Avançado de Registro Civil

Com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, foi instalado, na Maternidade Santa Neuza, no município de Grajaú, o 34º Posto Avançado de Registro Civil do Estado, permitindo a emissão das certidões de nascimento dos recém-nascidos antes da alta hospitalar. Os pequenos Nícolas de Sousa Rabelo e Liziane Atanazio dos Santos Guajajara – criança indígena - foram os primeiros beneficiados com a emissão de documentos por meio do novo Posto Avançado, de responsabilidade do Cartório do 2º Ofício Extrajudicial de Grajaú.

A instalação resultou de parceria entre a Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP); Município de Grajaú; CGJ-MA e Cartório do 2º Ofício de Grajaú, e segue o disposto no Provimento Nº 18/2018 da Corregedoria, que prevê a instalação de postos de registro civil nas maternidades municipais que realizam a partir de 300 partos por ano.

A medida faz parte do compromisso assumido pelo desembargador Marcelo Carvalho para sua gestão à frente da Corregedoria, de buscar reduzir os índices de sub-registro no Estado do Maranhão, principalmente atuando nas regiões mais distantes e de difícil acesso, onde se encontra a maior parte da população que ainda não possui o documento.

Em 2018, também receberam a instalação de postos avançados de registro civil a Maternidade Nossa Senhora da Penha (São Luís); o Hospital Municipal de Estreito; o Hospital Municipal Pedro Vera Cruz, em Miranda do Norte; o Materno Infantil de Presidente Dutra; o Hospital Santa Filomena, em Cantanhede; a maternidade Humberto Coutinho, em Pedreiras; o Hospital Geral de Dom Pedro; e Hospital Regional Dr. Celson Rocha Santos, em São João dos Patos.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

JANEIRO

11.01.2018



DIÁLOGO | Corregedor-geral recebe visita institucional da Associação dos Magistrados

Nesta quinta-feira (11), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, juntamente da equipe de juízes auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), reuniu-se com representantes da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), que apresentaram as principais demandas da magistratura de 1º Grau tendo em vista a melhoria da prestação jurisdicional no Estado. Estiveram presentes o presidente da AMMA, juiz Ângelo Alencar dos Santos; o diretor da CGJ-MA, juiz Marcelo Moreira; o diretor do Fórum de São Luís, juiz Edilson Caridade; os juízes auxiliares da Corregedoria, Kariny Reis, Gladiston Cutrim, Raimundo Bogea, Jaqueline Caracas e Francisca Galiza; membros da Diretoria da AMMA, juízes Luis Carlos Licar, Adelvan Nascimento, Ticiany Gedeon e Andreia Perlmutter; além de outros juízes do Fórum da capital.

Na oportunidade, o desembargador Marcelo Carvalho afirmou o total apoio da Corregedoria no propósito de oferecer melhores condições de trabalho aos magistrados, e sua disposição para receber e ouvir os pedidos de interesse da Justiça de 1º Grau.

12.01.2018



FORMAÇÃO | Corregedoria abre diálogo com Diretoria da ESMAM

Os juízes Marcelo Moreira, diretor da Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), e Kariny Bogéa, coordenadora de Planejamento Estratégico da CGJ, reuniram-se com o diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), desembargador Paulo Velten Pereira, para conhecer as ações de treinamento e capacitação de magistrados e servidores para o ano de 2018, iniciando diálogo entre os órgãos durante a gestão do desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça.

Na reunião, o diretor da Escola apresentou o calendário anual de cursos de capacitação, pós-graduação e mestrado para magistrados; as atividades planejadas pela escola; cursos previstos para servidores e questões relativas ao equilíbrio financeiro da instituição.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

JANEIRO

18.01.2018



INSTITUCIONAL | Corregedor-geral da Justiça conhece demandas da Defensoria Pública Estadual

O desembargador Marcelo Carvalho Silva reuniu-se com o então corregedor-geral da Defensoria Pública Estadual (DPE-MA), Antonio Peterson Leal, quando trataram sobre o funcionamento e estreitamento da relação entre os dois órgãos. Na oportunidade, o corregedor-geral da DPE apresentou as demandas de interesse da Defensoria em relação à Justiça de 1º Grau do Estado.

Peterson Leal solicitou que a CGJ-MA solicite, junto aos cartórios de registros públicos do Estado, a simplificação do trâmite de demandas como registro tardio e correções de nomes inscritos com erros simples, conforme determina o Provimento N° 28/2008 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), medida que também ajudaria a reduzir o ajuizamento de processos que buscam autorizar essas alterações em favor da população.

22.01.2018



MULHER | Corregedor da Justiça conhece políticas de proteção da Casa da Mulher Brasileira

Em respeito ao compromisso assumido à frente da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) de buscar o fortalecimento das frentes de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, o desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça (biênio 2018-2019), esteve visitando as instalações da Casa da Mulher Brasileira, onde conversou com as delegadas da Mulher sobre o funcionamento e as práticas de proteção aos direitos da mulher efetivadas pela unidade. As delegadas Mary Jane Monteiro e Poliane Costa apresentaram ao corregedor a situação das delegacias da Mulher, como os principais procedimentos e dificuldades.

Na ocasião, o corregedor informou sobre a integração das delegacias da Mulher ao sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), que gerencia a tramitação eletrônica de ações na Justiça.

O magistrado reafirmou o apoio da CGJ-MA nas ações de combate a todas as formas de violências contra as mulheres, enquanto um dever do Estado. Para ele, esse objetivo também deve ser buscado em termos educacionais e culturais, considerando os altos índices de violência, abusos e taxas de feminicídio no mundo, especialmente no Brasil e na América Latina.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

JANEIRO

26.01.2018



SÃO LUÍS | Servidores do fórum apresentam demandas ao corregedor-geral da Justiça

Com o objetivo de verificar as melhorias necessárias na estrutura de tecnologia da informação e na prestação de atendimento médico do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Cavalho Silva, reuniu-se com os chefes das duas unidades administrativas, Filomeno Viana Nina (Informática) e Camila Silva de Araújo (Divisão Médica e Odontológica).

O chefe da Divisão de Informática apresentou toda a estrutura tecnológica existente no Fórum, ressaltando a necessidade de investimentos em melhorias, considerando o elevado número de unidades judiciais, administrativas, que utilizam cerca de mil computadores. Ele relatou ainda os serviços na área de tecnologia realizados nos últimos anos e levantamento das necessidades, que serão apresentadas à Presidência do TJMA.

Em visita ao Serviço Médico e Odontológico do Fórum, o corregedor conversou com a chefe do setor, Camila de Araújo, e com as enfermeiras Ana Valéria Carvalho e Lídia Raquel, que apresentaram as necessidades de melhoria dos serviços.

29.01.2018



PROXIMIDADE | Corregedor-geral propõe programa do Judiciário na TV Assembleia

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, realizou visita institucional à Assembleia Legislativa do Maranhão, quando conversou com o presidente da Casa, deputado estadual Othelino Neto (PCdoB). O corregedor e o deputado trataram da importância da construção de uma relação harmônica entre os Poderes, em respeito às disposições constitucionais e à manutenção da democracia, que é uma das principais garantias da sociedade.

Na ocasião, o corregedor-geral solicitou o apoio do Legislativo, por meio da TV Assembleia, para criação e veiculação de programa com o objetivo de aproximar o Judiciário da população, através de vídeos que facilitem a compreensão da comunidade sobre o papel da Justiça, a serem produzidos pelas assessorias de Comunicação do Tribunal de Justiça (TJMA) e da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

O deputado Othelino Neto colocou a estrutura da TV Assembleia à disposição do Judiciário, observando que também é um objetivo do Legislativo e da TV Assembleia divulgar informações de interesse da sociedade, uma vez que se trata de uma estrutura do Poder Público e que deve servir aos interesses da comunidade.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

FEVEREIRO

01.02.2018



PARCERIA | CEMULHER apresenta políticas de combate à violência contra a mulher ao corregedor-geral

A presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (CEMULHER/TJMA), desembargadora Ângela Salazar, reuniu-se com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, quando apresentou as políticas de combate à violência contra as mulheres desenvolvidas pela Coordenadoria. A reunião aconteceu na sede da CEMULHER (Rua do Egito, Centro, São Luís-MA), com a participação da equipe de servidores e das juízas Larissa Tupinambá (assessora da CEMULHER e titular da 3ª Vara de Pedreiras) e Rosária Duarte (titular da 1ª Vara da Mulher).

A desembargadora explicou ao corregedor que o trabalho da Coordenaria se dá em razão do aumento dos índices dos vários tipos de violência contra as mulheres no Maranhão, por meio da aplicação de projetos baseados em pesquisas que demonstram os públicos com maior incidência de autores de agressão.

O corregedor-geral da Justiça considerou extraordinário o trabalho da Coordenadoria, reconhecida nacionalmente como uma das mais estruturadas e que realiza um trabalho pioneiro junto à comunidade.

08.02.2018



VISITA | Corregedor-geral avalia demandas da Procuradoria Geral do Estado

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia; e com os procuradores adjuntos Oscar Medeiros e Bruno Tomé, que apresentaram demandas de interesse da PGE junto à Justiça de 1º Grau, principalmente relacionadas a adoção de medidas para agilizar a tramitação de processos na área da Fazenda Pública.

Na ocasião, os procuradores levantaram a problemática envolvendo o ajuizamento de ações em duplicidade, por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJe), solicitando providências junto ao sistema para evitar esse tipo de litispendência, conforme já acontece na Justiça Federal.

Os procuradores também ressaltaram outras questões envolvendo a tramitação judicial, considerando que a PGE-MA atua em cerca de 130 mil ações da fazenda pública, sendo a maior parte no 1º Grau.

O corregedor-geral afirmou ser também do interesse do Poder Judiciário a adoção de medidas que busquem otimizar a tramitação processual, sugerindo a designação de nova reunião com todos os atores envolvidos na gestão processual para que sejam imediatamente avaliadas e encaminhadas as medidas necessárias.

Na reunião, o procurador Rodrigo Maia saudou o desembargador pela função de corregedor, que ele considera estratégica dentro do Poder Judiciário, tanto no aspecto disciplinar quanto de planejamento e gestão.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

MARÇO



01.02.2018

SÃO LUÍS | Corregedor reúne com juízes da Fazenda Pública da capital

Juízes das Varas e Juizado da Fazenda Pública de São Luís estiveram reunidos com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, quando levantaram propostas para melhoria e aumento da celeridade nas unidades. Participaram os juízes Marco Antonio Netto Teixeira (coordenador da Secretaria Judicial da Fazenda Pública-SEJUD) e titular da 1ª Vara da Fazenda Pública; Roberto Abreu (7ª Vara); Alexandra Ferraz (7ª Vara); Alessandra Arcangeli (auxiliar da 3ª Vara); Cristiana Ferraz (auxiliar da 2ª Vara); Ana Maria Vieira (6ª Vara); Cleonice Conceição do Nascimento (Juizado Especial). Também estiveram presentes os juízes Raimundo Bogéa (auxiliar da CGJ) e Marcelo Moreira (diretor da CGJ)..

Na ocasião, os juízes conversaram com o corregedor sobre proposta envolvendo a modificação de algumas competências de varas da Fazenda Pública, justificando que a medida poderia diminuir a sobrecarga de trabalho de magistrados e servidores.

O corregedor colocou-se à disposição para discutir qualquer sugestão dos magistrados objetivando melhorar os serviços prestados.

08.03.2018



8 DE MARÇO | Corregedor homenageia servidoras e magistradas pelo Dia da Mulher

No Dia Internacional da Mulher, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, prestou homenagem às mulheres que trabalham no Judiciário maranhense, ressaltando a necessidade de combater as diversas formas de machismo, preconceito e violência que atingem as mulheres. A desembargadora Ângela Salazar, presidente da Coordenadoria Estadual de Combate à Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA), o desembargador Kléber Costa Carvalho também participaram da homenagem na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

Na ocasião, a desembargadora Ângela Salazar falou às mulheres que o Dia 8 de Março não é motivo somente para comemorações, mas para reflexão sobre as opressões e violências que ainda hoje acometem as mulheres, principalmente as negras, exigindo dos poderes públicos maior atenção na adoção de políticas públicas e na inclusão das mulheres nos espaços de poder. Ela lembrou que as mulheres representam a maioria do eleitorado brasileiro, mas ainda são poucas representantes nos espaços da política, universidades e do próprio Judiciário.

O desembargador Marcelo Carvalho também falou às servidoras do Fórum de São Luís, frisando que o Dia Internacional da Mulher deve servir para discussão sobre os direitos, quebra dos preconceitos e estigmas de gênero, combatendo a objetificação feminina enquanto prática presente na sociedade e que tem consequências nos índices de violência.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

MARÇO

22.03.2018

MATOPIBA | Corregedores gerais do Maranhão, Tocantis, Piauí e Bahia criam fórum para discutir problemas fundiários

Durante a realização do 77º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), na cidade de Belém (PA), os corregedores gerais dos estados do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho; do Piauí, desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas; do Tocantis, desembargador Helvécio de Brito Maia Neto; e da Bahia, desembargador Emílio Salomão Resedá, reuniram-se com o fim de discutir os problemas fundiários que assolam os quatro estados.

O corregedor-geral do Piauí, desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas, ressaltou que a região conhecida como MATOPIBA - formada pelos quatro estados e 31 microrregiões, com uma área de 73 milhões de hectares – é considerada a última fronteira agrícola do Brasil e tem enfrentado uma série de problemas fundiários como grilagem de terras; ocupação desordenada das áreas urbanas/cartas de aforamento/áreas urbanas consolidadas sobre terras públicas; fraudes nos registros de imóveis; títulos precários expedidos pelos estados e União; terras públicas ocupadas; agricultores sem título de propriedade; expansão agrícola, entre outros.

Os corregedores ressaltaram que os problemas fundiários enfrentados na região merecem uma ação integrada do Poder Judiciário, propondo a instituição de um Fórum de discussão para promover o intercâmbio de experiências entre as Corregedorias Gerais da Justiça dos estados; efetivar a instalação de núcleos de regularização fundiária junto às Corregedorias; instalar varas agrárias especializadas e uniformizar entendimentos jurídicos referentes aos problemas agrários comuns nos quatro estrados.

Os quatro corregedores deliberaram pela criação de um Fórum Permanente, para discussão e busca de soluções dos problemas agrários dos estados, que deverá ser instalado em ato solene seguido de workshop, com a devida legitimação por parte dos tribunais respectivos.

21,22 e 23.03.2018



ENCOGE | Corregedor-geral participa de encontro em Belém

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, participou do 77º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (ENCOGE), que reuniu cerca de 100 participantes entre corregedores dos tribunais, juízes auxiliares das corregedorias e servidores de todo o país na capital Belém (PA). O Encontro contou com plenárias, palestras e apresentação de Boas Práticas adotadas pelos Tribunais. Também participaram do Encontro os juízes Raimundo Bogéa e Jaqueline Caracas, auxiliares da CGJ-MA.

A incluiu as palestras "Atividades de Otimização da Judicialização da Saúde", ministrada pelo juiz paraense Homero Lamarão Neto; "O Check Up das Decisões Judiciais Brasileiras versus o Direito Internacional", pelo juiz paraense Elder Lisboa Ferreira da Costa; e "Fiscalização do Serviço Extrajudicial", apresentada pelo oficial registrador do estado do Mato Grosso José Paulo Baltazar Junior, entre outros.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

ABRIL



24.04.2018

REUNIÃO | Corregedor-geral recebe membros do Conselho Penitenciário Estadual

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho silva, reuniu-se com membros do Conselho Penitenciário Estadual (COPEN), que trataram sobre matérias relativas à execução penal no Estado, a exemplo das audiências de custódia e expedição de guias de recolhimento, entre outros. Participaram da reunião o presidente do Conselho Penitenciário, promotor de Justiça Pedro Lino Silva Curvelo; o secretário estadual de Administração Penitenciária, Murillo Andrade; o defensor público Bruno Dixon; o vice-presidente do Conselho, Gerson Lelis; o juiz Fernando Mendonça (2ª Vara de Execução Penal); a diretora da Casa da Mulher Brasileira, Susan Lucena, e outros membros do órgão. Participaram ainda os juízes Gladiston Cutrim (auxiliar da CGJ-MA), Marcelo Moreira (diretor) e Janaína Araújo de Carvalho (Central de Inquéritos).

O presidente do Conselho Penitenciário, promotor Pedro Lino Curvelo, informou que o objetivo da reunião foi levantar junto ao corregedor-geral a discussão sobre o andamento e busca de melhorias nas audiências de custódia.

O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho, colocou-se à disposição do Conselho, informando que as questões levantadas serão estudadas junto à equipe de juízes auxiliares, para que sejam procedidas dentro da forma constitucional. Na ocasião, o corregedor também informou que participará pessoalmente das reuniões do Conselho Penitenciário durante sua gestão, considerando o interesse da Corregedoria em acompanhar as informações e discussões relacionadas ao sistema prisional.

26.04.2018



REUNIÃO | Corregedor recebe defensores públicos estaduais em reunião no Fórum de São Luís

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, recebeu o defensor público geral eleito, Alberto Bastos, e os defensores Túlio Garcia e Gabriel Furtado, para tratar da atuação da Defensoria Pública perante a Justiça e sobre propostas de projetos.

O defensor público geral eleito, Alberto Bastos, ressaltou a postura pró-ativa do corregedor e do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, que nos primeiros 100 dias de gestão já havia alcançado diversos avanços.

Os defensores afirmaram a política de priorização das soluções administrativas de conflito adotada pela DPE, com o objetivo de que sejam levados ao Poder Judiciário somente questões que não possam ser resolvidas dessa forma; e de buscar atuar de forma coletiva e junto às comunidades assistidas.

O corregedor-geral ressaltou a relevância social e do papel da Defensoria junto à sociedade, e afirmou seu apoio à política da solução alternativa de conflitos. Ele informou aos defensores sobre a edição de Recomendação aos juízes de direito de todo o Estado, no sentido de que facultem às partes a utilização de plataformas digitais de conciliação antes do ajuizamento de processos no âmbito da Justiça de 1º Grau.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

ABRIL

27.04.2018



COOPERAÇÃO | Judiciário e Legislativo firmam parceria para veiculação de programa televisivo na TV Assembleia

O programa "Justiça Cidadã" estreou TV Assembleia (Digital - Canal 51.2 e TVN - Canal 17) no dia 28 de abril. A ideia de estreitar a relação da Justiça com o público foi destacada durante a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre os poderes Judiciário e Legislativo do Maranhão.

O documento foi assinado pelos desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente do TJMA), Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral da Justiça) e pelo deputado Othelino Neto (presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão), na presença de outros membros da Corte de Justiça, da Assembleia Legislativa, representantes do Município de São Luís, da Ordem dos Advogados (OAB-MA), da Associação dos Magistrados (AMMA), outras autoridades e servidores públicos.

O corregedor-geral definiu o dia como um marco do Poder Judiciário e disse ter certeza de que a iniciativa teria continuidade nas gestões futuras, em razão da importância para o cidadão comum.

O presidente do Tribunal de Justiça destacou que a iniciativa compartilhada com os demais membros da Corte servirá não só aos magistrados, mas a quem mais precisa, o jurisdicionado, principalmente o menos favorecido, a quem a Justiça deve dar total atenção.

MAIO

03.05.2018



INSTITUCIONAL | Dirigentes do Judiciário reúnem-se com membros do Ministério Público

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, reuniram-se com o procurador-geral da Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o corregedor-geral do Ministério Público, Eduardo Nicolau; e com os promotores de Justiça, José Osmar (Ordem Tributária e Econômica) e Reginaldo Carvalho.

Os representantes do Ministério Público propuseram a ampliação das unidades judiciais do Estado, com competência específica para processar e julgar crimes contra a ordem tributária e econômica, especialmente que sejam instaladas as unidades já criadas em Timon e Imperatriz.

Outro pedido foi a redução das competências da 8ª Vara Criminal da Comarca da Ilha, para que seja priorizada a competência sobre ações relacionadas à ordem tributária e econômica.

Os desembargadores Joaquim Figueiredo e Marcelo Carvalho ressaltaram a preocupação com a matéria, informando que as propostas seriam objeto de estudo e avaliação pelo Judiciário.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

MAIO

26.05.2018



SOCIAL | Corregedoria participa da 25ª Ação Global

Cerca de 80 voluntários trabalharam inscrevendo casais para o Casamento Comunitário de São Luís, realizado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). As inscrições foram feitas durante a 25ª Ação Global, no Multicenter Sebrae, com a habilitação de 391 casais para formalizarem a união na edição do Casamento Comunitário de São Luís de 2018, mês de aniversário dos 20 anos de implantação do projeto. Foi a primeira oportunidade de habilitação para os casais participarem do Casamento de São Luís.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhou e agradeceu o trabalho dos voluntários da CGJ e das cinco zonas de Registro de Civil de Pessoas Naturais de São Luís, durante a realização dos processos de habilitação dos casais, e ressaltou a importância do projeto Casamentos Comunitários tanto para a população quanto para o Poder Judiciário, oferecendo uma oportunidade gratuita para que centenas de pessoas legalizem sua situação civil e contribuindo no fortalecimento da cidadania e dignidade humana.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

JUNHO

11.06.2018



REUNIÃO | Entidades discutem situação de comunidades sob ameaça e conflitos de terra no Maranhão

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com o coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT-MA), Ronilson Costa; a coordenadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco (MIQC), Francisca Nascimento; o advogado Rafael Silva, da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA; e os promotores de Justiça Ronald e Danilo, representando a Corregedoria Geral do Ministério Público Estadual. Também participaram do encontro os juízes Marcelo Moreira (diretor da CGJ) e Raimundo Bogéa.

O representante da CPT informou que no Maranhão existe grande incidência de conflitos agrários e ocorrências de violência, realidade que atinge cerca de 400 comunidades tradicionais no Estado, como indígenas, quilombolas e quebradeiras de coco. Segundo relatório da Pastoral da Terra sobre a violência no campo no Maranhão, no ano passado cinco pessoas foram mortas e 47 sofreram ameaças de morte relacionadas a conflitos agrários. Dos 226 conflitos de terra registrados no Brasil, 106 aconteceram no Maranhão.

Segundo o corregedor-geral, o objetivo da reunião foi também solicitar o levantamento dos casos que estão tramitando na Justiça de 1º Grau em relação ao problema, solicitando aos magistrados a priorização no impulsionamento dos processos.

13.06.2018



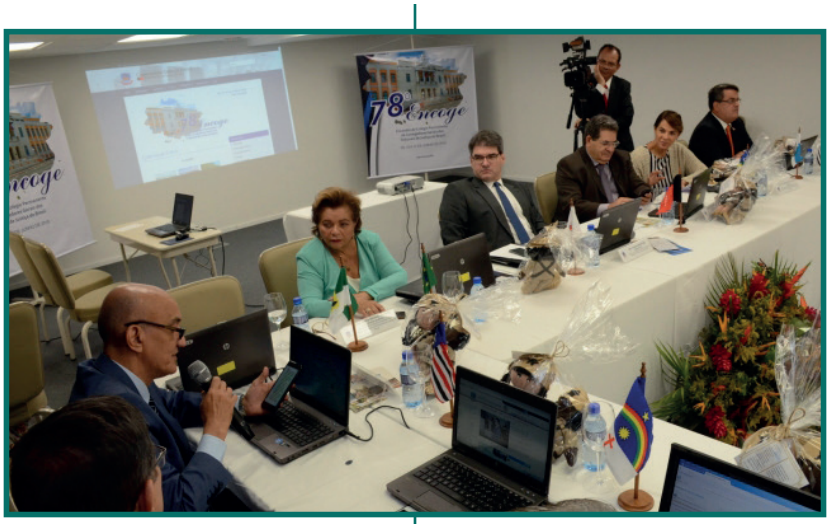
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA | Corregedores-gerais discutem problemas fundiários da região MATOPIBA

Os corregedores-gerais da Justiça dos Estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Bahia participaram, em João Pessoa (PB), da primeira reunião após a criação do Fórum de Corregedores-Gerais da Região do Matopiba. O colegiado foi criado com o objetivo de debater de soluções para os problemas fundiários comuns aos estados da região. Na reunião, foi apresentado aos desembargadores o Núcleo de Regularização Fundiária da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí (NRF/CGJ-PI). Participaram do encontro os desembargadores Ricardo Gentil (CGJ-PI), Marcelo Carvalho Silva (CGJ-MA), Helvécio de Brito Maia Neto (CGJ-TO) e Emílio Salomão Rosedá (Corregedoria das Comarcas do Interior – BA).

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

JUNHO

18, 19 e 20.06.2018



78º ENCOGE | Corregedores aprovam Carta de João Pessoa com deliberações sobre infância e juventude

Acompanhado pelo diretor da CGJ, juiz Marcelo Moreira, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, participou do 78º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores gerais dos Tribunais brasileiros (ENCOGE), na cidade de João Pessoa (PB). Ao final do evento, os corregedores da Justiça aprovaram a Carta de João Pessoa, contendo as deliberações e discussões levantadas durante o Encontro.

Os corregedores decidiram que temas relacionados à área da Infância e Juventude serão permanentes nos próximos encontros, bem como aprovaram a indicação da cidade de Natal (RN) para sediar o 79º Encoge, previsto para o mês de setembro.

Neste sentido, a Carta de João Pessoa aprovou medidas que deverão ser recomendadas pelas Corregedorias de Justiça, como: estimular programas estaduais para fomentar a adoção e o apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes em casas de acolhimento, inclusive com projetos de busca ativa de adotantes; incentivar a criação de Varas Regionais com competência na área da Infância e Juventude, como forma de propiciar maior abrangência de juízes especializados na matéria; compartilhar sistemas voltados às ações afirmativas de inclusão das crianças e adolescentes em família substituta e programas de apadrinhamento.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

JULHO

04.07.2018



IMPERATRIZ | Corregedores da Justiça, MP e DPE recebem demandas de juízes, promotores, defensores e advogados da região tocantina

Os corregedores gerais da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; do Ministério Público Estadual, procurador Eduardo Hiluy Nicolau; e da Defensoria Pública Estadual, José Augusto Gabina de Oliveira, estiveram reunidos com cerca de 40 juízes, promotores de Justiça e defensores públicos de Imperatriz e comarcas próximas, que apresentaram as principais necessidades e dificuldades enfrentadas pelo sistema de Justiça da região. Eles também promoveram uma audiência pública, na qual ouviram as principais demandas da população em relação ao trabalho do sistema de justiça.

O procurador Eduardo Hiluy Nicolau, autor da proposta, ressaltou que essa foi a primeira vez que os representantes das três Corregedorias receberam as demandas dos operadores dos órgãos de forma integrada, com o objetivo de avaliar de perto as problemáticas e discutir conjuntamente a busca de soluções.

Os magistrados, defensores e promotores elogiaram a iniciativa da reunião integrada e a oportunidade de exporem as dificuldades vivenciadas na região. Eles pediram apoio das Corregedorias para implementação de melhorias estruturais e relataram problemas como falta de espaço físico no Fórum de Imperatriz para suprir a demanda da comarca; insuficiência da capacidade da internet oferecida em algumas comarcas, dificultando a utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe); aumento da demanda processual e sobrecarga dos servidores; alterações de competências; e, principalmente, levantaram a necessidade de instalação de novas varas judiciais e comarcas, entre outros.

O desembargador Marcelo Carvalho Silva avaliou que o encontro entre os representantes das três esferas representou uma ação inédita, que possibilita a busca de soluções e sugestões por parte daqueles que lidam diariamente com as problemáticas das comarcas da região.

20.07.2018



CARTÓRIOS | Corregedor reúne-se com Diretoria da Associação dos Registradores Civis

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, recebeu os membros da nova diretoria da Associação dos Registradores Civis das Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (ARPEN-MA) Devanir Garcia (presidente); Rosseline Rodrigues (vice-presidente) e Gabriella Caminha de Andrade (diretora social), que pediram apoio da Corregedoria para medidas junto ao Ofícios de Registro Civil.

Entre os assuntos, os registradores solicitaram alteração no Provimento N° 18/2018, que trata da obrigação de instalação de postos de registro civil nas unidades hospitalares municipais que realizem a partir de 300 partos por ano, para que número de partos seja ampliado a fim de facilitar a concretização da instalação dos postos em mais municípios.

Também pediram alteração em relação à destinação dos recursos do Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (FERC), para que possam ser revertidos para compensação dos registradores civil pelos atos gratuitos praticados; atualização do sistema REGESTA, disponibilizado pela Corregedoria Geral da Justiça para uso dos cartórios de Registro Civil; e apoio para realização de seminários de atualização.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

AGOSTO



10.08.2018

PARCERIA | Inaugurada segunda sala da advocacia no Fórum de São Luís

Foi inaugurada a segunda Sala da Advocacia, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), por meio da parceria entre a OAB Maranhão, Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMA) e o Poder Judiciário. "

A nova sala, localizada no hall de entrada do prédio, tem 64m2, climatizada, possui 18 estações de trabalho equipadas com computadores e impressora, scaner e rede de internet livre para o advogado desenvolver seu trabalho. Esses profissionais já dispunham de um espaço com a mesma estrutura, funcionando no primeiro andar do Fórum. As salas são utilizadas para atendimento aos clientes, uso dos equipamentos de informática, acesso ao Processo Judicial Eletrônico-PJe, elaboração de petições, entre outros serviços.

O corregedor geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, durante a cerimônia, lembrou que a advocacia é essencial para o funcionamento da justiça. O corregedor falou sobre a importância de disponibilizar espaços físicos com infraestrutura adequada, para que esses profissionais desenvolvam suas atividades.

13.08.2018



POSSE | Corregedor-geral passa a atuar como membro do Conselho Penitenciário estadual

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, tomou posse como membro do Conselho Penitenciário Estadual (COPEN), em cerimônia presidida pelo conselheiro Pedro Lino Curvelo, promotor de Justiça da Execução Penal. "É uma grande honra fazer parte deste grupo de conselheiros, que trabalha na busca por um sistema prisional efetivo e seguro", disse.

O Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão é órgão consultivo e fiscalizador e propositivo de assessoramento técnico-científico, de deliberação coletiva, de 2º grau, integrante da estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária.

Em seu plenário, o COPEN compõe-se de quinze membros titulares, sendo três representantes do Poder Executivo; dois representantes do Poder Judiciário; um representante do Ministério Público do Estado; um representante do Ministério Público Federal; um representante da Defensoria Pública do Estado; um representante da Defensoria Pública da União; um representante do Conselho da Comunidade; um representante do Conselho Profissional Regional de Serviço Social, de preferência que trabalhe em unidades penitenciárias; um representante do Conselho Profissional Regional de Psicologia, de preferência que trabalhe em unidades penitenciárias; um representante do Conselho Profissional Regional de Medicina, de preferência que trabalhe em hospitais de custódia; um representante da OAB; e um representante do Conselho Estadual dos Direitos Humanos.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

AGOSTO



24.08.2018

PARCERIA | CGJ-MA e Secretaria de Direitos Humanos discutem combate ao sub-registro e à violência no campo

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com o secretário estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Francisco Gonçalves; o secretário adjunto de Direitos Humanos, Jonata Carvalho Galvão da Silva; e as coordenadoras de Promoção do Registro Civil de Nascimento e de Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Maria da Graça Lindoso Moreira e Kélia Patrícia de Melo Lindoso, respectivamente. Também participaram da reunião os juízes Marcelo Moreira (diretor da CGJ), Jaqueline Caracas e Stella Braga (auxiliares da Corregedoria).

A reunião tratou sobre projeto de enfrentamento ao sub-registro civil no Estado do Maranhão, resultado de parceria entre a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e a SEDIHPOP, que objetiva ampliar os postos avançados de registro civil existentes nas maternidades municipais do Maranhão onde ocorrem a partir de 300 partos por ano, de acordo com o Provimento Nº 18/2018, da CGJ-MA.

Os mutirões de emissão da certidão de nascimento serão por meio das carretas do Viva/Procon, para levar às comunidades o serviço, buscando atingir principalmente moradores de povoados mais distantes, onde muitas pessoas ainda não possuem o principal documento necessário à concretização dos atos da vida civil.

SETEMBRO

04.09.2018



PROXIMIDADE | Membros da Mesa Diretora do TJMA ouvem sociedade civil de Imperatriz

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo; o vice-presidente, desembargador Lourival Serejo; e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniram-se com juízes, advogados, promotores de Justiça, defensores públicos, policiais e representantes da sociedade civil de Imperatriz e região, oportunidade em que ouviram as demandas e esclareceram questões sobre os serviços judiciários.

Também participaram das reuniões e audiência pública os desembargadores José Luiz Almeida, ouvidor-geral do Poder Judiciário, e João Santana de Sousa, presidente do Comitê de Saúde do TJMA; os diretores do TJMA, Mário Lobão, e da CGJ-MA, juiz Marcelo Moreira; e o magistrado Raimundo Bogéa, auxiliar da CGJ-MA.

Foi a primeira vez que uma comarca do interior recebe os membros da Mesa Diretora para ouvir a população e os operadores do Direito sobre a prestação jurisdicional, iniciativa que deverá ser estendida a outras comarcas que são sedes de polo judicial no Estado.

Os magistrados participaram de entrevista coletiva com a imprensa de Imperatriz, onde responderam questionamentos sobre a estrutura física e de pessoal do Poder Judiciário; a continuidade das obras do novo Fórum de Imperatriz; e ressaltaram os resultados divulgados no relatório 'Justiça em Números', do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no qual o TJMA alcançou o segundo lugar no Índice de Atendimento à Demanda, entre todos os Tribunais de médio porte do País, entre outros dados.

Os desembargadores esclareceram diversos questionamentos durante audiência pública, onde promotores, advogados, policiais e defensores levantaram necessidades envolvendo os serviços jurisdicionais da região.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

OUTUBRO

01.10.2018



REUNIÃO | CGJ-MA e SEAP discutem demandas relacionadas ao Sistema Prisional

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; e os juízes Marcelo Moreira (diretor da CGJ) e Stela Braga (auxiliar da CGJ) reuniram-se com o secretário estadual de Administração Penitenciária (SEAP), Murillo Andrade, quando os representantes do Judiciário apresentaram demandas dos juízes do Estado quanto às dificuldades verificadas em suas unidades em relação ao sistema prisional.

Entre os assuntos levantados pelos juízes de 1º Grau, a demora no tempo para apresentação de presos para audiência e a superlotação nos presídios. Outro ponto discutido foi a respeito da demora no cumprimento de alvarás aos presos que tiveram liberdade provisória concedida.

O representante da SEAP afirmou que a Secretaria está envidando esforços para reduzir o tempo de apresentação dos presos para audiências. Sobre o tempo de cumprimento dos alvarás, foi justificado que a Resolução 108/2010 do CNJ, que dispõe sobre o cumprimento de alvarás de soltura e movimentação de presos do sistema carcerário, regulamenta o prazo de 24 horas para cumprimento dos alvarás, tendo em vista as verificações necessárias nos diversos sistemas de segurança pública.

18.10.2018



ENCOGE | Desembargador Marcelo Carvalho participa do 79º Encontro de Corregedores, em Natal

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado pelo juiz Marcelo Silva Moreira (diretor da CGJ-MA), participou do 79º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (ENCOGE), na capital Natal (RN) que expôs estudos, pesquisas, palestras e trocas de experiências de projetos exitosos à luz o tema "A Corregedoria como Instrumento de Gestão do Poder Judiciário".

O evento contou com painéis, deabtes e apresentações de trabalhos em diversas áreas da atuação judiciária, como Sistema Penal, Práticas Inovadoras e Sistema Extrajudicial. A palestra Magna de abertura foi proferida pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

NOVEMBRO

09.11.2018



DIÁLOGO | Acessibilidade no Fórum de São Luís é discutida em reunião com advogados

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e a diretora do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), juíza Diva Maria de Barros Mendes, reuniram-se com advogados integrantes das Comissões de Prerrogativas; de Acesso à Justiça; e de Deficiência, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA). Participaram os advogados Moreira Serra, Leandro Amorim e Ricardo Castro, assim como a advogada Isabelle Passinho da Silva, que publicou vídeo nas redes sociais relatando ofensa às suas prerrogativas, enquanto advogada com deficiência, em razão da desativação do elevador localizado na parte antiga do Fórum.

Os advogados levantaram outras questões sobre a situação de acessibilidade no Fórum de São Luís, como a necessidade de adaptação dos espaços para permitir a livre circulação de pessoas com diferentes tipos de deficiência, sejam físicas ou não; de disponibilização de um estacionamento coberto para uso das pessoas com deficiência, para proteger da chuva; adequação de rampas; fiscalização do uso das vagas de estacionamento destinadas às pessoas com deficiência; além de soluções que permitam a acessibilidade de pessoas com deficiência visual e auditiva.

O desembargador Marcelo Carvalho Silva e a juíza Diva Maria de Barros, reconheceram a situação de dificuldade em relação à acessibilidade no Fórum, apresentando todas as providências que já vinham sendo tomadas pela Administração para resolução do problema. Entre as medidas, estão a abertura de processo licitatório para aquisição de novo elevador para a parte antiga do Fórum (Forinho); a criação da Comissão de Acessibilidade, mediante a Portaria-GP – 8742018; a inauguração da nova sala da OAB, com portas de dimensões apropriadas; além da elaboração de projeto, pela Diretoria de Engenharia do TJMA, para adaptação da estrutura do Fórum de acordo com as necessidades de acessibilidade das pessoas com deficiência.

12.11.2018



AUDIÊNCIA PÚBLICA | Dirigentes do Judiciário conversam com a sociedade de Bacabal

Os desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente do TJMA), Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral da Justiça), Lourival Serejo (vice-presidente) – acompanhados do desembargador João Santana (vice-ouvidor geral do Poder Judiciário), do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Angelo Santos, e do diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, se reuniram em audiência pública na comarca de Bacabal, com a presença de juízes, advogados, promotores de Justiça, policiais, representantes de entidades, entre outros.

Também participaram da audiência pública - realizada no Salão do Júri do Fórum local - os juízes João Paulo Mello e Marcelo Frazão Pereira (Comarca de Bacabal).

O corregedor-geral da Justiça e o vice-presidente do TJMA, respectivamente, desembargadores Lourival Serejo e Marcelo Carvalho, afirmaram que a audiência pública possibilita uma interlocução direta entre o Poder Judiciário e a sociedade, sendo a mesma uma oportunidade para a consolidação de uma relação de proximidade entre a Justiça e os cidadãos.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

NOVEMBRO

26.11.2018



DIÁLOGO | Mesa Diretora do Poder Judiciário recebe demandas da sociedade civil e juízes de Caxias e Região

Com o objetivo de alcançar maior proximidade entre a sociedade e o Poder Judiciário e buscando soluções e melhorias na prestação jurisdicional de forma compartilhada, os desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos (presidente do TJMA), Lourival Serejo (vice-presidente), Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral da Justiça) e José Luiz Almeida (ouvidor-geral do Poder Judiciário), reuniram-se com representantes da sociedade civil e com juízes de Caxias e comarcas vizinhas. A audiência pública e a reunião também contaram com a presença dos desembargadores Jamil Gedeon e José Jorge Figueiredo dos Anjos; dos diretores do TJMA, Mário Lobão, e da CGJ-MA, juiz Marcelo Moreira; e do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Ângelo Santos.

Participaram da audiência pública advogados, servidores públicos, policiais, professores, autoridades políticas do município, entre outros, que levantaram as principais dificuldades e apresentaram propostas para melhoria dos serviços judiciais nas comarcas do polo judicial de Caxias.

Durante a audiência, foram levantadas questões como adoção de acordos de não persecução penal; criação de uma vara da Infância e Juventude e medidas a respeito do descumprimento de liminares determinando reintegrações de posse.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

DEZEMBRO



04.12.2018

AÇÃO SOCIAL | Corregedoria leva serviços e doações a famílias da zona rural de São Luís

Cerca de 60 famílias das comunidades Sítio Alegre e Rio da Prata, localizadas próximo ao bairro do Maracanã, foram beneficiadas com serviços, atendimentos e doações durante Ação Social promovida pela Corregedoria Geral da Justiça e Diretoria do Fórum de São Luís, com apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão. Além dos servidores voluntários, participaram da ação os desembargadores Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral) e José Jorge Figueiredo dos Anjos.

Crianças e adultos das comunidades foram levados até o Instituto Federal do Maranhão (IFMA Maracanã), onde receberam brinquedos, roupas e cestas básicas doados por servidores, magistrados, advogados e cartorários.

Os Serviços Médico e Odontológico do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) disponibilizaram profissionais que prestaram atendimentos como consultas, receituário, medição de glicemia e pressão, orientações sobre higiene bucal e entrega de kits odontológicos. As crianças e adolescentes ainda participaram de recreação com o Palhaço Rebuliço e equipe de voluntários da Corregedoria Geral, Tribunal de Justiça e Fórum de São Luís.

07.12.2018



REUNIÃO | Corregedores da região Matopiba discutem problemas fundiários nos quatro estados

Os corregedores-gerais da Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva; do Tocantins, desembargador João Rigo (vice); do Piauí, desembargador Ricardo Gentil; e da Bahia (interior), desembargador Emílio Salomão Resedá, realizaram a primeira Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores-gerais da Justiça da Região da região Matopiba, com o objetivo de conhecerem e discutirem os problemas fundiários comuns aos quatro estados e buscar soluções. O Fórum foi instalado na mesma data, em solenidade realizada no Fórum Cível e Criminal de Teresina (PI).

Os corregedores e juízes auxiliares das Corregedorias apresentaram a situação de conflitos de terra e medidas adotadas por cada um dos estados, avaliando que a criação do Fórum e as reuniões representam um importante passo no enfrentamento das problemáticas fundiárias.

O corregedor-geral do Maranhão e a juíza Ana Lucrécia Bezerra Sodré apresentaram a situação sobre os conflitos agrários no estado, citando dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre os conflitos no campo em todo o país de 2008 a 2017, comparando os números dos quatro estados da Região Matopiba.

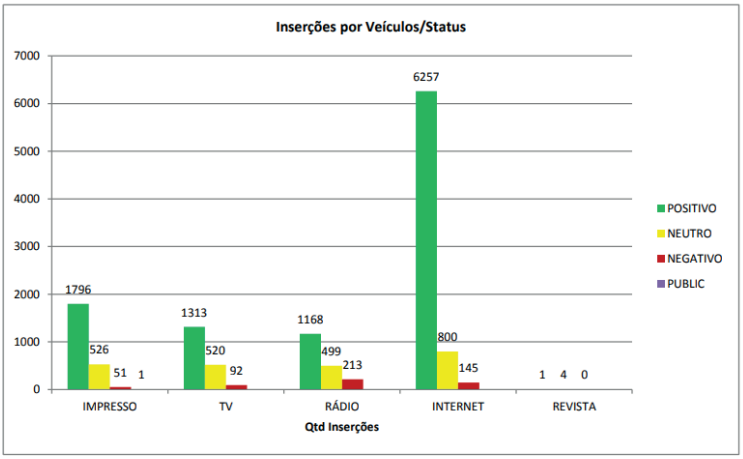
A criação do colegiado foi proposta pelo corregedor-geral da Justiça do Estado do Piauí, desembargador Ricardo Gentil, em função das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Regularização Fundiária da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí, com o objetivo de discutir soluções para os problemas fundiários comuns aos quatro estados.

1.5. RELATÓRIO DE MÍDIAS

comunicação & informação

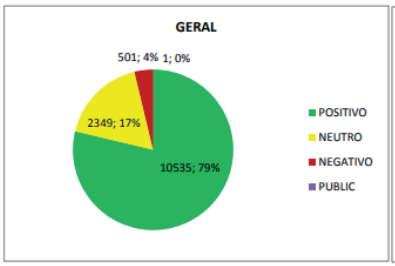
Análise Qualitativa
Visibilidade nos veículos - Quantidade
Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

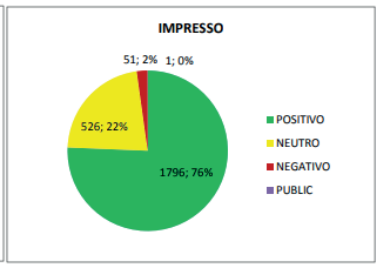
MÍDIA	IMPRESSO	TV	RÁDIO	INTERNET	REVISTA	TOTAL
POSITIVO	1796	1313	1168	6257	1	10535
NEUTRO	526	520	499	800	4	2349
NEGATIVO	51	92	213	145	0	501
PUBLIC	1					1
TOTAL	2374	1925	1880	7202	5	13386

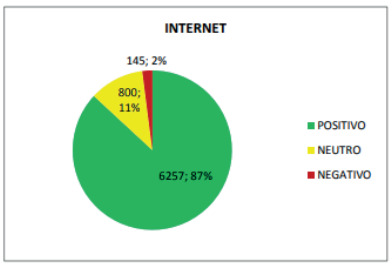


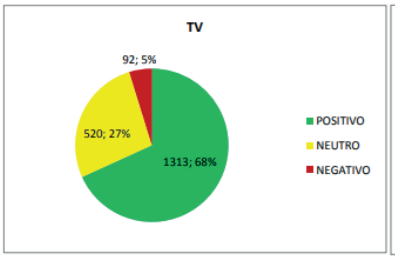
comunicação & informação

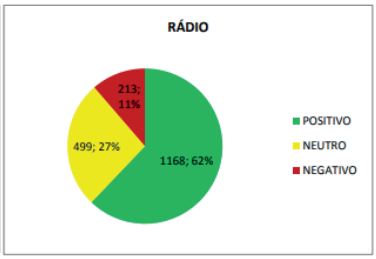
Análise Qualitativa
Visibilidade nos veículos - Quantidade
Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

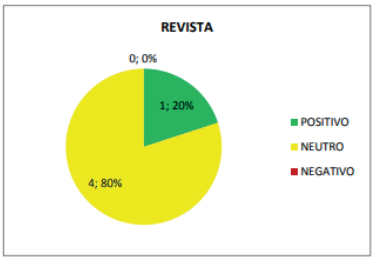










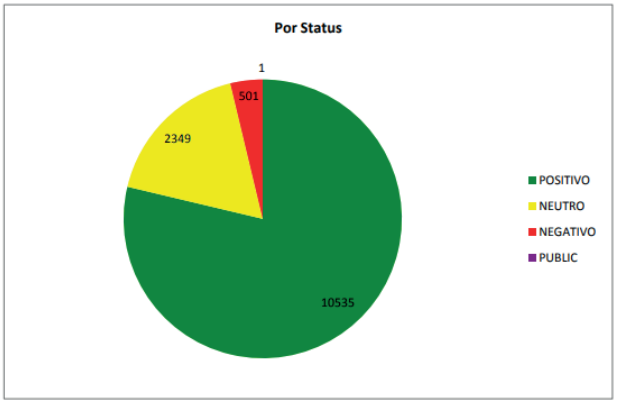


1.5. RELATÓRIO DE MÍDIAS

comunicação & informação

Análise Qualitativa
Visibilidade nos veículos - Quantidade
Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

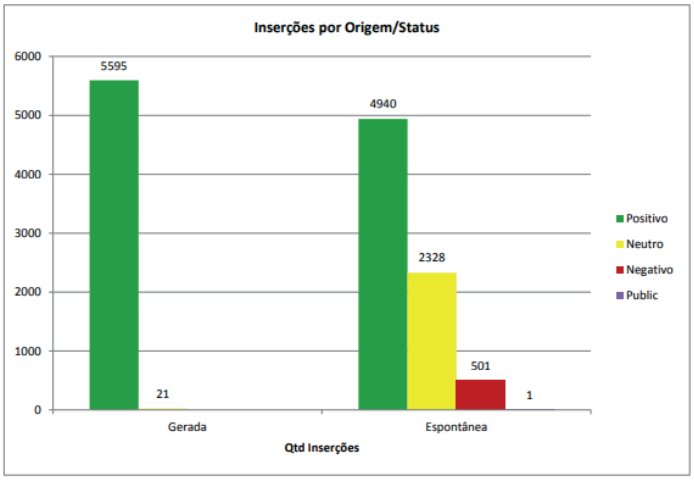
Status	Qtd Inserções
POSITIVO	10535
NEUTRO	2349
NEGATIVO	501
PUBLIC	1
TOTAL	13386



comunicação & informação

Análise Qualitativa
Visibilidade nos veículos - Quantidade
Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Origem/Status	Positivo	Neutro	Negativo	Public	TOTAL
Gerada	5595	21			5616
Espontânea	4940	2328	501	1	7770
TOTAL	10535	2349	501	1	13386





FÓRUM DE SÃO LUÍS

APRESENTAÇÃO

O presente relatório de gestão tem por objetivo demonstrar à Diretoria do Fórum, Corregedoria Geral da Justiça, Tribunal de Justiça do Maranhão e demais interessados, as atividades desenvolvidas durante o ano de 2018 pela Coordenação Administrativa do Fórum Desembargador Sarney Costa, considerando o princípio da publicidade dos atos públicos.

O Fórum desembargador Sarney Costa funciona atualmente em um prédio de 53.139,25m2 de área construída, onde são instaladas 62 (sessenta e duas) unidades jurisdicionais e 41 (quarenta e uma) unidades administrativas que recebem uma média de 6.000 (seis mil) pessoas diariamente.

A Coordenação Administrativa atua no atendimento das diversas demandas dos setores do Fórum, tendo em sua estrutura organizacional alguns setores diretamente subordinados, quais sejam: Divisão Médica e Odontológica, Divisão de Material e Patrimônio, Divisão de Informática, Divisão de Biblioteca, Laboratório Forense de Biologia Molecular, Divisão de Serviços Gerais, Divisão de Serviço Psicossocial e Divisão de Arquivo.

Dentre as principais demandas da Coordenação Administrativa evidenciamos a gestão administrativa e predial do Fórum, atuando no sentido de garantir o bom funcionamento dos setores supracitados e proporcionando aos magistrados, servidores e jurisdicionados condições satisfatórias para o bom desempenho de suas funções.

1. FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho da Coordenação Administrativa do Fórum é composta de 12 servidores distribuídos nos seguintes cargos: 01 Analista Judiciário, 03 Técnicos Judiciários e 07 Auxiliares Judiciários, destes, 05 telefonistas e 01 cargo comissionado.

QUADRO DE SERVIDORES

SERVIDORES	MAT.	CARGO	FUNÇÃO	SIMBOLOGIA
Maria Nery Paiva	189365	Comissionado	Coordenador Administrativo	CDAS- 002
Claudionor Lopes de Santana	137703	Analista Judiciário Administrador		
Clélea de Oliveira Calvet	104000	Técnico Judiciário		
Rachel Belfort Salgueiro Marão	105569	Técnico Judiciário		
Rosyane Viana Machado	133223	Técnico Judiciário		
Célia Cristina Costa Pinto Caldas	105296	Auxiliar Judiciário Telefonista		
Islene Prado Monteiro Martins	138693	Auxiliar Judiciário Telefonista		
Josélia Maria Luna Pereira	137596	Auxiliar Judiciário Telefonista		
Lélia Margarida Almeida Matos	100271	Auxiliar Judiciário Telefonista		
Lília Campelo Brito Câmara	103069	Auxiliar Judiciário Telefonista		
Rafaela de Araújo Duarte	174250	Auxiliar Judiciário	Função Gratificada	FG 01 Setor de Protocolo
Teones Campelo da Cruz	100040	Auxiliar Judiciário Motorista		

2. GERENCIAMENTO DE CONTRATOS

Existem atualmente sob gerenciamento da Coordenação Administrativa do Fórum 06 (seis) contratos administrativos (Termos de Permissão de Uso, Contratos de Concessão de Uso, Termo de Cooperação Técnica), conforme quadro abaixo, sendo os valores decorrentes destes contratos destinados ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ). Estes contratos foram celebrados conforme Ato da Presidência - GP 522013 e Portaria 1221/2013 da Diretoria do Fórum de São Luís.

QUADRO GERAL DE CONTRATOS

Nº CONTRATO	OBJETO	STATUS
TPU 07/20013	Permissão de uso de área a título precário e oneroso. E.G. Cutrim – Livraria do advogado.	Vigente
TPU 01/2013	Permissão de uso de área a título precário e oneroso. Coomamp.	Vigente

TPU 01/2017	Permissão de uso de área a título precário e oneroso. Tricom Alliance	Vigente
CCU 02/2017	Permissão de uso de área a título precário e oneroso. Dias Alimentos	Vigente
Serviços 164/2016	Serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva em bebedouros	Vigente
Termo de Cooperação Técnica 24/2017	Serviços de Taxi - Cooperativa Radiomóvel dos Condutores Autônomos e Taxistas do Maranhão	Vigente

ARRECADAÇÃO DOS CONTRATOS - TERMOS DE PERMISSÃO DE USO ANO 2018

PERMISSIONÁRIO	Nº TPU	VALOR ARRECADADO
SICRED COOMAMP	01/2013	R$ 22.760,81
DIAS ALIMENTOS	02/2017	R$ 12.380,32
E. G. CUTRIM	07/2013	R$ 19.408,25
TRICOM ALLIANCE	01/2017	R$ 19314,46
TOTAL 2018		**R$ 73.863,84**

DATA BASE: 06/12/2018

3. PLANTÃO FORENSE E EVENTOS REALIZADOS EM 2018

A Coordenação Administrativa do Fórum de São Luís é o setor responsável pela elaboração das tabelas semanais do plantão forense da Comarca da Ilha de São Luís, no ano de 2018 foram elaboradas 55 tabelas e dado suporte para realização de 166 casamentos oriundos das 05 serventias extrajudiciais de registro civil das pessoas naturais da comarca de São Luís e 237 eventos entre seminários, palestras, exposições artísticas, simpósios e treinamentos nas dependências dos 02 auditórios, nos 04 salões de casamentos, salão ecumênico e na galeria de exposição. As informações contidas nas tabelas do Plantão Forense são a respeito de magistrados, secretários judiciais, oficiais de justiça, promotores, defensores públicos, cartórios, motoristas, e apoio de informática que se encontrem de plantão em determinas semanas do mês.

A Coordenação Administrativa presta apoio logístico em todos os eventos do Tribunal de Justiça do Maranhão, da Corregedoria e da Esmam realizados no Fórum.

MESES	Ano 2018 Tabelas Plantões	Ano 2018 Casamentos	Eventos diversos	Total
JANEIRO	04	12	02	18
FEVEREIRO	05	13	09	27
MARÇO	04	14	19	37
ABRIL	05	16	13	34
MAIO	04	18	25	47
JUNHO	04	12	12	28
JULHO	06	11	11	28
AGOSTO	04	16	38	58
SETEMBRO	04	13	21	38
OUTUBRO	05	15	47	67
NOVEMBRO	04	15	26	45
DEZEMBRO	06	11	14	31
Total Geral	**55**	**166**	**237**	**457**

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2018

4.1 JANEIRO

4.1.1 Instalação de 30 (trinta) torres para carregamento de celulares

As 30 torres entregues pela CEMAR foram distribuídas pelas diversas dependências do Fórum, como os corredores das unidades judiciais, acessos aos salões das varas do Júri e demais áreas de afluência de público. Cada equipamento possui entrada de recarga para quatro aparelhos de celular, medindo 60 centímetros de altura, base de 20cm X 20cm e cabos de extensão.



5. MARÇO

5.1 Comemoração do dia Internacional da Mulher

No Dia Internacional da Mulher, celebrado dia 08 de março, magistradas servidoras, funcionárias terceirizadas, estagiárias e demais profissionais que atuam no Fórum Des. Sarney Costa participaram de atividades voltadas para a qualidade de vida. Durante toda a manhã, no auditório Desembargadora Madalena Serejo, elas assistiram a palestras sobre organização, autoestima, saúde, cuidados com a pele e o corpo; ganharam flores; e também tiveram momentos livres para sessões de maquiagem, limpeza de pele, avaliação corporal, entre outras atividades.



6. ABRIL

6.1 Campanha de Vacinação

Por meio da parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís (SEMUS), o Fórum Des. Sarney Costa realizou uma campanha de vacinação para atualizar o calendário vacinal de magistrados, servidores e seus dependentes e também dos funcionários terceirizados. Foram aplicadas 283 doses de vacinas. A campanha ocorreu nos dias 03 e 04 de abril, durante todo o dia, na Divisão Médica e Odontológica do Fórum.



6.2 Coleta Seletiva de Resíduos

O Fórum Des. Sarney Costa passou a contar, desde o dia 19 de abril, com a coleta seletiva de resíduos. A instalação de coletoras seletivas faz parte das ações desenvolvidas pelo Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão e tem como objetivo recolher resíduos de papel, metal, plástico, vidro, pilhas, baterias, remédios com data de validade vencida, escovas de dente e esponjas de louça usadas, entre outros resíduos sólidos.





As coletoras estão localizadas no hall do Fórum e identificadas por cores específicas, que indicam o tipo de resíduos a serem depositados em cada uma delas. No total, foram disponibilizadas oito coletoras para recolher resíduos como papel, metais, plásticos, vidros, pilhas e baterias inutilizadas, carcaças de celular, remédios vencidos, tubos usados de pasta de dentes, escovas de dentes usadas e limpas e esponjas de louças usadas, limpas e secas.

7. MAIO

7.1 Comemoração do Dia da Mães

A rotina de uma mãe no ambiente familiar, depois de um dia de trabalho no lar ou fora de casa, foi a ênfase do talk show "Marketing pessoal para mulheres: o desafio de ser multi", apresentado dia 11 de maio, pela coach e consultora Adryanah Carvalho, às magistradas, servidoras e funcionárias terceirizadas do Fórum Des. Sarney Costa, durante as atividades comemorativas do Dia das Mães. A programação também contou com ações de beleza, café da manhã e sorteio de presentes para as participantes.





7.2 Posse da Diretora do Fórum

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, deu posse, no 22 de maio, em seu gabinete, à juíza de Direito Diva Maria de Barros Mendes, no cargo de diretora do Fórum do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís, para o biênio 2018/2019.



8. JUNHO

8.1 Campanha para devolução de material sem uso nos setores

Para incentivar o uso racional e inteligente dos materiais de expediente como também permanentes por servidores, magistrados e terceirizados, o Tribunal de Justiça do Maranhão realizou, de 05 a 15 de junho, a campanha "Destralhe – mais sustentabilidade e menos desperdício". O Fórum de São Luís também participou da campanha. Na prática, o "Destralhe" busca receber o que está sem uso pelos setores. Para isso, os materiais de expediente poderão ser devolvidos nos container's disponibilizados nos prédios centrais das comarcas.



09. AGOSTO

9.1 Criação da Brigada de Trânsito

A Diretoria do Fórum Des. Sarney Costa instituiu a Brigada de Trânsito e Mobilidade e o Comitê de Trânsito e Mobilidade do Fórum, que terão o papel de elaborar e executar plano direcionado para disciplinar o trânsito e a mobilidade nas dependências do órgão.



9.2 Instalação do Posto do Procon

Foi inaugurado um posto de atendimento do Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (PROCON/MA) dia 10 de agosto. Participam da solenidade o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; a diretora do Fórum, juíza Diva Maria de Barros Mendes; a presidente do PROCON-MA, Karen Barros, e outras autoridades.

9.3 Comemoração do Dia dos Pais

A Diretoria do Fórum de São Luís promoveu dia 13 de agosto uma programação especial em comemoração ao Dia dos Pais, celebrado no domingo dia 05. As atividades destinadas aos magistrados, servidores e terceirizados, começaram às 9:00h, no Auditório Des. José Joaquim Ramos Filgueiras. Houve palestra motivacional em forma de *stand-up comedy*, café da manhã, sorteio de brindes e ações de beleza masculina.



Comemoração do Dia dos Pais

9.4 Inauguração da Sala da Advocacia

Inaugurada na manhã dia 10 de agosto a segunda Sala da Advocacia, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), por meio da parceria entre a Ordem dos Advogados do Maranhão, Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMA) e o Poder Judiciário. "Com a inauguração desse novo espaço, ampliamos a estrutura de apoio aos profissionais da advocacia no Fórum de São Luís", disse o presidente da Ordem, Dr. Thiago Diaz.



10. SETEMBRO

10.1 Comemoração dos 30 anos do Fórum Desembargador Sarney Costa

Foi Comemorado no mês de agosto de 2018 os 30 anos de inauguração do Fórum Desembargador Sarney Costa. Com cerca de 153 mil ações em tramitação atualmente, 61 unidades judiciárias, implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), acesso diário de cerca de 6(seis) mil pessoas em suas dependências, sede própria em espaço de 53.139,25 M2 de área construída e investimentos em tecnologia para dotar o órgão das melhores condições para atender com celeridade ao jurisdicionado.





10.2 Exposição Comemorativa aos 30 anos do Fórum Desembargador Sarney Costa





10.3 Servidores do Fórum são treinados para Brigada de incêndio

Trinta servidores e funcionários terceirizados do Fórum Des. Sarney Costa foram treinados para a Brigada Voluntária de Incêndio do órgão. Eles receberam capacitação básica para atuar em situação de emergência, dando os primeiros atendimentos em caso de incêndios, acidentes e outras situações de emergência, que requerem procedimentos rápidos e seguros. O curso, organizado pela Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão, com apoio da Diretoria do Fórum, ocorreu nos dias 26 e 27 de setembro de 2018, com aulas teóricas e práticas, ministradas pelo Corpo de Bombeiros Militar.



11. OUTUBRO

11.1 Exposição Artística em comemoração ao Dia da Criança



11.2 Outubro Rosa – Fórum desenvolve atividades sobre o câncer de mama

Como parte das atividades da campanha Outubro Rosa, o Fórum desenvolveu várias atividades, duas palestras com abordagens sobre a prevenção ao câncer de mama, que atinge também o homem, embora seja mais comum entre as mulheres. Foi instalada, no hall do fórum, a Geladeira Solidária, uma parceria com a Indústria de Refrigerantes Psiu, com a renda da comercialização dos produtos repassada ao Hospital Aldenora Belo.



12. NOVEMBRO

12.1 SUSTENTABILIDADE

Trocar as lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas led ajuda a reduzir por ano, em média, 35% do consumo de energia elétrica, diminuindo o valor da conta de luz e contribuindo com o meio ambiente. Foi o que fizeram magistrados, servidores e funcionários terceirizados do Fórum Des. Sarney Costa dia 09 de novembro, no quiosque instalado pela Cemar no hall do fórum, em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão. A iniciativa foi do Núcleo de Gestão Socioambiental do TJ e Diretoria do Fórum. A companhia energética disponibilizou de forma gratuita 500 lâmpadas para troca.



12.2 Festa natalina dos servidores do fórum – NATAL SOLIDÁRIO

A solidariedade marcou a festa natalina do Fórum Des. Sarney Costa, dia 30 de novembro, quando foram arrecadadas cestas básicas que foram entregues a famílias de duas comunidades da zona rural de São Luís. Um grupo de advogados também fez doação de alimentos para a campanha realizada pela Diretoria do Fórum e Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), com o apoio do Tribunal de Justiça (TJMA).





13. DEZEMBRO

13.1. Diretoria do Fórum e entidades envolvidas discutem projeto de acessibilidade

Representantes de entidades de pessoas com deficiência reuniram-se dia 18 de dezembro de 2018 com a diretora do Fórum Des. Sarney Costa, juíza Diva Maria de Barros Mendes, para discutir as necessidades de acesso ao prédio do órgão e apresentar sugestões ao projeto de acessibilidade que está sendo elaborado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para ser implementado no Fórum de São Luís. Participou da reunião também a titular 14ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Pessoa com Deficiência, Theresa Maria Muniz. O projeto está sendo elaborado pela Divisão de Arquitetura do Tribunal de Justiça e contemplará adaptação de banheiros, estacionamento frontal e acesso às secretarias das unidades judiciárias, de acordo com a legislação e normas vigentes. Após a conclusão desta primeira etapa de projetos esta Coordenação dará encaminhamento juntamente com a Diretoria do Fórum nas medidas administrativas necessárias.



14. SETORES SUBORDINADOS A COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

14.1 BIBLIOTECA DO FÓRUM

Entre as atribuições do setor está a de conduzir, apoiar e estimular projetos de apoio à produção jurídica científica e/ou informativa.

Outro importante serviço da Bilioteca é a disseminação Seletiva da Informação (DSI) em Formato Digital, que consiste em consultar, diariamente, os principais sites jurídicos em busca de informações que possam ser relevantes, de interesse para os magistrados e servidores. Estas são selecionadas por matéria e enviadas para o e-mail institucional cadastrado pelo usuário. Também poderá ser acessada pelo link permanente na Intranet onde constam os arquivos por matéria: geral, atos normativos, penal, infância e juventude, família, fazenda pública e Juizados. A leitura do informativo, que corresponde a uma das metas atribuídas pelo Planejamento Estratégico, teve seu índice crescente após a implantação do formato eletrônico considerando o fato de que se tornou mais atrativa.

14.2 DIVISÃO MÉDICA E ODOTOLÓGICA

A Divisão Médica/Odontológica desenvolveu no período de Janeiro a Dezembro de 2018 as seguintes atividades:

Setor médico/Consultas
Total de atendimentos ambulatoriais: 4500

Atendimentos de Enfermagem
Total de atendimentos de Enfermagem:1599

Licença de Saúde
Tramitação de Licenças pra tratamento saúde: 859

Serviço Odontológico

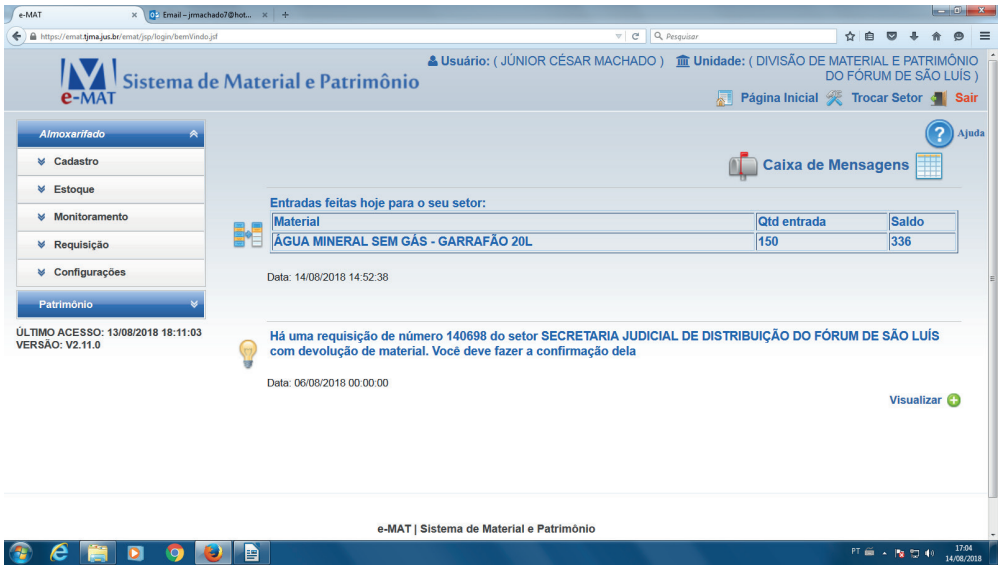
No período de janeiro a dezembro de 2018, o serviço odontológico desenvolveu em suas atividades procedimentos como anamnese, exame clínico e radiográfico, orientação de higiene bucal, urgências, restaurações, tratamentos periodontal, limpeza, extrações, aplicação de flúor e outros procedimentos em 798 atendimentos.

Ações de Saúde
25 a 27/04 – Ação de Saúde e Qualidade de Vida
18/07 – Vacinação contra influenza (330 doses)
08/18 – Outubro rosa
01/11 – Campanha de vacinação / vacinas de rotina (70 pessoas vacinadas)
04/12 Ação Social Promovida pela Corregedoria

14.3 DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Divisão de Material e Patrimônio do Fórum de São Luís, como o próprio nome revela é, dentro do organograma administrativo do Fórum da Capital, o setor responsável pelo suprimento das unidades judiciais e administrativas aqui instaladas no que se refere a materiais de consumo e bens patrimoniais.

Em se tratando de materiais de consumo, atualmente todas as operações de requisição e atendimento de materiais são feitas através do sistema informatizado E-Mat, através do qual temos pleno controle das movimentações de entrada, saída e mercadoria em estoque. O sistema nos permite também emitir diversos relatórios gerenciais, o que o torna uma importante ferramenta de gerenciamento de materiais de consumo.



As rotinas de atendimento estão bem definidas, sendo convencionado desde gestões anteriores dias específicos para atendimentos ordinários dos pedidos por competência das unidades, exceto os pedidos de água que são livres para todas as unidades todos os dias da semana:

- Segunda-feira: Setores administrativos, incluindo as secretarias da Contadoria, Distribuição, Partidoria/Avaliação, Central de Mandados e Central de Inquéritos;
- Terça-feira: Varas Criminais e Turmas Recursais;
- Quarta-feira: Varas da Família e Juizados Especiais;
- Quinta-feira: Varas Cíveis;
- Sexta-feira: Varas da Fazenda Pública, Infância e Juventude, Interesses Difusos e Coletivos.

A equipe de trabalho é composta por 06 (seis) servidores do quadro funcional, dentre eles o chefe da divisão e 03 (três) carregadores terceirizados, todos compromissados com o bom atendimento às unidades, buscando abastecê-las de forma rápida, racional e proporcional, mediante disponibilidade em estoque dos itens solicitados.

No tocante ao bens permanentes, a Divisão de Material e Patrimônio do FDSC busca identificar as demandas das unidades, por meio de visitas, recebimento de solicitações por e-mail, telefone ou sistema DIGIDOC, para então proceder o pedido à Divisão de Administração Patrimonial (Situada no anexo administrativo do bairro

da Alemanha), para que o atendimento seja feito no prazo de até 15 (quinze) dias.

O setor visa, da melhor maneira possível estabelecer um elo entre as unidades por nós atendidas e a Coordenadoria de Material e Patrimônio do TJ, através de um bom diálogo e cordialidade, justificando as necessidades e limitações de ambas as partes para que sejam tomadas as medidas necessárias ao bom funcionamento dos serviços judiciais.

INOVAÇÕES/MELHORIAS

a) Liberação de acesso ao sistema E-Mat para que a Divisão de Material e Patrimônio do Fórum possa gerenciar e atender com maior autonomia as unidades aqui instaladas no que se refere à bens permanentes, sobretudo, mantendo atualizado o inventário patrimonial;

Observação: Antes esse acesso era restrito à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TJ, o que nos impedia de manter o controle patrimonial do Fórum.

b) Contingenciamento de alguns itens no estoque físico do Fórum como cadeiras, mesas, armários, estantes, aparelhos telefônicos, bebedouros, cafeteiras, quadros brancos e flanelógrafos para pronto atendimento das demandas das unidades judiciais;

Observação: Sem esse estoque, muitas vezes tínhamos que aguardar mais de 15 dias para que fosse substituído um simples aparelho telefônico.

c) Implementação da "Oficina de Pequenos Reparos", com o apoio de servidores e terceirizados, objetivando práticas sustentáveis como a recuperação de cadeiras e armários, evitando o desperdício e gastos desnecessários. A seguir temos algumas cadeiras que facilmente poderiam ser descartadas (à esquerda) mas que depois e alguns reparos estão sendo perfeitamente utilizadas.

d) Reorganização dos depósitos para otimizar os espaços, facilitar os trabalhos diários e melhor acondicionar os produtos;





e) Elaboração de Termos de Referência e abertura de processos para:

- Aquisição de materiais de limpeza e conservação exclusivo para o piso do Fórum de São Luís (Processo 42726/2018);
- Aquisição e colchões e roupas e cama para serem utilizados no alojamento dos militares (Processo 48668/2018).
- Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de reforma das cadeiras e estofados em geral do Fórum, num total de 2.390 peças, o que representa uma economia aproximada aos 3 milhões de reais, levando-se em conta o valor pago pelas cadeiras há 07 anos (Processo 15556/2018).

DADOS QUANTITATIVOS

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Atendimento de requisições de material de consumo	10.188
Atendimento de requisições de material permanente	292
Inventários no estoque de materiais de consumo	02
Cadeiras recuperadas na "Oficina de Pequenos Reparos"	57
Armários recuperados na "Oficina de Pequenos Reparos"	19
Mesas recuperadas na "Oficina de Pequenos Reparos"	22
Montagens e adequações de móveis modulares	48
Levantamento de dados para inventário patrimonial do Fórum por setor	106

Observação Importante:
No ano de 2018 o setor conseguiu atender 99,93% das requisições em até 01 (uma) hora do pedido, restando uma fatia de apenas 0,07% que foi atendida em até 06 (seis) horas.

14.4 LABORATÓRIO FORENSE DE BIOLOGIA MOLECULAR

É o único laboratório de identificação humana dentro de um poder judiciário, no Brasil, já tendo também contribuído com a resolução de alguns casos criminais, dentre os quais se destacam os casos de incestos envolvendo meninas que tiveram filhos do próprio pai, repercutidos nacionalmente, casos de crianças roubadas e de estupro seguido de gravidez.

Desde 2013 mantém um sistema de gestão de qualidade, com o qual recebeu e vêm mantendo uma certificação ISO:9001, e, desde 2015 tem certificados de proficiência concedidos pelo PNCQ (Programa Nacional de Controle de Qualidade) e pela empresa Controllab (Controle de Qualidade para Laboratórios).



Visita do perito Ricardo Molina ao Laboratório em 26-09-2018

No ano de 2018 foram emitidos 1510 laudos de exames de DNA, mostrando um aumento de produtividade de 7,5% em relação ao ano anterior. Um percentual de 99,70% dos laudos foram finalizados dentro do prazo, valor acima da meta definida pelo Planejamento Estratégico.

Com satisfação de 100% das partes jurisdicionadas que compareceram ao laboratório para coleta e preencheram a pesquisa se declararam satisfeitas com o atendimento. Da mesma forma, 100% das Varas e Comarcas do Estado do Maranhão que preencheram a pesquisa de satisfação declararam estar satisfeitas com a prestação de serviços.

14.5 DIVISÃO DE INFORMÁTICA

A Divisão de Informática é responsável pela Administração da Rede Local do Fórum Des. Sarney Costa. Atendendo cerca de 1.100 (um mil e cem) usuários distribuídos em 62 (sessenta e duas) unidades judiciárias e 25 (vinte e cinco) unidades administrativas. O parque de equipamentos possui 1.264 (um mil, duzentos e sessenta e quatro) microcomputadores, 90 (noventa) notebooks, 359 (trezentos e cinquenta e nove) impressoras próprias e alugadas. A equipe da Divisão de Informática do Fórum é formada por 07 (sete) analistas, 02 (dois) técnicos judiciários e 12 (doze) técnicos de empresa terceirizada, coordenado pelo Chefia da Divisão de Informática.

REALIZAÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIAS

Entre os atendimentos prestados pela Divisão de Informática está o apoio na realização de videoconferências, visando a coleta de depoimentos para processos da área cível ou criminal, bem como, realização de reuniões ou treinamentos, permitindo celeridade processual e economia de recursos.

INFRAESTRUTURA E AUTONOMIA DOS SERVIDORES DE DADOS

Todos os equipamentos (microcomputadores, notebooks, impressoras) instalados nas unidades judiciais e administrativas são conectados através dos switches aos servidores de rede do Fórum, permitindo o acesso aos sistemas e dados, garantindo a confiabilidade e disponibilidade das informações necessárias para atender aos usuários da justiça de primeiro grau.

.

CENÁRIO ATUAL (FASE 1): Foi realizado um processo licitatório através de Pregão Eletrônico n° 45/2018, Digidoc n° 13384/2018, no valor final de R$ 243.000,00 (duzentos e quarenta e três mil reais), destinado a aquisição de 02 (duas) Unidade de armazenamento de dados (Storage) com mínimo de 2 controladoras, 8 GB de memória cache em cada uma delas e suporte a discos de 3,5" (polegadas), com pelo menos 9 discos com capacidade de armazenamento mínimo 2 Terabytes, tais equipamentos visam garantir melhor desempenho, armazenamento, produtividade e disponibilidade da informação. Sendo que o processo esta na fase de homologação, tão logo sejam entregues os equipamentos os mesmos serão instalados na Divisão de Informática.

CENÁRIO ATUAL (FASE 2): Está em andamento um processo para realização de um Pregão Eletrônico, Digidoc n° 54842/2018, destinado para Registro de Preços de 08 (oito) Servidores de Rede com 2 processadores de 12 núcleos e 256 GB de memória RAM, assim como do Registro de Preços de 02 (dois) Switch SAN de 24 portas. Tais equipamentos novos e com garantia do fornecedor, permitirão o aumento da capacidade de processamento e redundância, dotando assim a Divisão de Informática do Fórum de uma melhor infraestrutura de Tecnologia de Informação para atender as demandas atuais e as futuras, beneficiando todas as unidades judiciais e administrativas existentes, bem como, diminuir a quantidade de incidentes ocasionados por falhas de hardware, resultando em um mínimo de impacto nas atividades das unidades, garantindo maior confiabilidade e disponibilidade dos dados da rede local do Fórum, tornando o acesso as informações mais eficaz.

14.6 DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL E DE PSICOLOGIA

Este documento contém a descrição das atividades desenvolvidas pela Divisão de Serviço Social e Psicologia do Fórum Des. Sarney Costa, junto às Varas de Família, Interdição e provisoriamente às demandas de crimes contra o idoso. Estas atividades incluem:

- Realização de Estudos Sociais e Psicológicos de natureza técnica e pericial como forma de subsidiar as decisões judiciais das referidas Varas;
- Supervisão técnica de estágio nas áreas de Serviço Social e Psicologia;
- Participação em Eventos que dizem respeito às categorias profissionais e aos interesses do TJ-MA;
- Elaboração de textos e artigos científicos de cada área de atuação.

QUANTITATIVO DE PROCESSOS RECEBIDOS E DEVOLVIDOS THEMIS PG3

SECRETARIAS	RECEBIDOS	DEVOLVIDOS
1ª FAMÍLIA	09	12
2ª FAMÍLIA	08	14
3ª FAMÍLIA	05	11
4ª FAMÍLIA	05	06
5ª FAMÍLIA	10	17
6ª FAMÍLIA	09	08
7ª FAMÍLIA	05	06
INTERDIÇÃO	02	05
8ª CRIMINAL	62	53
TOTAL	115	132

OBS.: Esta Divisão recebeu 115 processos e devolveu 132 processos via themisPG3 no período de 01 de janeiro à 19 de dezembro de 2018.

PJE – Processo judicial eletrônico

Foram recebidos e devolvidos por esta divisão as 07 varas da família e vara da interdição 458 processos.

Foram feitas 216 saídas (visitas domiciliares) utilizando o transporte deste Fórum, sendo realizadas aproximadamente em cada saída no mínimo de 01 (uma) e no máximo de 05 (cinco) visitas, *das Assistentes Sociais e/ou Psicólogos* no período de janeiro a dezembro 2018, totalizando em torno de aproximadamente 725 visitas domiciliares efetivadas no referido ano.

TOTAL DE VISITAS DOMICILIARES - ANO 2018

JAN	62
FEV	65
MAR	94
ABR	93
MAI	69
JUN	57
JUL	78
AGO	38
SET	46
OUT	60
NOV	42
DEZ	21
TOTAL	725

14.7 DIVISÃO DE ARQUIVO

A Divisão de Arquivo é o setor responsável pela guarda e arquivamento de processos e documentos diversos enviados pelas unidades judiciais e setores administrativos do Fórum.

Atendimento ao público externo compreende o atendimento a advogados, procuradores e partes envolvidas nos processos, no que concerne a fotocópias de partes processuais e/ou de todo processo.

Em atendimento as diversas unidades judiciais do Fórum e setores administrativos as atividades desenvolvidas por esta Divisão compreendem os desarquivamentos e devoluções dos processos solicitados através do Sistema Digidoc e digitalização de partes processuais.

As respostas às solicitações de atendimentos internos é realizada através de ofício no mesmo sistema e foram de 1.095 (Um mil e noventa e cinco) requisições, até o dia 19/12/2018.

Foram recebidas 4.638 (Quatro mil, seiscentos e trinta e oito) caixas para arquivamento em definitivo no ano de 2018.

14.8 DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

A manutenção predial do Fórum é realizada por 03 (três) empresas terceirizadas, cuja fiscalização está a cargo desta Divisão de Serviços Gerais, a saber: Torquato Fernandes Construção Imobiliárias Ltda, através do contrato de prestação de serviço nº 64/2017, empresa FAM da Amazônia Indústria e Comércio de Ar-condicionado, através do contrato de fornecimento 143/2017 e contrato 47/2015 de prestação de serviço de manutenção de sistema de refrigeração e a empresa Gestor Serviços Empresariais Ltda, através do contrato 10/2012.

ENCERAMENTO DE PISO EM ALGUNS ANDARES DO FÓRUM

Realizado no mês de abril serviço de enceramento de piso em alguns pontos do Fórum com bons resultados no tocante a limpeza e brilho do piso, resultante do serviço realizado.

LIMPEZA DOS VIDROS DA FAIXADA

Realizado sem custos adicionais, pois para execução do serviço de limpeza da estrutura de vidro do Fórum, mão de obra já disponível via empresa Gestor Serviços, utilizamos algumas adaptações com canos para prolongar a extensão dos "mob's" e vassouras, revitalizamos equipamento de lavagem de carro, para prolongar o alcance da água e solicitamos junto a empresa Gestor, escadas maiores e equipamentos de segurança para as aplicações e lavagem;

Foram levantados os problemas estruturais referente a janelas e placas do Fórum e apresentados a Corregedoria Geral de Justiça para que fossem apresentados na sessão plenária do TJ em caráter emergencial.

Foram reformadas algumas unidades, como por exemplo a 1ª Vara da Infância e Juventude e as futuras instalações do Centro Judiciário de Solução de Conflitos.

ÁREA EXTERNA DO FÓRUM

Revitalização das áreas livres do Fórum com serviços jardinagem, concerto de rampas de acessibilidade, pintura de calçadas, escadas e marcação de estacionamentos.

SISTEMA HIDRÁULICO E SANITÁRIO

Reparos no telhado, contemplando troca de telhas e impermeabilizações.

Realizado serviço de manutenção no sistema hidráulico, como, Limpeza de caixas d'água, cisternas, tubulações, sistema de combate a incêndio e manutenção de bombas.

Também foi reativado o do sistema de irrigação – Após levantamento técnico, analisamos todos os campos no sentido de custos, dano ao patrimonio e sustentabilidade. Solicitamos orçamento de empresa especializada para revitalização do sistema, que foi avaliado em R$ 62.000,00. Diante deste alto custo do serviço, demos inicio via contrato de manutenção e procedemos a troca das tubulações hidráulicas e aspessores, reduzindo a R$ 1.000,00 o custo total da obra, já que as tubulações hidráulicas já constam em nossa planilha de manutenção corretiva e os aspessores foram concertados, limpos e lubrificados pelos próprios jardineiros.

No decorrer desse processo de reativação do sistema de irrigação, atentamos para a possibilidade de reutilizarmos a água da chuva e dos poços, para alimentar os sanitários (água servida) e também para IRRIGAR TODO O JARDIM de maneira sustentável e econômica, não utilizando água tratada (CAEMA). Este sistema ainda está sendo montado, em fase de testes.

DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO

Em março de 2018 foi feita a terceira e última dedetização disponível no contrato de prestação de serviço número 0028/2017. Ocorre que essa dedetização não atendeu as necessidades do prédio, por estarmos em área de mangue, terreno aberto e cercado de mato, não houve atenção ou mesmo tratamento devido; em 24.08.2018, fizemos com recursos próprios, independente de contrato licitatório, dedetização com veneno k-othrine ce 250ml, com custo total de R$ 62,50.

O resultado durante e após a aplicação teve aprovação imediata, matando inúmeras pragas que ali viviam, ratos, baratas e aranhas, tornando o ambiente mais confiável e seguro.

IMPLANTAÇÃO DA CIPA

Foram realizadas as eleições da CIPA da Empresa Gestor, medida essa, com intuito de dar maior segurança aos colaboradores, prevenindo acidentes e dando maior qualidade aos serviços.

Redesenhamos o "layout" da sala dos terceirizados da Gestor, onde naquele momento, almoxarifado, refeitório e sala dos encarregados, ficavam num mesmo ambiente insalubre, com poluição visual e pouca higiene. Novos armários foram disponibilizados, atendendo 24 colaboradores e mais 7 antigos armários foram recuperados, atendendo 30 colaboradores para que fossem guardados seus objetos pessoais;

DESVIO DE FUNÇÃO

Identificamos através de levantamento técnico e estudo do contrato que 35 funcionário da empresa Gestor Serviços encontravam-se em situação de desvio de função em cerca de 07 setores deste Fórum. Tais funcionários foram contratados para o cargo de auxiliar de serviços gerais e estavam desempenhando serviços administrativos típicos de Técnico/Auxiliar Judiciário, expondo dessa forma o Poder Judiciário a possíveis demandas perante a Justiça do Trabalho.

Diante da situação expormos o caso à Corregedoria Geral de Justiça e Diretoria do Fórum, sob a supervisão da Coordenação Administrativa em 06.02.2018, conforme decisão número 6722018, da presidência do TJ/MA, em seguida os referidos funcionários terceirizados voltaram a desempenhar as funções de seus cargos de origem (Auxiliar de Serviços Gerais), não havendo mais casos de desvio de função até o presente momento.

14.9 SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A segurança institucional do Fórum é realizada por policiais da ativa e da reserva, incluindo bombeiros, totalizando 59 (cinquenta e nove) militares.

No ano de 2018 foi realizada pela diretoria de segurança institucional através dos contratos 98/2017, 21/2018, 56/2017, 70/2017 e 14/2018 a reestruturação do sistema de videomonitoramento que incluiu reparos e substituições de 477 câmeras.

Existem no Fórum 341 extintores de incêndio, sendo 155 do tipo pó químico ABC, todos com inspeção atualizada no ano de 2018.

Foi criada a Brigada Voluntária de Incêndio do Fórum Des. Sarney Costa, composta por 30 servidores efetivos e terceirizados, formados através de curso organizado pela Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizado na data de 26 e 27 de setembro de 2018.

14.10 SETOR DE TRANSPORTE

Existem atualmente a disposição do Fórum 21 veículos, dentre eles 09 se encontram danificados em oficinas ou no próprio Fórum. O setor conta com 22 motoristas terceirizados e 01 Auxiliar Judiciário - Motorista que atendem diariamente a 33 rotas de fixas, sendo que 04 motoristas se revesam nos plantões cível e criminal.



	VEÍCULOS	PLACA	MOTORISTAS	ATENDIMENTO DIÁRIO
01	LOGAN	NXE - 3116	CARLOS CESAR	CONDUÇÃO DE PESSOAS EM JUÍZO/ À DISPOSIÇÃO DO SETOR
02	LOGAN	NXE - 3086	RAIMUNDO DE JESUS	CENTRAL DE MANDADOS/LIMINAR
03	LOGAN	NXE - 7745	JOSEVALDO FRANCO	CENTRAL DE MANDADOS/LIMINAR
04	LOGAN	NXE - 7809	ANTÔNIO FRANCO	SERVIÇO SOCIAL
05	LOGAN	NXE - 3156	JORGE LUÍS	CONDUÇÃO DE PESSOAS EM JUÍZO/ À DISPOSIÇÃO DO SETOR
06	LOGAN	NXE - 8753	MAIKO LINDOSO	AVALIAÇÃO JUDICIAL E MINISTÉRIO PÚBLICO
07	LOGAN	NXE - 8723	OSÉIAS FRAZÃO	PROTOCOLO / ROTA DA 8° VARA CRIMINAL1427
08	LOGAN	NXE - 9348	DIÁQUISSON PIMENTA	CONDUÇÃO DE MENOR/ À DISPOSIÇÃO DO SETOR
09	*GOL	NMT - 3667		CONDUÇÃO DE PESSOAS EM JUÍZO/ À DISPOSIÇÃO DO SETOR
10	*GOL	NMT - 1159	ADINAEL MOREIRA	CENTRAL DE MANDADOS LIMINAR
11	BONGO	OGV - 4730	EVENTUAIS DIRIGÊNCIAS	MATERIAL/ SERVIÇOS DIVERSOS
12	*GOL	NMT - 1995	IVALDO / CLÁUDIO	PLANTÃO FORENSE CÍVEL
13	LOGAN	NXE - 7142	RONALDO/FRANCISCO	PLANTÃO FORENSE CRIMINAL
14	*FRONTIER	HQD - 0584	EVENTUAIS DIRIGÊNCIAS	MATERIAL ALEMANHA/ ARMAS NO EXÉRCITO/ OUTROS
15	DUCATO	NWV - 4280	EVENTUAIS DIRIGÊNCIAS	CONDUZIR JURADOS E SERVIDORES.
16	HILUX	NWU - 9438	ORLANDO REIS	DISPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E MAGISTRADOS
17	ECOSPORT	NWY - 9427	MAJOR LOBATO	POSTO POLICIAL
18	L200 GL	PSX - 9198	GERALDO DE JESUS	EXCLUSIVO DA DIRETORIA
19	LOGAN	NXE - 8743	PAULO CÉSAR	CONDUZIR MAGISTRADO
20	LOGAN	NXE - 9277	ANTÔNIO JÂNIO	DIVERSOS
21	LOGAN	NXF - 0390	HUDSON RIBEIRO	DIVERSOS

VEÍCULOS PARADOS EM OFICINAS OU NO FÓRUM

	VEÍCULOS	PLACA	OFICINA
01	LOGAN	NXE - 8753	FÓRUM
02	VAN DUCATO	NWV -4280	OFICINA ALTO MAIS
03	LOGAN	NXE - 3156	OFICINA WS
04	LOGAN	NXE - 8723	FÓRUM
05	LOGAN	NXE - 9348	FÓRUM
06	LOGAN	NXE-7142	FÓRUM
07	LOGAN	NXE-8743	FÓRUM
08	ECO SPORT	NWY - 9427	FÓRUM
09	LOGAN	NXE - 9277	OFICINA DISPEL

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado ao longo do presente relatório, inúmeros resultados exitosos foram obtidos, fruto do trabalho de toda a equipe técnica do Fórum Des. Sarney Costa que diariamente se dedica à prestação de um serviço de qualidade, bem como de todo empenho incansável do Corregedor-Geral da Justiça Des. Marcelo Carvalho Silva e da Diretora do Fórum, Dra. Diva Maria de Barros Mendes, que acreditam no Judiciário mais justo e célere.

Todavia, muitos desafios se apresentam para que as ações planejadas para o ano de 2019 sejam implementadas visando aprimorar a gestão judicial com o aumento da qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados.



GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE 2018
GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

1. Quantitativo de processos referentes a carta precatória e Processos oriundos do CNJ

QUANTITATIVO DE PROCESSOS	
PROCESSOS CARTA PRECATÓRIA AUTUADOS/ RESPONDIDOS	PROCESSOS CNJ RESPONDIDOS
333 [1]	298 [2]

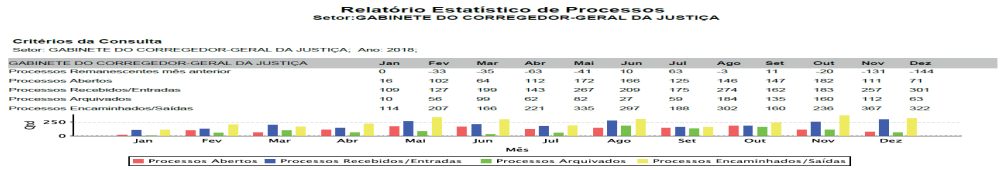
Fonte1: Sistema DIGIDOC
Fonte2: Sistemas Nacionais – CNJ

2. Quantitativo de processos movimentados no Sistema DIGIDOC

MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS		
QUANTITATIVO DE MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS	QUANTITATIVO DE PROCESSOS ABERTOS NO SETOR	QUANTITATIVO DE PROCESSOS RECEBIDOS / ENTRADAS
8.615	1.414	2.406

Fonte: Sistema DIGIDOC

Fonte: Relatório Estatístico de Processos – Sistema DIGIDOC



3. Acompanhamento de documentos administrativos no Sistema DIGIDOC.

QUANTITATIVO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS MOVIMENTADOS	QUANTITATIVO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS ARQUIVADOS
7.541	5.412

Fonte: Sistema DIGIDOC

4. Acompanhamento de documentos administrativos no Sistema DIGIDOC, por tipo.

DOCUMENTOS	**2018**
CERTIDÃO	34
CIRCULAR	49
DESPACHOS	715
DECISÕES	110
INFORMAÇÕES	30
MEMORANDO	578
OFÍCIOS	1498
PORTARIAS	16
OUTROS	18
TOTAL	**3048**

Fonte: Sistema DIGIDOC

5. Acompanhamento de documentos administrativos no Sistema Malote Digital.

DOCUMENTOS LIDOS E ENVIADOS VIA MALOTE DIGITAL
2.949

Fonte: Sistema Malote Digital



COORDENAÇÃO E SECRETARIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COORDENAÇÃO E SECRETARIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

O Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais (Coordenação e Secretaria dos Juizados Especiais) é órgão da Corregedoria Geral de Justiça e tem como objetivo exercer a coordenação administrativa dos Juizados Especiais e Turmas Recursais, buscando melhorias relacionadas ao funcionamento desse sistema, no Estado do Maranhão.

Juiz Coordenador dos Juizados Especiais – período de: 15/12/2017 a 17/09/2018
Dr. Marcelo José Amado Libério

Juiz Coordenador dos Juizados Especiais a partir de: 02/10/2018
Dr. João Francisco Gonçalves Rocha.

ATIVIDADES REALIZADAS - 2018

1) CORREIÇÕES ORDINÁRIAS

*O Coordenador dos Juizados, ***Dr. Marcelo José Amado Libério***, realizou correições ordinárias nos seguintes juizados:

6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 20 a 22 de março de 2018.

7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 06 a 08 de março de 2018.

9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 17 a 19 de abril de 2018.

14º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 03 a 05 de setembro de 2018.

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Açailândia/MA.
Período: 02 a 04 de abril de 2018.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz/MA.
Período: 04 a 06 de abril 2018.

Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de Paço Lumiar da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 06 a 08 de junho de 2018.

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Caxias/MA.
Período: 06 a 08 de agosto de 2018.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Caxias/MA.
Período: 08 a 10 de agosto 2018.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de São Luís/MA.
Período: 21 a 23 de agosto de 2018.

*O Coordenador dos Juizados, ***Dr. João Francisco Gonçalves Rocha***, realizou correições ordinárias nos seguintes juizados:

Juizado Especial de Trânsito do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís.
Período: 02 a 04 de outubro de 2018.

11º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 15 a 17 de outubro de 2018.

13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 12 a 14 de novembro de 2018.

Juizado Especial da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 03 a 05 de dezembro de 2018.

1º Juizado Especial Criminal do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 06 a 08 de dezembro de 2018.

Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 26 a 28 de novembro de 2018.

2) CORREIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

10º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 30 a 31 de outubro de 2018.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Balsas/MA.
Período: 05 a 08 de novembro de 2018.

2.1) CORREIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS EXCEPCIONAIS

Por determinação do Excelentíssimo Senhor Corregedor foram realizadas correições extraordinárias, para fim específico (Portaria CGJ nº 3585/2018), nos juizados especiais abaixo relacionados:

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Codó/MA.
Período: 26 a 28 de Junho de 2018.

1º Juizado Especial Cível da Comarca de Imperatriz/MA.
Período: 03 a 04 de julho de 2018.

2º Juizado Especial Cível da Comarca de Imperatriz/MA.
Período: 05 a 06 de julho de 2018.

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pinheiro/MA
Período: 09 a 12 de julho de 2018.

3) FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS- FONAJE

O evento, que ocorre semestralmente, contou com a ampla participação de juízes, que receberam o apoio da CGJ, com a disponibilização de passagens aéreas e diárias, sorteadas. Convém ressaltar que foram contemplados juízes de juizados especiais autônomos e membros de Turmas Recursais.

1º SEMESTRE - XLIII FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - FONAJE 2018.

Essa edição aconteceu em Macapá/AP, no período de 13 a 16 de junho de 2018, com a participação do juiz coordenador Dr. Marcelo José Amado Libério, e dos magistrados: Dra. Maria José França Ribeiro – 7º Juizado

Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís; Dra. Marcia Cristina Coêlho Chaves – 3º Juizado Especial Criminal do Termo Judiciário de São Luís.

2º SEMESTRE – XLIX FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS- FONAJE 2016

Essa edição aconteceu no Rio de Janeiro/RJ, no período de 21 a 23 de novembro de 2018, com a participação do juiz coordenador Dr. João Francisco Gonçalves Rocha, e dos magistrados: Dr. Pedro Henrique Holanda Pascoal – Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Balsas/MA; Dr. Marcelo José Amado Libério – Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de São José de Ribamar/MA.

4) Instalação da TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA na Comarca da Ilha de São Luís/MA (gestão do Juiz Coordenador Marcelo José Amado Libério).

Instalação, em 15 de março de 2018, da Turma Recursal Temporária com competência para processar e julgar tão somente os processos oriundos de novas distribuições.

5) A Coordenação dos Juizados Especiais recebeu, tramitou e confeccionou documentos e processos, conforme discriminação abaixo:

Foram criados **(2.654)** documentos, dentre os quais **(130)** Pareceres e **(460)** Portarias (designação de juízes).

Tramitaram **(716)** processos dos quais **(413)** foram finalizados e arquivados nesta secretaria e **(277)** encaminhados para outros setores.



COORDENADORIA
ADMINISTRATIVA

A Coordenação planejou, dirigiu, coordenou e controlou a execução dos serviços administrativos durante todo o ano de 2018.

A equipe deste setor é formada pela Coordenadora Administrativa **Thaís Silva Muniz**, o Secretário da Coordenadora Administrativa **Francisco das Chagas Mousinho Lago**, o Técnico Judiciário **Newton Cláudio Monteiro Bello**, a Auxiliar Judiciário Administrativo **Luciane da Conceição Carvalho Carneiro, totalizando 04 (quatro) servidores**. Para o desempenho dos trabalhos contamos com o auxílio de 15 funcionários terceirizados da Empresa Gestor Serviços.

Dentre as funções executadas estão a organização dos procedimentos de trabalhos, o acompanhamento e orientação dos serviços de sua competência quanto à operacionalização e melhorias, a fiscalização dos serviços de copa, cozinha, limpeza, vigilância e segurança, a manutenção do prédio, apoio logísticos quanto ao deslocamento de pessoas e transporte de materiais, bem como a fiscalização de contratos de prestação de serviços que estão sob sua responsabilidade: o Fornecimento de alimentação para as Sessões dos Tribunais do Júri de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar e o de Alienação de bens e materiais apreendidos judicialmente.

O Setor manteve sob sua gerência a Divisão de Transporte, a Divisão de Gestão e Controle Documental e a Seção do Protocolo, organizando para que todos os setores funcionassem da forma mais eficiente.

A Coordenação Administrativa participou em Maio/2018 da Ação Global no SEBRAE, organizando toda a estrutura para receber os cidadãos interessados em participar dos Casamentos Comunitários, oportunidade em que foram atendidos uma média de 600 (seiscentos) casais, e efetivadas 400 (quatrocentas) inscrições.

Em Junho do ano em referência, as inscrições para a participação nos Casamentos Comunitários continuaram através do telejudiciário, na qual a Coordenação montou a estrutura para receber e efetivar mais 600 (seiscentas) inscrições no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís-MA, em parceria com os 05 (cinco) cartórios de Registro da Comarca da Ilha de São Luís.

Assim, a Coordenação Administrativa organizou o Projeto "Casamentos Comunitários" na capital para 1.000 (mil) casais, no Centro de Convenções da UFMA, bem como esteve presente efetivamente em todos os casamentos realizados nos Municípios do Estado do Maranhão, no que se refere à estrutura do evento, tanto no período das inscrições quanto no dia da solenidade: organização e decoração do espaço físico, aquisição de cadeiras, brindes, alimentações, divisão das equipes, logística e reserva de espaço para juízes e desembargadores.

Em Dezembro/2018 fora realizado o Projeto Social de Natal da CGJ no IFMA para crianças e adultos das Comunidades Rio da Prata, do Alegre e Comunidade do Sabino, localizadas no Bairro do Maracanã, disponibilizando aos cidadãos atendimentos médicos e odontológicos, lanches e distribuição de brinquedos e recreação para crianças;



COORDENADORIA DAS SERVENTIAS

1. ***INFORMAÇÕES GERAIS:***

COORDENADOR: **RAFAEL DUARTE RIBEIRO**

SERVIDORES: Eliana da Conceição Monteiro Almeida, Euller Tácito Dias de Almeida Andrade Filho; Glorilda Caldas Machado, José Francisco Carvalho dos Reis, Karoline Blenda Oliveira Alcantara, Kharen Michele Mouta Costa, Manoel Raimundo Figueiredo Ferreira Júnior e Tânia Olimpia Couto Chaves Ramos

2. *ASSUNTOS PROCESSUAIS DISTRIBUÍDOS E PROCESSADOS NO ANO DE 2018 (FONTE: DIGIDOC)*

	DESCRIÇÃO
1	CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
2	CERTIDÃO DE EXISTÊNCIA DE SERVENTIA EXTRAJUDICIAL ESPECIFICA
3	CASAMENTO COMUNITÁRIO - AÇÃO GLOBAL
4	CONFECÇÃO DE MATERIAL DO CASAMENTO COMUNITÁRIO
5	COMUNICADO DE DESIGNAÇÃO DE SERVENTUÁRIO SUBSTITUTO
6	COMUNICADO DE REGISTRADOR
7	CONSULTA DE REGISTRADOR
8	SOLICITAÇÃO DE 2ª VIA DE CERTIDÃO DE ÓBITO
9	DESISTÊNCIA DE INTERINIDADE
10	INDICAÇÃO DE SECRETÁRIO TITULAR
11	INDICAÇÃO DE SECRETÁRIO SUBSTITUTO
12	INFORMAÇÃO SOBRE SERVENTIAS
13	PEDIDO DE INTERINIDADE
14	PROCEDIMENTO CNJ
15	RENÚNCIA DE DELEGAÇÃO
16	RETORNO DE INTERINIDADE
17	SOLICITAÇÃO DE 2ª VIA DE CERTIDÃO REGISTRO CIVIL
18	INDISPONIBILIDADE DE BENS
19	SUSPENSÃO DE FUNCIONAMENTO DE FÓRUM
20	RELATÓRIO MENSAL DE REGISTRO CIVIL
21	PEDIDO DE CASAMENTO COMUNITÁRIO
22	RESPOSTA OFÍCIO - (CSERVCGJ)
23	PARTICIPAÇÃO NAS INSPEÇÕES NAS SERVENTIAS DO ESTADO DO MARANHÃO

3. QUANTITATIVO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E PROCESSADOS NO ANO DE 2018 (FONTE: DIGIDOC)

	DESCRIÇÃO	TOTAL
01	**PROCESSOS NOVOS RECEBIDOS/ABERTOS NA COORDENADORIA DAS SERVENTIAS**	**2939**
02	**PROCESSOS ARQUIVADOS NO ANO DE 2018**	**2683**
03	**TOTAL DE PROCESSOS MOVIMENTADOS PELA COORDENADORIA**	**2327**
04	**TOTAL DE DOCUMENTOS CRIADOS PELO SETOR (OFÍCIOS, MEMORANDOS etc)**	**3606**
05	**CASAMENTO COMUNITÁRIO – CAPITAL - 2018**	**01**

3.3 - RESULTADO PARCIAL DO 3º TRIMESTRE DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA - GPJ/2018

A) **META 1-** Dar prosseguimento a 93% dos processos no prazo Padrão de 7 dias úteis.

COORDENADORIA DAS SERVENTIAS						
META	TOTAL DE PROCESSOS CONCLUÍDOS NO PRAZO PADRÃO	TOTAL DE PROCESSOS RECEBIDOS	REALIZADO	ESPERADO	% PROCESSOS SOBRESTADOS	% MÁXIMO SUSPENSÃO
META 01	**13264**	**13500**	**98%**	**93%**	**0,02%**	**1%**

4. COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE INSPEÇÕES EM SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

a) Os servidores Rafael Duarte Ribeiro (Coordenador das Serventias da CGJ) e Eliana da Conceição Monteiro Almeida Ferreira (técnico judiciário) participaram da composição da equipe de inspeções extraordinárias em serventias extrajudiciais no Estado do Maranhão, no total de 19 (dezenove) realizadas no ano de 2018.

5. ORGANIZAÇÃO DE CASAMENTOS COMUNITÁRIOS NO ESTADO

a) A equipe da Coordenadoria das Serventias da CGJ, em conjunto com os demais setores da CGJ, participou da organização junto às 05 (cinco) zonas de Registro Civil de Pessoas Naturais de São Luís na organização da edição do casamento comunitário ocorrido em São Luís/MA no ano de 2018, totalizando o quantitativo de 1015 casais contemplados.

b) A equipe da coordenadoria das serventias participou intensamente no ano de 2018 na orientação das Comarcas deste Estado sobre a organização das edições de casamentos comunitários, recebendo e encaminhando os expedientes recebidos pelos juízos.

6. UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS

a) A Coordenadoria das serventias é responsável por liberar o acesso aos sistemas Sentinela (Auditus e Notarium), Justiça Aberta – CNJ, Malote Digital, RegestaWeb, dentre outros que relacionam-se com os serviços extrajudiciais. No ano de 2018 todas as serventias do estado foram comunicadas para regularizar sua situação junto aos rmencionados sistemas, tendo aumentado exponencialmente a utilização por parte dos delegatários.

Obs: A liberação dos sistemas é feita através de solicitação realizada por meio do e-mail institucional da coordenadoria das serventias (extrajudicialcgj@tjma.jus.br).

7. EXPEDIENTES JUDICIAIS RELACIONADOS À INDICAÇÕES DE SECRETÁRIOS JUDICIAIS SUBSTITUTOS E CONCILIADORES SUBSTITUTOS

a) A coordenadoria das serventias tramitou 100 processos encaminhados à Corregedoria Geral da Justiça, em 2018, que tratavam de indicação de secretário judicial substituto e/ou conciliador substituto.

8. ACOMPANHAMENTO NA INSTALAÇÃO DE POSTOS DE REGISTRO CIVIL

a) A Coordenadoria das Serventias atuou na orientação das serventias e dos juízos nas instalações dos postos de registro civil situados nas maternidades/hospitais do Estado.

9. NAE

a) O coordenador das serventias atuou secretariando e compondo o Núcleo de Aprimoramento do Extrajudicial – NAE, em todas as reuniões mensalmente realizadas no ano de 2018.



COORDENADORIA DE FINANÇAS E DE PESSOAL

1. APRESENTAÇÃO

A Coordenadoria de Finanças e de Pessoal da Corregedoria, integrada pelas Divisões de Expedição de Atos e Registros e de Cadastro, diante dos objetivos e metas traçados no plano de gestão do Corregedor-Geral da Justiça, Des. Marcelo Carvalho Silva, biênio 2018-2019, apresenta, por intermédio desse relatório, os indicadores das atividades desempenhadas no ano de 2018.

Em relação à Coordenadoria, o relatório enfatiza o controle e a execução orçamentária da Corregedoria, em especial, as ações implementadas e que resultaram na economia das despesas permanentes de caráter continuado (telefonia fixa e água) das unidades jurisdicionais do 1º Grau. Ademais, a tramitação processual dos pleitos administrativos de adiantamento, nas modalidades alimentação do Júri e pronto pagamento, e de pagamento de diárias a magistrados e servidores.

Para a Divisão de Expedição de Atos e Registros, o relatório focaliza na produção dos atos (portarias, certidões, informações, ofícios, memorandos e termos de exercício de juízes de direito) dos servidores da CGJ e juízes de 1º Grau.

Já a Divisão de Cadastro tem seu relatório voltado para os atos produzidos (certidões), bem como o cadastramento nos sistemas Processo Judicial Eletrônico-Pje, do plantão judicial do 1º Grau e Peritus, de peritos e órgãos técnicos ou científicos; e, também, o cadastramento e atualização dos dados pessoais no sistema informatizado MENTORH.

2. COORDENADORIA DE FINANÇAS E DE PESSOAL

No exercício de 2018, a Corregedoria Geral da Justiça contou, inicialmente, com o orçamento de R$ 21.040.000,00 (vinte e um milhões e quarenta mil reais), além da suplementação autorizada, no decorrer do exercício financeiro, de R$ 3.665.000,00 (três milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil reais), perfazendo um total de R$ 24.705.000,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinco mil reais), alocados no Projeto Acesso à Justiça (CGJ).

O orçamento atualizado fora executado no valor de R$ 23.477.195,14 (vinte e três milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, cento e noventa e cinco reais e quatorze centavos), atingindo 95,03% da execução orçamentária, o que demonstra um resultado eficaz no aproveitamento dos recursos disponíveis.

E, de acordo com informações extraídas do Sistema Digidoc, tem-se o resumo quantitativo da tramitação de processos administrativos (diária CGJ, diária de designação, adiantamento, pagamento de fatura CGJ) do ano de 2018, conforme abaixo:

PROCESSOS (DIGIDOC)	2018
Processos Abertos	752
Processos Recebidos/Entradas	1778
Processos Arquivados	300
Processos Encaminhados/Saídas	2260

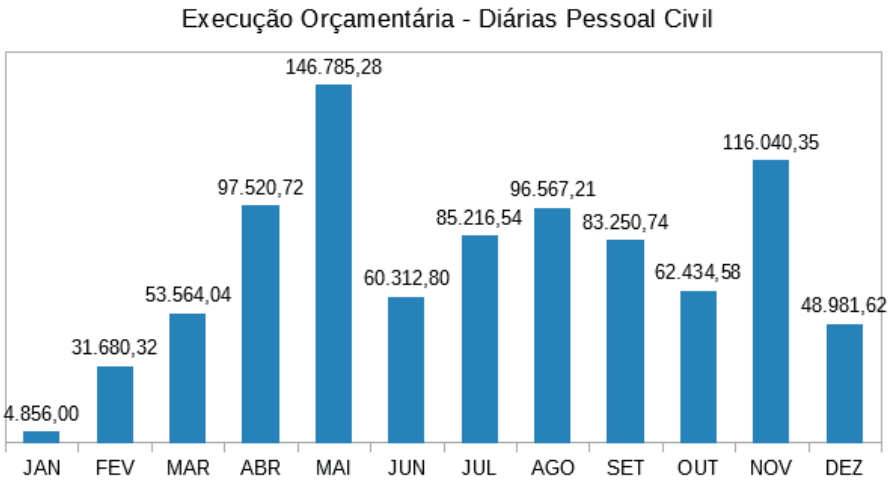
Diárias

No ano de 2018, considerando o período de janeiro a dezembro, foram 860 processos de concessão de diárias a magistrados e servidores, o que corresponde a 88,27% do recurso disponibilizado realizado, conforme demonstrado nas tabelas e gráfico abaixo:

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUTADO	PERC. DE EXECUÇÃO
DIÁRIAS-PESSOAL CIVIL	**655.000,00**	**1.005.000,00**	**887.210,20**	88,27%

Período: Jan a Dez de 2018

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DIÁRIAS PESSOAL CIVIL														
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	SALDO
4.856,00	31.680,32	53.564,04	97.520,72	146.785,28	60.312,80	85.216,54	96.567,21	83.250,74	62.434,58	116.040,35	48.981,62	887.210,20	117.789,80



A Coordenadoria de Finanças e de Pessoal colaborou na elaboração da Resolução nº39/2018, que dispõe sobre a concessão de diárias e passagens aéreas, diante da identificação de inconsistências nos processos de concessões de diárias, notadamente a magistrados em substituição em outra Unidade Jurisdicional, como o pagamento de meia diária antecipada, independente de comprovação de deslocamento (Ato da Presidência nº 01/2009-revogado), e a concessão de diária com distância inferior a permitida na Resolução nº31/2009 (revogada). Houve, também, a necessidade de regulamentar a concessão de diárias aos Juízes de Direito Membros, Titulares e/ou Suplentes, das Turmas Recursais pela equiparação dos mesmos critérios de concessão do Juiz de Direito em substituição.

Ademais, após a publicação da Resolução nº39/2018, a Coordenadoria de Finanças e de Pessoal passou a realizar o controle das prestações de contas nos processos de diárias.

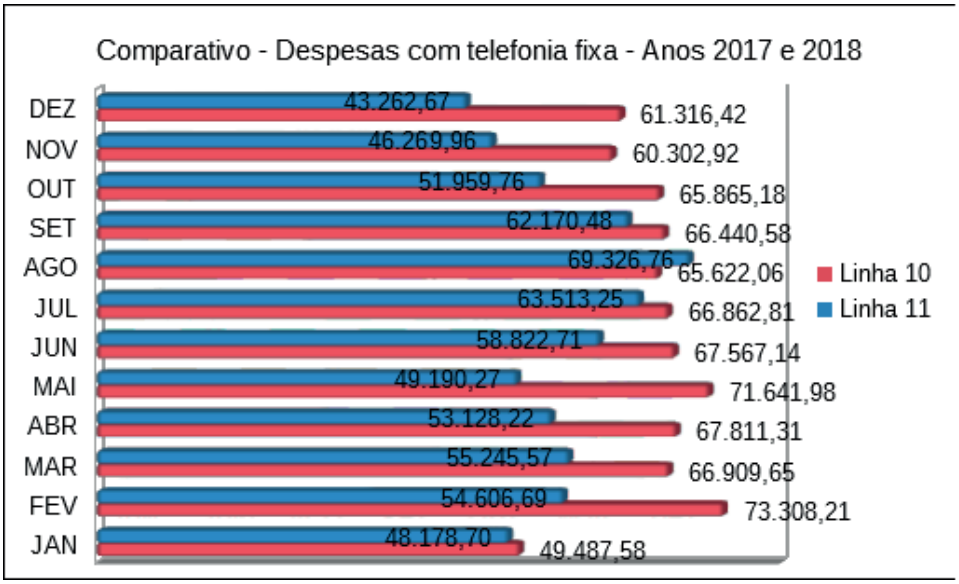
Nesse sentido, houve a devolução ao Tribunal de Justiça do valor de R$ 19.459,84, correspondente à 51,5 diárias em 25 processos (2,9%) e, do total dos processos de concessão de diárias, 853 processos (99,2%) tiveram a prestação de contas aprovada e foram contabilizados 7 processos (0,8%) pendentes de comprovação de deslocamento.

Faturas

A atual gestão da Corregedoria-Geral da Justiça definiu como macrodesafio o aperfeiçoamento da gestão de custos com o objetivo de fomentar o uso consciente de água, energia e telefone.

Durante o ano de 2018, ações implementadas tiveram como foco a redução das despesas com telefonia fixa e água.

Telefonia fixa

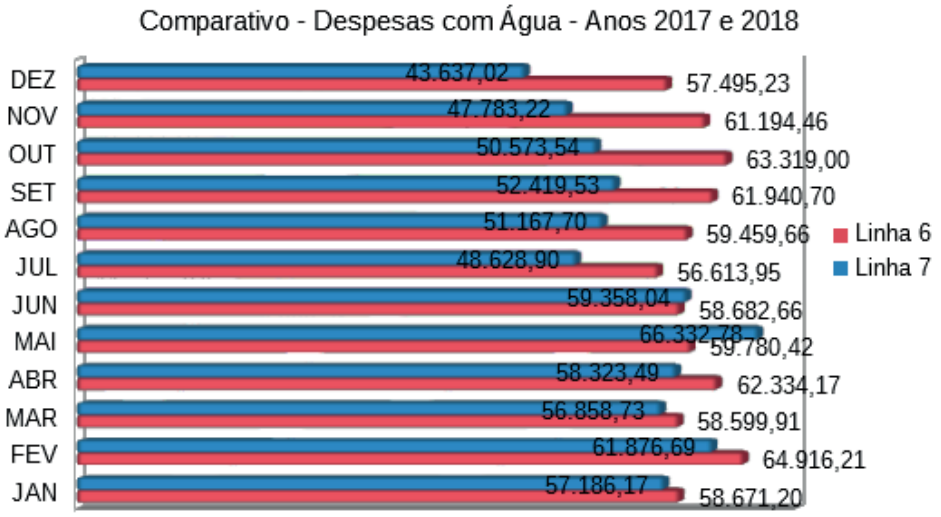


A redução de despesas com telefonia fixa foi de 21,8 %, em relação ao ano de 2017, representando uma economia R$ 170.723,47 (cento e setenta mil, setecentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos).

A redução apresentada reflete o conjunto de ações implementadas, conforme tabela abaixo.

TELEFONIA FIXA	
AÇÕES	RESULTADOS
CIRC-GCGJ 13/2018 - enviada a todos os juízes para que tais serviços sejam utilizados de forma responsável e racional, priorizando outros meios/ ferramentas de comunicação (email institucional, sistemas Malote Digital e Digidoc).	Redução dos gastos com telefonia fixa, em comparação ao ano de 2017.
OFC-GDSC-36/2018, CIRC-GDSC-2/2018 e CIRC-GDSC-3/2018 - mapeamento realizado para identificação de linhas telefônicas ativas e inativas nas unidades judiciárias do 1º Grau. Ao analisar as faturas dos anos anteriores, verificou-se a cobrança mensal fixa em algumas unidades, inclusive, de linhas telefônicas ativas após a instalação de Centrais Telefônicas. A situação mais crítica identificada foi na Comarca de Barra do Corda, as três linhas telefônicas existentes estavam sem funcionamento e, desde 2016, a unidade encontrava-se incomunicável.	Cancelamento de 67 linhas telefônicas sem utilização/ inativas, o que corresponde a 19% do total de linhas telefônicas ativas. Economia de R$ 37.496,94 (trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos), após o cancelamento das referidas linhas telefônicas. Em relação à Comarca de Barra do Corda foi solicitado o cancelamento das referidas linhas telefônicas, bem como a instalação de três novas.
PORTARIA-CONJUNTA 11/2018 – redução do limite mensal para gastos com telefonia fixa pelas unidades jurisdicionais e administrativas de R$700,00 para R$400,00.	Envio de 25 ofícios às unidades jurisdicionais que ultrapassaram o limite mensal para fins de justificativa e/ou devolução de valores. Houve a devolução ao Tribunal de Justiça do valor total de R$ 985,87, em razão da utilização indevida dos serviços de telefonia fixa.
OFC-GDSC – 472018 – implementação nas Centrais Telefônicas das Comarcas de Imperatriz, Timon, Caxias, Bacabal e São José de Ribamar do sistema de senha para realização de ligações externas, a fim de que seja identificado o usuário.	Serviço realizado, conforme informação contida no processo nº 20030/2018. Coibir a utilização indevida dos serviços de telefonia fixa.

Água



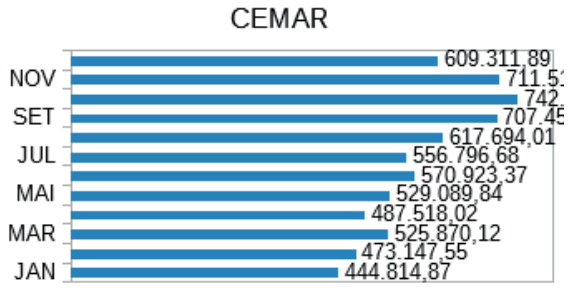
A redução de despesas com água foi de 9,53 %, em relação ao ano de 2017, representando uma economia R$ 68.861,76 (sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos)

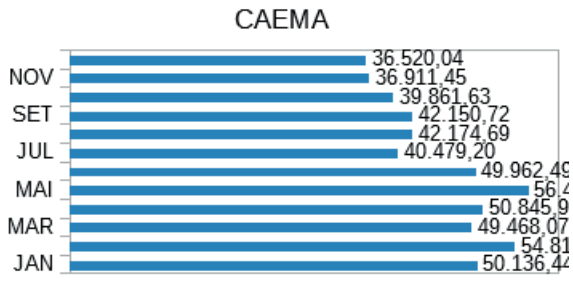
A redução apresentada reflete as ações implementadas, notadamente no segundo semestre, conforme tabela abaixo.

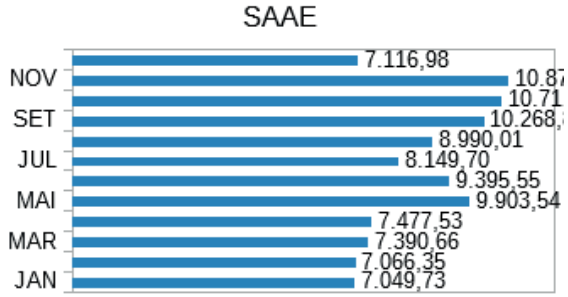
ÁGUA	
AÇÕES	RESULTADOS
MEMO-CFPCGJ 112018 e MEMO-CFPCGJ 632018 – solicitação de agendamento junto à Caema, a fim de que fossem realizadas visitas técnicas para instalação de hidrômetros em 16 (dezesseis) unidades jurisdicionais e administrativas. Ao analisar as faturas dos anos anteriores, notou-se o valor elevado em algumas unidades jurisdicionais e administrativas e constatou-se a cobrança fixa, baseada no atributo físico do imóvel, e não a cobrança pelo consumo real, uma vez que em tais unidades inexistiam hidrômetros, a exemplo do Fórum de Coroatá que possui poço artesiano e, desde 2016, a CAEMA cobrava o valor fixo mensal de R$ 4.785,11.	Instalação de hidrômetros nas 16 unidades jurisdicionais e administrativas; Economia de R$ 74.505,36 (setenta e quatro mil, quinhentos e cinco reais e trinta e seis centavos), após a instalação dos hidrômetros. Redução das despesas com a Caema que correspondem a mais de 23,6%, considerando os últimos seis meses. Após a instalação dos hidrômetros, a Caema passou a cobrar pelo valor real do consumo e, assim, o Fórum de Coroatá reduziu sua despesa mensal com água para a média de R$ 190,34.

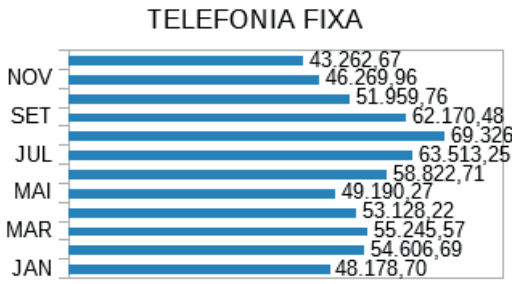
No ano de 2018, considerando o período de janeiro a dezembro, em relação ao controle do orçamento e a execução dos gastos fixos mensais realizados pela Corregedoria-Geral da Justiça no âmbito de todo o 1º Grau, abaixo o demonstrativo, em gráficos, das despesas permanentes de caráter continuado, serviços prestados pelas empresas: CAEMA, SAAEs, CEMAR, OI FIXO e EMBRATEL.

EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL
CEMAR	444.814,87	473.147,55	525.870,12	487.518,02	529.089,84	570.923,37	556.796,68	617.694,01	707.453,54	742.033,71	711.513,88	609.311,89	R$ 6.976.167,48
CAEMA	50.136,44	54.810,34	49.468,07	50.845,96	56.429,24	49.962,49	40.479,20	42.174,69	42.150,72	39.861,63	36.911,45	36.520,04	R$ 549.750,27
SAAE	7.049,73	7.066,35	7.390,66	7.477,53	9.903,54	9.395,55	8.149,70	8.990,01	10.268,81	10.711,91	10.871,77	7.116,98	R$ 104.392,54
TELEFONIA FIXA*	48.178,70	54.606,69	55.245,57	53.128,22	49.190,27	58.822,71	63.513,25	69.326,76	62.170,48	51.959,76	46.269,96	43.262,67	R$ 655.675,04
TOTAL	550.179,74	589.630,93	637.974,42	598.969,73	644.612,89	689.104,12	668.938,83	738.185,47	822.043,55	844.567,01	805.567,06	696.211,58	R$ 8.285.985,33









*OI FIXO (AGRUPADA), OI FIXO (PIAUI), OI FIXO (CENTRAL TIMON) e EMBRATEL

Adiantamento

No ano de 2018, considerando o período de fevereiro a dezembro, foram 573 processos de adiantamento nas modalidades pronto pagamento (304 processos) e alimentação do Júri (269 processos).

A execução orçamentária segue demonstrada na tabela e nos gráficos abaixo.

2.1 DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO DE ATOS E REGISTROS

A principal forma de exteriorização no cumprimento das atribuições da Divisão de Expedição de Atos e Registros da CGJ dá-se com a expedição de documentos administrativos, tais como: portarias, certidões, informações, ofícios, memorandos e termos de exercício de juízes de direito.

As demandas são tratadas a partir das solicitações direcionadas a esta Divisão, requisitadas pelo sistema Digidoc (sistema de elaboração e tramitação de documentos e processos administrativos), bem como diretamente pelas autoridades superiores.

De acordo com informações extraídas do Sistema Digidoc, tem-se o resumo quantitativo da tramitação de processos administrativos e documentos (informações, memorandos, oficios, portarias, certidões, editais e termos de exercício) do ano de 2018, conforme abaixo:

PROCESSOS (DIGIDOC)	2018
Processos Abertos	3273
Processos Recebidos/ Entradas	1947
TOTAL	5220

EXPEDIENTES	2018
Informação	371
Memorando	29
Ofício	39
Portarias	5264
Certidão	05
Edital	02
Termo de Exercício	13
TOTAL	5723

2.2 DIVISÃO DE CADASTRO DA CGJ

A Divisão de Cadastro da Corregedoria executa suas atividades por intermédio dos sistemas informatizados do Tribunal de Justiça, tais como: DIGIDOC, MENTORH, PJe (processo judicial eletrônico) e CPTEC (cadastro eletrônico de peritos e órgãos técnicos ou científicos).

Em relação ao sistema MENTORH, realiza o cadastramento de documentos referentes a magistrados e servidores, a partir do registro de portarias encaminhadas pela Divisão de Expedição de Atos e Registros e pela Secretaria dos Juizados.

No setor são confeccionados os documentos administrativos, tais como certidões solicitadas pelos Juízes de Direito e partes interessadas; informações; ofícios e memorandos.

Ademais, realiza o cadastramento nos sistemas Processo Judicial Eletrônico-Pje, do plantão judicial do 1º Grau, e Peritus, de peritos e órgãos técnicos ou científicos.

Segue, abaixo, resumo quantitativo dos procedimentos, de acordo com informações extraídas dos Sistemas Digidoc, Mentorh, Pje e CPTEC:

PROCESSOS (DIGIDOC)	
Processos Abertos	77
Processos Recebidos/ Entradas	776
Processos Arquivados	378
Processos Encaminhado/ Saída	486
TOTAL	1.717

SISTEMA MENTORH(Portarias cadastradas)	
Divisão de Expedição de Atos e Registros	5.264
Juizados	460
TOTAL	5.724

EXPEDIENTES	
Certidão	129
Informação	3
Memorando	83
Ofício	36
Outros	100
Documentos arquivados	6.075
TOTAL	6.426

PASTAS FUNCIONAIS ATUALIZADAS (Sistema MENTORH)	
Magistrados	8
TOTAL	8

PLANTÃO JUDICIAL – PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE	
Unidades implantadas	70
TOTAL	70

CADASTRO ELETRÔNICO DE PERITOS E ÓRGÃOS TÉCNICOS OU CIENTÍFICOS-CPTEC	
Inscrições Deferidas	674
TOTAL	674

3. CONCLUSÃO

Este relatório apresentou as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Finanças e de Pessoal e as Divisões de Cadastro e de Expedição de Atos e Registros, no ano de 2018, o qual demonstra os esforços envidados por este setor no cumprimento de suas competências, atingindo e superando, satisfatoriamente, as metas planejadas, a fim de agregar bons serviços à Corregedoria-Geral da Justiça e, consequentemente, atender com excelência a todos os beneficiados pelos seus serviços.



COORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO
E APRIMORAMENTO DAS MEDIDAS
CAUTELARES PENAIS E EXECUÇÃO CRIMINAL

1) Competências, atribuições e vinculação:

Inicialmente, introduzimos o presente relatório com um breve resumo a respeito da criação, atribuições e vinculação desta unidade.

Em maio de 2013, com o advento do novo Regimento Interno da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, em cumprimento as metas recomendadas pelo Conselho Nacional de Justiça, no sentido de modernização de sua estrutura a fim de otimizar as atividades desempenhas, houve a implantação, além de outros, desta coordenadoria de orientação e aprimoramento as medidas cautelares penais e execução criminal.

As atribuições desta unidade estão definidas na Seção VIII, artigo 27 e incisos, da referida norma, e tem como incumbência precípua auxiliar e assessorar o Corregedor Geral de Justiça, juízes e demais membros do poder judiciário nas matérias envolvendo o Sistema Carcerário, Justiça Criminal e Execução Penal no Estado do Maranhão, buscando a adoção de medidas que visem, como o próprio nome sugere, orientar e aprimorar essas questões.

De acordo com a distribuição de setores contida no organograma da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, esta coordenadoria encontra-se vinculada ao gabinete dos juízes corregedores, sendo a rotina de trabalho basicamente a seguinte: os processos, documentos ou requisições são apresentados e devidamente analisados, após, remetidos ao gabinete dos juízes corregedores, onde o(a) magistrado(a) competente toma conhecimento e delibera sobre a respectiva demanda. Em seguida, retorna-se com as determinações para cumprimento.

Desta forma, desenvolvemos, através da confecção de ofícios, circulares e demais expedientes, sempre submetidos à apreciação e deliberação do Gabinete ao qual o presente setor encontra-se vinculado, trabalho de orientação e fornecimento de mecanismos para que magistrados, promotores, defensores públicos e representantes de outros órgãos possam garantir o cumprimento efetivo e célere das demandas oriundas do jurisdicionado.

2) Dos processos, procedimentos e atividades realizadas:

Quanto ao fluxo de processos e procedimentos que tramitaram neste setor, durante todo o ano de 2018, foram compreendidas demandas que versaram acerca de diversos assuntos, tendo esta coordenadoria atuado no cumprimento das diligências determinadas. Dentre as atividades desempenhadas podemos destacar:

1) Recebimento de relatórios de presos provisórios encaminhados pelos juízos das comarcas do interior e capital, sendo, em seguida, remetidos à divisão de estatísticas da CGJ para elaboração de levantamento estatístico;

2) Recebimento de relatórios de inspeções realizadas em delegacias, unidades prisionais e de centros destinadas ao cumprimento de medidas socioeducativas;

3) Recebimento de relatórios de atividades do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão, Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão (UMF), Promotorias especializadas e Defensoria Pública;

4) Cadastro no sistema *Promeritus* (responsável pelo gerenciamento de promoção e remoção de magistrado) da realização de inspeções em estabelecimentos prisionais pelos magistrados competentes;

5) Atendimento de solicitações/pedidos de providências quanto a(ao):

5.1) recambiamento de presos;

5.2) assuntos relacionados a audiências de custódia;

5.3) informações de andamentos processuais, expedição de certidões de trânsito em julgado, bem como folhas de antecedentes penais de acusados e situação prisional;

5.4) elaboração de atos, normatização, provimentos, regulamentações e afins acerca de matérias penais;

5.5) situações envolvendo crianças e adolescente em conflito com a lei, tais como: decisão comunicando internação dos menores infratores em cadeia pública; sindicância por não apresentação de adolescente em audiência; levantamento de dados referentes à capacidade projetada das unidades de cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de internação provisória e à taxa de ocupação efetiva;

5.6) Resolução de questões em razão da interdição do Hospital Nina Rodrigues;

5.7) atraso na apresentação de presos em audiências e sessões do Tribunal do Júri, bem como a não

apresentação dos mesmos;

5.8) devolução de inquéritos policiais e processos;
5.9) devidas expedições de guias de execução bem como de acolhimento;
5.10) Superlotação carcerária;
5.11) possibilidade instalação de Vara;
5.12) implantação de ferramenta para viabilizar audiências criminais por meio de videoconferências;
5.13) Não cumprimento de mandatos/expedientes pelo setor responsável;
5.14) Ausência de local apropriado para cumprimento de prisões civis em decorrência do inadimplemento de pensão alimentícia.

6) São tratados também assuntos relativos a(ao):
6.1) encaminhamento de expedientes dispondo sobre a proibição de recebimento de presos oriundos de comarcas ou Estados diversas, bem como decisões de interdições (totais ou parciais) de unidades prisionais;
6.2) demandas envolvendo medidas de segurança e de internação;
6.3) reclamações contra magistrados, autoridades policiais;
6.4) requerimentos de consultas a sistemas a fim de localização de acusados;
6.5) solicitação de realização de Mutirão Carcerário nas Comarcas;
6.6) pedidos de informações e autorização para acesso aos sistemas;
6.7) formulação de consultas e esclarecimentos quanto a interpretação de legislações e atos normativos;
6.8) implantação do Sistema SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificada);
6.9) Cumprimento de determinações do STJ, STF, bem como CNJ.

7) Participação em eventos:
7.1) Presença em reunião com a juíza auxiliar do CNJ para tratar de assuntos concernentes a mulheres presas grávidas e lactantes, com visitação na Penitenciária feminina desta Capital;
7.2) Atuação no mutirão de cadastros no sistema BNPM 2.0 (Banco Nacional de Mandados de Prisão), nos períodos de 23/03/2018 a 13/04/2018 e 10 a 25/05/2018.
7.3) Participação na "Força Tarefa para atuação na Central de Mandados", nos períodos de 17/09/2018 a 17/10/2018.
7.4) Cooperação no Casamento Comunitário de São Luís, que aconteceu no dia 22/09/2018.

QUANTITATIVO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS QUE TRAMITARAM NESTA COORDENADORIA NO ANO DE 2018 (Fonte: Digidoc)

PROCESSOS	
Processos Abertos	197
Processos Recebidos/Entradas	483
Processos Arquivados	219
Processos Encaminhados/Saídas	474
TOTAL	**1.373**

DOCUMENTOS	
Documentos criados – Movimentação de Processo	**Total: 804**

Sendo estas as informações que, por ora, reputamos pertinentes, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

MARCELA TEÓFILO DE ALMEIDA
Coordenadora de Orientação e Aprimoramento das Medidas Cautelares Penais e Execução Criminal



COORDENADORIA DE RECLAMAÇÕES E PROCESSOS DISCIPLINARES

INFORMAÇÕES GERAIS

Corregedor-Geral da Justiça - biênio 2018/2019: Des. Marcelo Carvalho Silva

Coordenadoria de Reclamações e Processos Disciplinares

Coordenadora: Fátima Maria Pereira Cardoso

Secretária da Coordenadora: Maryellen Monteiro Sousa

Servidores lotados na Coordenação: Anie Graziela Oliveira Santos, Giselle Régia Campos Martins Penha, Maria Gorete Moura da Silva, Maria de Lourdes Zuniga de Melo e Renata Santos Araújo.

Atribuições da Coordenadoria dispostas no Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça, na Seção VII, art. 26, de 15/04/2013:

Art. 26. A Coordenadoria de Reclamações e Processos Disciplinares é responsável pelas reclamações e processos disciplinares relacionados aos juízes de direito e servidores da Justiça de Primeiro Grau, competindo-lhe, ainda:

I - receber e processar as reclamações, representações e demais documentos encaminhados à Corregedoria Geral, relativas aos juízes e servidores da Justiça de Primeiro Grau e serventuários extrajudiciais;

II - prestar informações solicitadas, inclusive sobre a movimentação, localização ou solução dos processos relacionados aos juízes de direito e servidores da Justiça de Primeiro Grau e serventuários extrajudiciais, mantendo o necessário sigilo;

III - providenciar, quando necessário, o traslado de processos, representações, reclamações e outros documentos, que tramitarem em meio físico, entre a Corregedoria Geral e o Tribunal de Justiça;

IV - processar representação contra servidor quando instaurado o procedimento administrativo pelo corregedor-geral da Justiça;

V - remeter correspondência externa dos inquéritos, sindicâncias, processos administrativos e outros documentos preparados para expedição, encaminhados pelas unidades internas 34 Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão da Corregedoria Geral;

VI - organizar o esquema de trabalho e controlar a respectiva frequência dos servidores lotados no setor;

VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

QUANTITATIVO DE PROCESSOS DILIGENCIADOS NA COORDENADORIA NO ANO DE 2018.

- Representações/Reclamações/Sindicâncias contra Magistrados:

2018			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
128	04	99	**231**

PROCESSOS REMANESCENTES DE GESTÕES ANTERIORES			
2013			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
01	00	01	**02**
2014			

TRAMITANDO	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
03	00	02	**05**
2015			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
04	00	02	**06**
2016			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
04	02	07	**13**
2017			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
14	02	56	**72**
TOTAL DE PROCESSOS MOVIMENTADOS NO ANO DE 2018 - 329			

* dados atualizados em 23/01/2019

- Representações/Reclamações/Sindicâncias/Processos Administrativos Disciplinares contra Servidores do 1º Grau:

2018			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
42	07	66	**115**

PROCESSOS REMANESCENTES DE GESTÕES ANTERIORES			
2011			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
00	00	01	**01**
2014			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
00	00	01	**01**
2016			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
01	00	02	**03**
2017			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
06	02	12	**20**
TOTAL DE PROCESSOS MOVIMENTADOS NO ANO DE 2018 - 140			

* dados atualizados em 23/01/2019

- Representações/Reclamações/Sindicâncias/Processos Administrativos Disciplinares contra Delegatários de Serventias Extrajudiciais:

PROCESSOS 2018			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR E/OU COMARCA**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
40	16	18	**74**

PROCESSOS REMANESCENTES DE GESTÕES ANTERIORES			
2017			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR E/OU COMARCA**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
69	36	22	**127**
2016			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR E/OU COMARCA**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
16	04	06	**26**
2015			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR E/OU COMARCA**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
06	01	03	**10**
2014			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR E/OU COMARCA**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
01	01	02	**04**
2013			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR E/OU COMARCA**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
01	00	00	**01**
2011			
TRAMITANDO	**ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR E/OU COMARCA**	**ARQUIVADOS**	**TOTAL**
01	02	00	**03**
TOTAL DE PROCESSOS MOVIMENTADOS NO ANO 2018 - 245			

* dados atualizados em 23/01/2019



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1 – APRESENTAÇÃO

Este relatório tem a finalidade de apresentar as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de Primeiro Grau da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão.

2 – DAS ATIVIDADES REALIZADAS

2.1 – DO PLANO DE GESTÃO DO BIÊNIO 2018-2019

O Plano de Gestão foi elaborado com a finalidade nortear a atuação da Corregedoria Geral da Justiça no Biênio de 2018-2019, por meio da fixação de objetivos estratégicos, metas e ações para a consecução dos Macrodesafios definidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Com o objetivo de conciliar continuidade e inovação, foram mantidas relevantes ações de gestões anteriores ao passo que foram lançados novos projetos na busca do aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

2.2 – DOS PROGRAMAS E PROJETOS ELABORADOS

2.2.1 – PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DA TAXA DE CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL NA JUSTIÇA ESTADUAL

O Projeto tem como objetivo desenvolver ações que possam contribuir para a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual.

A partir do diagnóstico das unidades judiciais são identificadas as unidades mais sobrecarregadas e/ou com as maiores taxas de congestionamento, para que sejam planejadas ações de aprimoramento da gestão judicial que contribuam para o aumento da qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados.

a. Das Visitas Estratégicas Realizadas

Como desdobramento e forma de atuação do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual foram propostas visitas estratégicas a serem realizadas nas unidades judiciais previamente selecionadas pelo critério dos grupos de metas estabelecido no Provimento CGJ nº 02/2018.

As visitas têm como objetivo conhecer *in loco* a realidade das unidades judiciais, identificando as principais dificuldades que impactam no adequado funcionamento, bem como planejar ações de melhorias efetivas das rotinas diárias executadas, possibilitando a prestação de um serviço judicial de qualidade, com eficiência, eficácia e efetividade.

Antes da realização das visitas estratégicas, é elaborado o Diagnóstico da Unidade Judicial (DUJ), sendo este composto por variáveis que possibilitam a análise e identificação de problemas e, consequentemente, a tomada de decisão da atuação da Corregedoria Geral da Justiça.

Nas visitas, servidores da Corregedoria executam atividades de capacitação e orientações com a secretaria e o gabinete, abordando as rotinas e a gestão judicial, enfatizando a gestão de processos judiciais por meio da utilização do sistema Termojuris, as metas de produtividade e fluxos e rotinas de secretaria judicial.

Também são coletadas informações sobre a realidade da unidade judicial para que seja elaborado o Relatório de Visita Estratégica (RVE), e, ao final, seja entregue ao magistrado, bem como posteriormente direcione a execução das ações propostas pela Corregedoria Geral da Justiça.

Nas unidades que possuem quadro satisfatório de servidores é elaborado um plano de ações preparatórias que deve ser executado pela unidade judicial, tendo como supervisor o secretário judicial da unidade, e quando diagnosticada a necessidade de outras ações corretivas e de apoio, receberá auxílio da Corregedoria Geral da Justiça por meio da atuação do Núcleo de Apoio a Unidade Judicial (NAUJ). Quando é constatado que a unidade possui problemas gerenciais e/ou necessita de aperfeiçoamento da gestão, é elaborado um planejamento de forças-tarefas para a unidade judicial.

Nesta perspectiva, foram realizadas um total de 23 (vinte e três) visitas estratégicas em Comarcas do Maranhão e atendidas 47 (quarenta e sete) unidades judiciais

COMARCA	PERÍODO
Açailândia	07 a 09/08/2018
Amarante do Maranhão	15 a 16/05/2018

Bacabal	13 a 15/08/2018
Barra do Corda	30 a 31/10/2018
Barreirinhas	09 a 10/04/2018
Brejo	04 a 05/10/2018
Carolina	17 a 19/12/2018
Caxias	17 a 18/09/2018
Chapadinha	01 a 03/10/2018
Coelho Neto	19 a 29/09/2018
Grajaú	28 a 29/11/2018
Matões	08 a 20/04/2018
Montes Altos	17 a 18/05/2018
Parnarama	09 a 10/05/2018
Pinheiro	10 a 13/07/2018
Santa Helena	18 a 19/04/2018
Santa Luzia do Paruá	05 a 06/06/2018
São Bento	16 a 17/04/2018
São Mateus	26 a 27/03/2018
Timon	12 a 14/09/2018
Tutóia	28 a 30/05/2018
Vargem Grande	11 a 12/04/2018
Vitória do Mearim	07 a 08/06/2018

2.2.1.1 – NÚCLEO DE APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS – NAUJ

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais - NAUJ, instituído por meio do Provimento nº 20/2018, tem por objetivo implementar ações de apoio e de orientações às unidades judiciais da justiça de primeiro grau.

Foram definidas como atribuições do Núcleo: auxiliar a unidade jurisdicional atendida, contribuindo para que os feitos sejam impulsionados, mediante a análise e a consequente movimentação dos processos; apresentar sugestão de padronização de rotinas e fluxos processuais, contribuindo para otimizar a tramitação dos processos nas secretarias judiciais e nos gabinetes; e organizar e coordenar a realização de forças-tarefas.

Por determinação do Corregedor-Geral da Justiça, e com a finalidade de abranger maior número de Comarcas do Estado, foram estruturadas duas frentes de trabalho: uma para a Comarca da Ilha e outra para o interior do Estado.

2.2.1.1.1 DOS RESULTADOS

a. Da Comarca da Ilha

Foram realizados mutirões de análise processual na 7ª Vara Cível de São Luís e na 2ª Vara Criminal de São José de Ribamar no mês de dezembro de 2018.

Nos referidos períodos, foram proferidas 305 sentenças, 10 decisões e 21 despachos.

b. Das Comarcas do interior

Foi realizado mutirão na Secretaria Judicial da Comarca de Barreirinhas em 15 a 19 de outubro de 2018 para implantação de modelo padrão de gestão dos serviços judiciários, período em que 8.352 processos foram localizados no Themis PG e cadastrados os atos praticados nos processos físicos, e 539 processos foram movimentados e encaminhados à apreciação do Ministério Público.

Todos os processos foram organizados e identificadas com etiquetas, facilitando a rápida visualização e permitindo melhor acesso ao acervo processual em tramitação.

2.2.1.2 – SEMANA DA BAIXA PROCESSUAL

A Semana de Baixas Processuais foi instituída pelo Provimento CGJ nº 10/2018, com a finalidade de concentrar esforços para a redução do estoque de processos e da taxa de congestionamento de baixa das unidades do Estado, em detrimento de uma prestação jurisdicional mais célere.

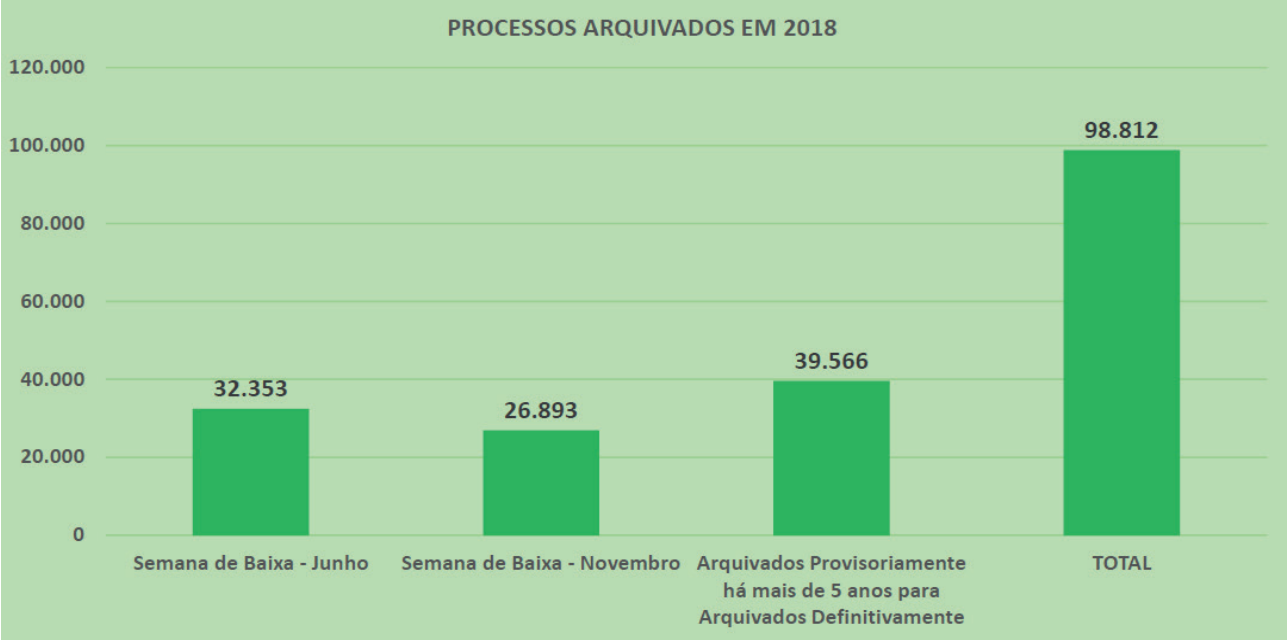
Durante uma semana nos meses de junho e novembro de 2018, foi determinada a realização de mutirões para análise de processos julgados e não baixados, com o objetivo de realizar o arquivamento daqueles com trânsito em julgado, remessa ao órgão devido ou expedição de Certidão de Débito a ser encaminhada ao FERJ para em seguida efetuar a baixa do processo judicial.

2.2.1.2.1 DOS RESULTADOS

Na primeira semana de baixa, realizada no período de 11 a 15 de junho, foram baixados um total de 32.353 processos, sendo 27.002 julgados e 5.351 não-julgados.

Na segunda semana de baixa, realizada no período de 26 a 30 de novembro, foram baixados um total de 26.893 processos, sendo 23.373 julgados e 3.520 não-julgados.

Assim, foram registrados o total de 59.246 processos baixados nas Semanas de Baixas Processuais realizadas no ano de 2018. Esse número, somado às baixas dos processos com o status "arquivado provisoriamente" há mais de 5 anos, realizadas com o objetivo de corrigir distorções no acervo geral das unidades judiciais e evitar alterações estatísticas, resultou em 98.812 processos baixados.



2.2.1.3 – SELO UNIDADE EM BUSCA DA EFICIÊNCIA

O Selo "Unidade Destaque Em Baixa Processual" foi instituído por meio do Provimento CGJ nº 11/2018 para reconhecer o desempenho das unidades judiciais de 1º grau no que se refere à diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual, como forma de estimular os esforços empreendidos por magistrados e servidores ao final de cada ano.

O Selo contempla as categorias Ouro (taxa de congestionamento menor ou igual a 50%), Prata (taxa de congestionamento acima de 50% até 60%) e Bronze (unidades que não se enquadram nas faixas acima indicadas mas que conseguirem reduzir o percentual da taxa de congestionamento em pelo menos 10% no período de apuração). O Selo será concedido de acordo com a Taxa de Congestionamento apurada ao final de cada ano, após levantamento dos resultados pelos sistemas de informação processual.

A instituição do Selo "Unidade Destaque Em Baixa Processual" considerou, entre outros, a Política Nacional de Atenção Prioritária da Justiça de 1º Grau, o Planejamento Estratégico da Corregedoria, as metas anuais de produtividade e o papel da Corregedoria Geral da Justiça de zelar pelo aprimoramento da Justiça de 1º Grau.

2.2.1.3.1 DOS RESULTADOS

Após apuração das taxas de congestionamento de baixa processual das unidades judiciais, 24 unidades alcançaram a categoria ouro, 22 unidades alcançaram a categoria prata e 35 alcançaram a categoria bronze, totalizando 78 unidades premiadas.

Será realizada uma solenidade para entrega dos certificados às unidades premiadas no dia 22 de fevereiro

de 2019 no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa.

UNIDADE	TAXA DE BAIXA EM 30/11/2018	SELO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	31,11%	OURO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE CHAPADINHA	36,60%	OURO
2ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	38,27%	OURO
10º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	38,73%	OURO
5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	41,07%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BALSAS	41,08%	OURO
9º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	43,43%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	43,92%	OURO
2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	45,14%	OURO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PINHEIRO	46,26%	OURO
2º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	46,52%	OURO
1ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	46,59%	OURO
2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	46,72%	OURO
1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	47,20%	OURO
1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	47,82%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	47,92%	OURO
7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	48,07%	OURO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE CURURUPU	48,29%	OURO
2ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	48,37%	OURO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BERNARDO	49,30%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	49,74%	OURO
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE TIMON	50,67%	PRATA
3º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	50,83%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE PEDREIRAS	51,51%	PRATA
5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	51,51%	PRATA
4ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	52,51%	PRATA
2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	52,68%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE TIMON	55,60%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	56,06%	PRATA
13º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	56,66%	PRATA
14º JUIZADO CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	56,72%	PRATA
1ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	56,79%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CAXIAS	57,48%	PRATA
3ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	58,38%	PRATA
2ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	58,40%	PRATA
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	58,60%	PRATA
3ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	58,62%	PRATA
8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	58,84%	PRATA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	59,04%	PRATA
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE CAXIAS	59,14%	PRATA
4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	59,35%	PRATA
3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	59,69%	PRATA
2ª VARA DA COMARCA DE PORTO FRANCO	59,76%	PRATA

UNIDADE	TAXA DE BAIXA EM 01/01/2018	TAXA DE BAIXA EM 30/11/2018	REDUÇÃO	SELO
4ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	94,55%	70,16%	-25,80%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	83,68%	64,76%	-22,62%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE TURIAÇU	87,37%	68,36%	-21,75%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA LUZIA DO PARUÁ	81,42%	63,96%	-21,45%	BRONZE
12º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	84,75%	66,95%	-21,01%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE BURITICUPU	84,89%	69,36%	-18,29%	BRONZE
6ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	76,51%	62,87%	-17,82%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE CÂNDIDO MENDES	80,11%	65,90%	-17,74%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PAULO RAMOS	90,86%	74,84%	-17,63%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE GRAJAÚ	82,11%	68,14%	-17,02%	BRONZE
12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	78,95%	65,59%	-16,92%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTO PARNAÍBA	82,58%	68,78%	-16,71%	BRONZE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	99,92%	83,24%	-16,70%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	83,90%	70,75%	-15,68%	BRONZE
VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE TIMON	76,76%	65,10%	-15,20%	BRONZE
1º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DO CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	71,91%	61,48%	-14,51%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	75,17%	63,97%	-14,90%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDARÉ MIRIM	83,00%	71,55%	-13,79%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE SANTA HELENA	86,57%	74,75%	-13,66%	BRONZE
AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR	100,00%	86,57%	-13,43%	BRONZE
3ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	99,81%	86,42%	-13,42%	BRONZE
1ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	80,80%	70,06%	-13,29%	BRONZE
3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	82,75%	72,20%	-12,76%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE TIMBIRAS	77,63%	68,05%	-12,34%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA	81,38%	71,49%	-12,15%	BRONZE
6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	72,94%	64,10%	-12,11%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE VITÓRIA DO MEARIM	93,34%	82,06%	-12,08%	BRONZE
1ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	86,00%	76,03%	-11,58%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE VITORINO FREIRE	83,08%	73,71%	-11,29%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARUTAPERA	80,50%	71,62%	-11,03%	BRONZE

4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	86,56%	77,36%	-10,63%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	83,52%	74,80%	-10,44%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DOS PATOS	77,34%	69,31%	-10,38%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE ZÉ DOCA	75,30%	67,60%	-10,23%	BRONZE
1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAXIAS	73,71%	66,30%	-10,07%	BRONZE

2.2.2 – PROJETO "FALA AÍ, JUIZ"

O Conselho Nacional de Justiça definiu como um dos objetivos estratégicos do Macrodesafio "Garantia dos Direitos da Cidadania", para cumprimento no período de 2015 a 2020, a ampliação do acesso do cidadão ao Poder Judiciário Estadual visando democratizar a relação com os órgãos judiciais.

Nesse sentido, foi idealizado o projeto "Fala aí, Juiz", o qual tem como finalidade esclarecer posicionamentos judiciais que, frequentemente, não são bem compreendidos, utilizando linguagem simples e de forma genérica, à população em geral.

Este projeto consiste em entrevistas realizadas em espaços públicos, possibilitando que um juiz que tenha afinidade com a matéria a ser discutida, esclareça as dúvidas da sociedade.

Ao longo do ano de 2018 foram produzidos 7 vídeos com abordagem sobre os seguintes temas: Lei Maria da Penha; Saída Temporária e Execução Penal; Ações de Improbidade Administrativa; Adoção; Direito de Família; Conciliação e; Divórcio.

2.2.3 – PROJETO DAS CENTRAIS DE CUMPRIMENTO DE ATOS JUDICIAIS

O projeto tem por objetivo unificar as secretarias judiciais, concentrando em uma só estrutura a realização dos serviços de secretaria para cumprimento de despachos, decisões e sentenças exarados em processos eletrônicos, permitindo que os servidores das secretarias das unidades atendidas impulsionem somente os processos físicos.

As centrais de cumprimento de atos judiciais devem ser instaladas nas sedes dos polos judiciais, atendendo as demais unidades que os integram, possibilitando, assim, a otimização de recursos físicos, a implantação de nova metodologia com a padronização dos processos e das rotinas de trabalho, melhorias no ambiente organizacional das unidades, além do aumento da produtividade dos servidores.

O projeto está em fase de verificação de disponibilidade orçamentária para a sua implantação.

2.2.4 – PROJETO DAS SECRETARIA JUDICIAL ÚNICA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS

Considerando os exitosos resultados obtidos com a instalação a Secretaria Judicial Única das Varas da Fazenda Pública da Comarca da Ilha de São Luís, o Corregedor Geral da Justiça determinou a continuidade do projeto, com a criação e implantação da Secretaria Judicial Única das Varas Cíveis da Comarca da Ilha de São Luís.

O projeto da Secretaria Judicial Única visa reunir em uma só Secretaria Judicial o cumprimento e execução das determinações judiciais proferidas nos processos judiciais eletrônicos que tramitam nas Varas Cíveis da Comarca da Ilha, com a finalidade de reduzir o índice de congestionamento processual e o acervo ativo das referidas unidades e aumentar a celeridade, eficiência e qualidade da prestação jurisdicional.

O Projeto encontra-se em fase de execução, de modo que vem sendo cumprido o cronograma estabelecido no Plano de Ação para implantação do Projeto.

2.2.5 – POLOS JUDICIAIS

Visando uma melhor distribuição e organização dos serviços administrativos como a necessidade de direcionamento da autuação dos juízes auxiliares da Corregedoria, bem como quanto à fiscalização, orientação e acompanhamento dos serviços judiciais e extrajudiciais nas comarcas pela Corregedoria Geral da Justiça, o Poder Judiciário de 1º Grau do Estado do Maranhão passou a ter 11 polos judiciais.

Os polos judiciais foram redefinidos por meio do Provimento CGJ nº 43/2018 e estabeleceu como novas sedes dos polos judiciais as comarcas de Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Chapadinha, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Pinheiro, Santa Inês, São João dos Patos, São Luís e Timon.

A medida considerou ainda requerimentos de juízes de comarcas do interior do Estado que relataram, durante reuniões realizadas com os membros da Mesa Diretora do Poder Judiciário, dificuldades em razão da distância entre as comarcas e as sedes dos polos aos quais pertenciam.

2.2.6 – PROJETO CASA DA JUSTIÇA

Projeto elaborado visando a facilitação do acesso à justiça a partir da descentralização dos serviços judiciais, com a instalação das unidades mais demandadas em locais estratégicos, de modo a receber as demandas de áreas com grande concentração populacional.

Com a iniciativa, busca-se a instalação novas unidades judiciais nos bairros da zona metropolitana de São Luís, de forma planejada, considerando o índice populacional e reduzindo tempo e custos com deslocamento, de modo aproximar o cidadão a justiça.

O piloto do projeto foi implantado em 2014, em prédio especialmente construído no campus da Universidade Federal do Maranhão, com capacidade para comportar até 10 unidades judiciais.

Atualmente a "Casa da Justiça Universitária" conta com um Juizado Especial instalado, onde tramitam aproximadamente 2.500 processos, com a possibilidade de ampliar o atendimento da população da área Itaqui-Bacanga, que conta com aproximadamente 300 mil pessoas. Há espaço disponível para a instalação de pelo menos, mais cinco unidades (por exemplo: Vara de Família, Vara Cível, Vara do Idoso, Juizado Especial Criminal) e oportunidade de vivências de extensão e de pesquisa aos estudantes de graduação e pós-graduação dos cursos de Direito, Serviço Social, Psicologia, entre outros.

2.3 – DOS SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO DE METAS E RESULTADOS – DESENVOLVIMENTO DE FUNCIONALIDADES

2.3.1 – SISTEMA PROMERITUS

O Sistema Promeritus tem como objetivo facilitar a coleta de dados funcionais dos magistrados para aferição da produtividade e do merecimento para fins de promoção, remoção e acesso ao segundo grau de jurisdição.

Essa ferramenta garante a segurança das informações, haja vista que os dados funcionais de cada magistrado são incluídos automaticamente nos processos. Além da segurança, este sistema permite maior celeridade na elaboração dos processos, bem como economia de material.

Dando continuidade ao projeto, a atual gestão tem realizado estudos para o desenvolvimento e implementação de funcionalidades nesse sistema, tais como:

a. Inclusão do número de despachos e de decisões interlocutórias, que representam grande parte da produção do magistrado;

b. Elaboração de tabela de correspondência de movimentações do sistema da Vara de Execução Penal e movimentações constantes no glossário do Conselho Nacional de Justiça, para que toda a produção na execução penal possa ser computada;

c. Inclusão do número de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, no lugar de número de processos com atraso injustificado;

d. Substituição da meta de julgamento pela meta de apreciação de todos os pedidos formulados durante o ano para as unidades com competência exclusiva para a execução penal;

e. Previsão do tempo médio para a prolação de sentença, contado a partir da chegada do juiz na unidade judicial;

f. Maior adequação aos termos da Resolução nº 106 do Conselho Nacional de Justiça;

g. Comparativo detalhado da produtividade do juiz com a produtividade do grupo de unidades similares;

h. Detalhamento do percentual atingido da meta fixada pela Corregedoria Geral da Justiça a cada ano;

i. Fixação dos limites referenciais máximos a serem observados na fixação da meta de audiências a serem realizadas;

j. Inclusão do campo unificado geral – 48 (quarenta e oito) meses, que informa o percentual de produtividade alcançado em todo o período de avaliação;

k. Inclusão do campo número de processos distribuídos proporcional ao tempo trabalhado, facilitando a elaboração da justificativa se não alcançado o percentual de 100% da meta fixada pela Corregedoria;

l. Inclusão do campo percentual de julgamento em reação ao número de processos distribuídos durante todo o período de avaliação.

Foi ainda elaborado o Relatório de Produtividade de Magistrado (RPM), instrumento que traça um perfil completo da atuação do juiz na unidade judicial.

2.3.2 - TERMOJURIS

O sistema TermoJuris foi criado na gestão da Desembargadora Anildes Cruz como parte do processo de modernização do Poder Judiciário do Maranhão, com o objetivo de instrumentalizar a informação, por meio da extração de dados qualitativos e quantitativos, possibilitando a tomada assertiva de decisões estratégicas.

Na atual gestão, foi dado continuidade ao projeto, com o desenvolvimento de funcionalidades com a extração de informações dos múltiplos sistemas, criando um grande banco de dados que possibilita às mais diversas áreas de "negócio" (Corregedoria, Unidades Judiciais, etc.) a capacidade analítica e de gestão.

Dentre as vantagens do projeto, podemos destacar a celeridade da compreensão dos dados, sustentação para a tomada de decisão, estratégias mais assertivas, maior eficiência operacional, redução de custos, redução dos riscos na tomada de decisão, resposta rápida e informações.

Cabe ressaltar, que estão sendo desenvolvidas novas funcionalidades para o perfil de Corregedoria, Magistrados, bem como criado um novo perfil para Secretário Judicial.

Das funcionalidades desenvolvidas pode-se destacar, o diagnostico de unidade judicial, extração de relatórios do acervo total, processos não julgados, processos conclusos (há mais e menos de 100 dias), aguardando movimentação em secretaria (há mais e menos de 100 dias), processos em carga, em vista, audiências, produtividade de magistrado (sentenças, decisões e despachos), diagnostico de unidade judicial, produtividade de servidor, barras de rolagem para acompanhamento das Comarcas com processos conclusos e aguardando movimentação em secretaria em todas Comarcas e unidades do Estado

3 – DOS PROVIMENTOS

Durante o ano de 2018, foram elaborados Provimentos com a finalidade de esclarecer e orientar a execução dos serviços judiciais e extrajudiciais. Nesse sentido, foram elaborados os seguintes provimentos:

a. Prov. 2/2018 alterado pelo Prov. 12/2018: dispõe sobre os critérios estatísticos para mensuração do volume de produção dos magistrados, estabelecendo metas de produtividade às unidades jurisdicionais, e dá outras providências

b. Prov. 10/2018 alterado pelo Prov. 40/2018: institui a Semana de Baixas Processuais, a ser realizada na segunda semana dos meses de junho e novembro de cada ano em todas as unidades do Poder Judiciário de 1º grau, constituída de mutirões para fins de baixa processual, devendo cada unidade informar o número de processos baixados só final de cada dia de trabalho.

c. Prov. 11/2018 alterado pelo Prov. 35/2018: institui o selo unidade destaque em baixa processual no âmbito da Justiça de 1º grau do Maranhão. O Selo visa reconhecer o desempenho das unidades judiciais de 1º grau, no que se refere à diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual.

d. Prov. 20/2018 alterado pelo Provimento: institui o Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais - NAUJ.

e. Prov. 43/2018: altera a divisão das Comarcas do Estado do Maranhão em Polos Judiciais.

f. Prov. 44/2018: estabelece o procedimento a ser observado pelos juízes durante o plantão judiciário em relação a adolescentes apreendidos em flagrante.



ASSESSORIA DE
INFORMÁTICA DA CGJ

1) Melhoria no Sistema AEGIS-D

Objetivo: Instalação de um sistema no depositário público

Situação atual: Em homologação já com todas as funcionalidades solicitadas.

_Mais campos de informações sobre os itens, dentre os quais o valor no momento da apreensão.

_Indexação de todos os acervos por meio de endereçamento hierárquico.

_Criação das abstrações rua, lote, altura e coluna para comportar o endereçamento hierárquico.

_Uso da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) como forma de classificar os itens e obter sua taxa de depreciação.

_Criação de indicadores financeiros (SELIC e IPCA) a ser realizado por servidores do novo perfil financeiro.

_Cálculo do valor atualizado dos itens no momento da consulta e da baixa, com base nos indicadores financeiros e na taxa de depreciação (esta última viável somente para veículos).

_Todo objeto passa a ser relacionado a somente um processo e, especificamente, um pólo passivo.

_Busca aos dados do processo no momento do cadastro do objeto, via acesso ao BI.

_Manutenção do "status" de cada processo associado a objeto, via carga diferencial do BI, de modo a detectar eventos que ensejem atos, por parte do magistrado, concernentes à destinação final dos bens, possibilitando a notificação das unidades judiciais quando da não ocorrência dos atos.

_Manutenção dos custos fixo e variável de cada unidade administradora, a ser cadastrado pelo novo perfil financeiro.

2) Melhoria no Sistema de gestão Termojuris

Objetivo: Disponibilizar Estatísticas da CGJ relacionadas à Justiça de 1º Grau, com dados consolidados e gráficos

- No menu Produtividade Magistrado, exportar sentenças, despachos e decisões de forma detalhada.
- No menu Audiências e Sessões do Júri, exportar audiências de forma detalhada.
- No menu Produtividade Servidor/Quantidade Movimentos Por Tipo Movimento, inserir campos data inicial e data final de forma que possibilite consultas em determinado período com datas abertas.
- No item de sentenças, descrever em sentenças com resolução de mérito, sem resolução de mérito e homologatórias de acordo.

Situação atual: em contínua melhoria

3) Melhoria nos relatórios do Sistema Promerithus

Objetivo: Disponibilizar Relatórios com maiores detalhes de informação para gestão dos dados da produtividade dos magistrados do 1º grau.

- Relatório de Aspectos quantitativos – com detalhes de tipo de sentenças
- Relatório de Aspectos quantitativos – com detalhes de natureza de sentenças

Situação atual: Em homologação aguardando o ok da Dra. Kariny

4) Apoio na implantação do Sistema BNMP 2.0 em todo o Estado 1ª grau e 2º grau

Objetivo: Orientar, apoiar e liberar acesso a todos os servidores ao uso do sistema

5) Apoio ao setor de Planejamento Estratégico e Estatística na elaboração dos relatórios das visitas técnicas

Objetivo: Gerar dados estatísticos

- Diagnóstico das Unidades Judiciais
- Produtividade de Juízes
- Planilhas de acompanhamento

6) Apoio de informática aos demais setores da CGJ

- Confecção de relatórios e extração de dados para instrução de processos no DIGIDOC e demais sistemas judiciais
- Apoio aos magistrados das comarcas do interior no fornecimento de informações pertinentes a suas respectivas varas.
- Dados estatísticos e metas mensais para juizados especiais.
- Relatórios das Correições ordinárias e extraordinárias
- Casamento Comunitário
- Link no portal da CGJ – Descarte de Processos Físicos
- Link no portal da CGJ – 1º Mega Leilão de Veículos
- Apoio nos relatórios para Descarte dos Processos Físicos



DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DOS JUÍZES

A **Divisão de Avaliação dos Juízes** é responsável pela avaliação, consolidação, encaminhamento e arquivo das informações dos juízes de direito, conforme Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça, tendo realizado no ano de 2018 as atividades que seguem:

1. Manter atualizado o cadastro do juiz em estágio probatório, que inclui pasta individual, ficha de avaliação, relatórios mensais e trimestrais e outros elementos úteis fornecidos à Corregedoria Geral da Justiça;
2. Acompanhar o juiz corregedor em visitas às unidades em que atuam juízes em estágio probatório;
3. Encaminhar aos juízes corregedores as informações e gráficos comparativos para compor os processos individuais de vitaliciamento de juiz. Ressalte-se que em 2018 foram vitaliciados 16 (dezesseis) juízes e que ainda têm 23 (vinte e três) sendo avaliados;
4. Identificar as divergências de informações contidas nos relatórios de vitaliciamento e repassar aos juízes corregedores;
5. Cadastrar e arquivar as informações colhidas junto à Escola Superior da Magistratura, no que concerne ao aproveitamento do juiz em todas as atividades promovidas durante o estágio probatório e outras informações de cursos promovidos pela Escola;
6. Cadastrar títulos/cursos recebidos/realizados por juízes no Promeritus (sistema de gerenciamento de promoção e remoção de magistrado);
7. Instruir processos de promoção, remoção e acesso ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;
8. Elaborar e publicar, com base nas informações recebidas, perfil funcional dos juízes;
9. Prestar informação em expedientes, quando a matéria for da competência desta divisão;
10. Analisar as informações fornecidas pela Divisão de Estatística, relacionadas à produtividade dos juízes, sugerindo aos setores competentes as providências cabíveis;
11. Receber e registrar os relatórios mensais encaminhados pelos juízes de direito que atuam em Varas de Execução Penal.

Por fim, apresentamos em anexo os dados correspondentes às atividades desenvolvidas por esta Divisão no ano de 2018.

ANEXO

DADOS RELATIVOS ÀS ATIVIDADES DESEMPENHADAS - ANO 2018

Nº	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	**Número total de processos recebidos**	**399**
2	Número de processos instruídos, relativos a **Promoção** de magistrados	104
3	Número de processos instruídos, relativos a **Remoção** de magistrados	70
4	Número de processos de **Vitaliciamento de Juiz**	35
5	Número de processos de **Certificados sobre Cursos Realizados por Magistrados**	104
6	Número de processos de **Produtividade de Magistrado Vitalício**	31
7	**Outros** processos movimentados pelo setor	55
8	Número de processos **arquivados** no setor	25
9	Número de **Certidões** criadas	41
10	Número de **Despachos** criados	105
11	Número de **Ofícios** criados	198
12	Número de **Memorandos** criados	103
13	Outros documentos criados	**13**

14	**Número total de documentos criados**	460
15	Número de **documentos arquivados** no setor	1.480
16	Número de **Relatórios Mensais de Atividades** Recebidos e Validados	21
17	Acompanhamento em visitas da Corregedoria em unidades em que atuam juízes em estágio probatório	15



DIVISÃO DE CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

DCI/CGJ no Ano de 2018

A Divisão de Correições e Inspeções da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão – DCI/CGJ, atualmente é composta e atua com o Chefe da Divisão de Correições e Inspeções, Sr. Wander Henrique Braga da Silva, matrícula 108.027 e duas servidoras: Sra. Renata de Cássia Lobo Seguins Melo, matrícula 185.975 e Sra. Julianne Maria Cutrim Santos, matrícula 161.976. E como a DCI/CGJ também participa da realização de inspeções pelo interior do estado, efetivamente se mantém, durante as viagens, funcionando com apenas um servidor.

Descrição das atividades realizadas pela DCI/CGJ:

1. **Acompanhar os Processos Correições e Inspeções dos Juízes de Direito e Promotorias.**

Acompanhar realização de Correição e Inspeção Ordinária/Extraordinária pelos Juízes de Direito - recebimento de requisição no SISTEMA DIGIDOC, abertura de processo, alimentação do Sistema ATTENDE, elaboração de certidão e, consequente conclusão do processo para o gabinete dos juízes corregedores, recebimento de despacho, cumprimento de diligências apontadas no despacho, processo permanece no setor aguardando elaboração e envio do relatório por verificação do DIGIDOC - E-mail - AUDITUS, certificação e conclusão do processo para o juiz responsável pelo processo no ato da primeira conclusão para análise e nova deliberação. Recebimento, distribuição e acompanhamento dos pedidos de prorrogação do período de correição e inspeção dentro dos prazos determinados pelo art. 7º Resolução 24/2009, art.7, §3º.

2. **Acompanhar realização de Correição e Inspeção Ordinária/Extraordinária realizadas pela Equipe CGJ** - confecção de portaria, publicação, expedição de ofícios, notificações e devidas comunicações de acordo com a Resolução 24/2009, art. 21, § 1º, I, II e III; e § 2º, art. 27, bem como o § 7º do art. 27 da RESOL-GP-92016).

✓ **Para Correições Ordinárias e extraordinárias:** Comunicação da realização das correições ordinárias e extraordinárias realizadas pela CGJ com a elaboração individual de e-mail contendo as respectivas portarias, informações que serão requisitadas à secretaria na data da correição, bem como instruções de uso do THEMIS, lista dos 100 processos mais antigos retirada pelo setor no Sistema JURISCONSULT e posterior contato telefônico para confirmação do recebimento do e-mail para sanar quaisquer dúvidas sobre a preparação dos trabalhos correcionais conforme art. 17 da RESOL-GP-92016. Recepção e encaminhamento do relatório elaborado pela Assessoria Jurídica da CGJ, oficiando o Magistrado Titular da Vara correcionada sobre as recomendações e prazos a serem observados.

✓ **Para Inspeções Extraordinárias:** confecção e publicação no DJe da portaria instaurando a inspeção e definindo a data a ser realizada, elaboração de ofício para diversos setores (Ouvidoria, FERJ, Coordenadoria de Reclamações e Processos Disciplinares, Supervisão de Prestação de Contas para interinos), requisitando informações sobre os delegatários, abertura de processo de diárias, solicitação de transporte para a equipe de inspeção, elaboração das pastas com os documentos necessários à inspeção (questionário, portarias, relatório da última inspeção realizada, organização das respostas dos setores requisitados), levantamento de todas as informações relativas a serventia a ser inspecionada e posteriormente *in loco* averiguar, comparar e recolher provas documentais formulando conclusões para compor o relatório dentro do que determina a Resolução 024/2009 art. 41, art. 42.

✓ **Promoção/ Remoção/ Vitaliciamento/ Férias de Juízes:** recepção do processo e elaboração de certidão acerca da realização de correição e inspeção – pesquisa do AUDITUS, E-mail, ATTENDE, em atenção ao art. 8º da RESOL-GP- 92016 e art. 138 do Regimento Interno do TJMA.

✓ **Acompanhar Processos de Correição realizados na Promotoria:** encaminhamento de requisição, abertura de processo, certidão e conclusão para o gabinete dos juízes corregedores, recebimento do despacho/ diligência acostada nos autos, cumprimento e arquivamento do processo.

3. Atender solicitações dos Magistrados, Juízes Corregedores ou Juízes de Direito Titulares de Comarcas de todo o Estado.

◆ **Acompanhamento de Emails:** abertura diária, acompanhamento de solicitações.

◆ **Atendimento de dúvidas via telefone:** orientações, envios de documentos e auxílio no manuseio de alguns sistemas no que concerne às inspeções e correição ordinárias/extraordinárias aos Juízes de Direito e seus secretários judiciais (DIGIDOC e AUDITUS).

◆ **Suporte para as secretarias judiciais de todo o estado:** por contato telefônico, email ou malote digital, quanto a abertura das correições/inspeções ordinárias e/ou extraordinárias, elaboração dos relatórios, uso dos sistemas (DIGIDOC e AUDITUS), entre outras dúvidas.

◆ **Elaborar relatórios conforme pedido dos Juízes Corregedores:** pesquisa e elaboração de relatórios conforme a necessidade do Juiz Corregedor solicitante (Ex.: quantidade de relatórios de correições ordinárias recebidos em determinado período, quantidade de juízes que não enviaram relatório de inspeção

em determinado período, etc)

4. Outros expedientes:

◆ Acompanhamento e/ou alimentação diária dos Sistemas: AUDITUS, ATTENDE, DIGIDOC, PROMERITUS, JURISCONSULT, Malote Digital e E-mails - o setor possui dois e-mails: **divcorreicao_cgj** (para comunicações diversas com magistrados e outros setores) e **correinsp_cgj** (controle do sistema AUDITUS e, consequentemente, movimentação de processos de correições e inspeções).

Foram movimentados no Ano de 2018, um total de **307 e-mails de finalizações de Correições** e **285 de finalizações de inspeções.**

A DCI/CGJ participou também de viagens de Inspeção Extrajudicial Ordinária e Extraordinária para os seguintes municípios:

- **Rosário –** Serventia Extrajudicial do 1º Ofício de Rosário e Serventia Extrajudicial do 2º Ofício de Rosário.
- **Morros –** Serventia Extrajudicial de Morros.
- **Presidente Dutra –** Serventia Extrajudicial do 1º Ofício de Presidente Dutra e Serventia Extrajudicial do 2º Ofício de Presidente Dutra.
- **Chapadinha –** Serventia Extrajudicial do 1º Ofício de Chapadinha e Serventia Extrajudicial do 2º Ofício de Chapadinha.
- **Alto Parnaíba –** Serventia Extrajudicial do 1º Ofício de Alto Parnaíba
- **Imperatriz –** Serventias Extrajudiciais do 5º, 6º e o 7 º Ofícios.
- **Açailândia –** Serventias Extrajudiciais do 1º e 2º Ofícios.
- **Monção –** Serventia Extrajudicial de Monção.
- **Porto Franco –** Serventia Extrajudicial do 1º Ofício e Serventia Extrajudicial do 2º Ofício.
- **Presidente Juscelino –** Serventia Extrajudicial de Presidente Juscelino.
- **São Luís –** Serventia Extrajudicial do 4º Ofício de Notas.

Os Referidos Relatórios estão em fase de revisão e posterior entrega a Juíza Corregedora da Pasta, Dra. Jaqueline Reis Caracas.

No ano de 2018, a DCI/CGJ, atendendo aos Juízes Auxiliares da Corregedoria da Pasta do Judicial – Dra. Maria Francisca Gualberto de Galiza, Dr. Raimundo Moraes Bogéa e Dra. Stela Pereira Muniz Braga; e da Pasta do Extrajudicial - Dra. Jaqueline Reis Caracas, movimentou 3.880 processos, processos abertos 630, processos recebidos/entradas 1.300, processos arquivados 713, processos encaminhados/saídas 1.528 (informações retiradas dos relatórios do DIGIDOC).



DIVISÃO DE
ESTATÍSTICA

1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE ESTATÍSTICA

A Divisão de Estatística é responsável pelo levantamento dos dados estatísticos das unidades jurisdicionais e juízes, competindo-lhe, ainda:

I - atualizar, periodicamente, os sistemas de dados estatísticos relativos à Justiça de Primeiro Grau;

II - contribuir com dados e análises estatísticas para a definição de indicadores e metas de desempenho da Corregedoria Geral da Justiça e das unidades jurisdicionais;

III - elaborar, mensalmente, relatório comparativo entre as metas previstas e as realizadas pela Corregedoria Geral da Justiça, pelas unidades jurisdicionais de Primeiro Grau e pelos juízes, demonstrando, analiticamente, a evolução dos dados estatísticos;

IV - construir e calcular indicadores de desempenho e estatístico relativos às atividades da Corregedoria Geral da Justiça, das unidades jurisdicionais e dos juízes de direito, fazendo projeção para o período seguinte;

V - estabelecer critérios para o cálculo da mediana e do desvio padrão referente à produtividade das unidades jurisdicionais;

VI - controlar os dados estatísticos do movimento forense das unidades jurisdicionais enviados pela Divisão de Avaliação dos Juízes, encaminhando-os para análise dos juízes corregedores e do corregedor-geral da Justiça;

VII - providenciar o arquivamento da documentação relativa aos trabalhos da Divisão;

VIII - receber e registrar os relatórios encaminhados pelos juízes de direito, remetendo aos setores respectivos;

IX - prestar informação em processos quando a matéria se relacionar a sua área de atuação;

X - atender ao público, interno e externo, quanto a solicitações de informações estatísticas;

XI - apresentar os dados necessários para elaboração dos relatórios e estatísticas anuais;

XII - receber e registrar os relatórios e estatísticas advindos dos juizados especiais da capital e do interior e das turmas recursais;

XIII - organizar o esquema de trabalho e controlar a respectiva frequência dos servidores lotados no setor;

XIV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

2 DIVISÃO DE ESTATÍSTICA EM NÚMEROS

I PROCESSOS/2018

Relatório Estatístico de Movimentação de Processos

	Total
Processos Abertos	**489**
Processos Recebidos/Entradas	**243**
Processos Arquivados	**573**
Processos Encaminhados/Saídas	**152**
Total	**1457**

Fonte: Digidoc. Período: 01/01/2018 a 31/12/2018.

II DOCUMENTOS/2018

Relatório Estatístico de Movimentação de Documentos

	Total
Documentos Criados	19
Documentos Recebidos	418
Total	**437**

Fonte: Digidoc. Período de 01/01/2018 a 31/12/2018

III RELATÓRIOS RECEBIDOS, REGISTRADOS E ARQUIVADOS

Relatório	Total
Relatório Anual de Atividades	26*
Relatório de Presos Provisórios	119

IV TRIBUNAL DO JÚRI

Sessões do Tribunal do Júri designadas e comunicadas à CGJ, registradas e arquivadas.
Em 2018: 709 registros.

Sessões do Tribunal do Júri realizadas e comunicadas à CGJ, registradas e arquivadas.
Em 2018: 118 registros.

V RELATÓRIOS DE PRODUTIVIDADE DE MAGISTRADO

Relatório de produtividade de magistrado (promoção): 555
Relatório de produtividade de magistrado (Turmas Recursais): 58

VI OUTRAS ATIVIDADES

a) Cadastro e acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário
b) Cadastro e acompanhamento do Módulo Mensal de Produtividade-Justiça em Números
c) Elaboração das Metas Anuais de Produtividade CGJ-MA

VII INVENTÁRIO

RELAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS	
Tombamento nº.	Especificação
80837	Microcomputador hp Intel Core i5, Diretoria de Informática e Automação, 32160, Série BRJ703C43X
80836	Microcomputador hp Intel Core i5, Diretoria de Informática e Automação, 32117, Série BRJ703C3HZ
60400	Microcomputador Itautec Intel Pentium, Diretoria de Informática e Automação, 33669, Série 4007008700111
Sem tombo	Monitor hp
Sem tombo	Monitor hp
29457	Monitor Positivo, Patrimônio
29451	Impressora Samsung SCX5835NX, Série Z7DZBQBG3000NNJ
071507	Estabilizador Revolution SMS
058509 / 53049	Estabilizador Force Line
071504	Estabilizador Microsol
Sem tombo	Estabilizador Ragtech
Sem tombo	Poltrona giratória Giroflex com braços
058566	Cadeira giratória com braços
058553	Poltrona giratória Giroflex com braços
29277 / 071452	Cadeira giratória com braços

29342	Cadeira giratória Giroflex sem braços
Sem tombo	Cadeira
058507	Aparelho de telefone Intelbras
071509	Armário para arquivo
071508	Armário para arquivo
071502	Mesa de escritório
058510	Mesa de escritório
058505	Gaveteiro de 5 gavetas
052123	Ar condicionado Eletrolux
058504	Scanner Scan Snap S1500



DIVISÃO DE GESTÃO E CONTROLE DOCUMENTAL

Divisão de Gestão e Controle Documental

A Divisão de Gestão e Controle Documental é a unidade competente para receber, conferir, guardar, classificar e ainda, manter organizada toda documentação de fase intermediária e permanente (onde aguardarão o cumprimento dos prazos necessários à sua destinação final) do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, para fins de pesquisa e consulta consoante disposição da Lei nº 8.159/91, que trata sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e ainda a Lei º 12.527/11 que trata sobre o direito de acesso as informações públicas pelos cidadãos brasileiros.

O setor da Divisão de Gestão e Controle Documental é responsável por procedimento como arquivamento, desarquivamento, remessa e consulta de processos judiciais dos Juizados Especiais da Capital, das comarcas de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, bem como de processos e documentos de natureza administrativa da Corregedoria Geral da Justiça.

A equipe dessa divisão é composta de dois servidores e dois funcionários da terceirizada, dispomos de três salas sendo uma reservada aos advogados para consulta de processos. Nas dependências dessa Divisão, contamos com quatro computadores, duas impressoras, um escâner, e uma máquina de xerox.

O procedimento de arquivamento é solicitado via DIGIDOC, com numeração de caixas e dos processos, para a sua devida guarda. No ano de 2018 houve 216 arquivamentos na Divisão de Gestão e Controle Documental.

Da mesma forma, os pedidos de desarquivamento são solicitados via DIGIDOC pelos Juizados Especiais da Capital, pelas comarcas de São José de Ribamar, Paço do Lumiar, ou pela Corregedoria Geral da Justiça. No ano de 2018 houve 152 requisições para o setor.

Foram encaminhados ao setor 12 processos no ano de 2018, já documentos foram encaminhados 159, todos contados da data de 1 de janeiro de 2018 até o dia 30 de dezembro do mesmo ano.

No ano de 2018, sobre a orientação do Corregedor Geral realizamos o projeto de eliminação de processos arquivados, para tanto lançamos Edital com mais de 150 mil processos aptos para descarte, tudo em conformidade com o disposto no ***caput e § 2° do art. 2° e art. 3º***, todos da resolução **GP 112013 da CGJ/MA.**

No recinto da Divisão de Gestão e Controle Documental são realizadas consultas tanto para as partes, como para os advogados, podendo estes solicitar a reprodução de cópias dos processos. As despesas com a reprodução de documentos ou peças dos autos serão de responsabilidade do solicitante. O horário limite para atendimento ao público é até as 16 h e expediente interno até as 17 h.



SUPERVISÃO DE ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS SOB INTERINIDADE

As atividades da Supervisão de Análise de Prestação de Contas das Serventias Extrajudiciais sob Interinidade atualmente são realizadas tendo por base normativa a Resolução GP-15/2018 e o Provimento 06/2018 e suas alterações.

Cumpre ressaltar que até junho de 2018 a Supervisão de Análise de Prestação de Contas estava subordinada diretamente ao Gabinete do Diretor da Secretaria da CGJ e, em junho de 2018 foi vinculada à Coordenadoria das Serventias. A Supervisão encontra-se instalada fisicamente na sala da Divisão de Correição e Inspeção da CGJ, contando com um quadro 03 (três) servidores, sendo 02 (dois) efetivos e 01 (um) comissionado, para atender 101 (cento e uma) Serventias sob interinidade. Oportuno informar que apenas 02 (dois) desses servidores realizam o trabalho de análise de prestação de contas, orientação e atendimento aos delegatários interinos, ficando o servidor restante responsável pela recepção de e-mails, malotes e abertura de processos.

Em julho de 2018 houve a distribuição de 1.254 (mil duzentos e cinquenta e quatro) processos pendentes do exercício de 2017 para a Coordenadoria das Serventias, para que houvesse acesso aos servidores da Supervisão, visto que os mesmos encontravam-se distribuídos aos antigos servidores.

No exercício de 2018 foram emitidos 46 (quarenta e seis) pareceres para subsidiar decisão da Corregedoria em relação a análise de prestações de contas de interinos/interventores e solicitações de autorização de despesas; foram expedidas 25 (vinte e cinco) declarações de regularidade relativas aos anos de 2016 e 2017 (exercícios completos) de Serventias Extrajudiciais, cuja receita líquida foi inferior ao teto remuneratório, concluindo-se com o arquivamento dos respectivos processos.

Quanto à arrecadação, em 2018 foi feito o repasse de saldo excedente ao teto remuneratório de R$ 10.263.658,36 (dez milhões, duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos), até novembro de 2018.

Visando resolver a situação do acúmulo de processos de Prestação de Contas no DIGIDOC e cumprir as metas estabelecidas pelo CNJ em relação às Serventias Extrajudiciais vagas, a Supervisão de Análise de Prestação de Contas, em parceria com as Diretorias do FERJ e de TI/TJ, e a Divisão de Correições e Inspeções estão desenvolvendo o SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ONLINE, por meio da ampliação de módulos no sistema SIAFERJWEB.

No quadro abaixo, encontram-se relacionadas as atividades desenvolvidas com base na Resolução GP-15/2018, cujos trabalhos em curso vem sendo executados sem o incremento do fator humano.

Atividades da Supervisão de Prestação de Contas das Serventias Extrajudiciais sob Interinidade

Resolução GP-15/2018; Provimento 06/2018; Portaria-Conjunta 08/2018
PRESTAÇÃO DE CONTAS
1- Receber as prestações de contas dos interinos/interventores, por malote digital (excepcionalmente por e-mail) até o dia 10 (dez) de cada mês. Baixar toda a documentação anexa, criando pastas organizadas em diretórios da rede; Obs.: aproximadamente 100 processos/mês, com vários anexos para baixar.
2 - Cadastrar no sistema DIGIDOC as prestações de contas recebidas e seus anexos, transformando-os em processos;
3 - Realizar análise das prestações de contas; desconsiderar, para fins de registro na consolidação dos cálculos do DRM, comprovantes que não possuem valor fiscal e contábil, e verificar demais inconsistências (ausência de documentos, documentos ilegíveis, contratação de serviços e/ou aquisição de materiais/equipamentos sem autorização da CGJ etc), expondo o motivo de cada exclusão;
3 – Informar inconsistências aos Interinos/Interventores para saneamento em 5 dias úteis;
4 - Finalizar análise após resposta/retorno dos Interinos/Interventores. Confrontar os valores da arrecadação, dispêndio com Fatura de Selos e Papéis contido no Sistema Integrado do Ferj – SIAFERJ;
5 - Identificar, através do resultado obtido, se consta valor excedente ao teto remuneratório;
6 – a) Elaborar Parecer para fundamentar Decisão do Corregedor, quando apurado saldo excedente ao teto remuneratório a ser recolhido em favor do FERJ; b) Elaborar Declaração de Regularidade, quando Serventia não tiver saldo para recolhimento ao FERJ;
7 - Cadastrar documentos (pareceres, declarações, decisões) no sistema DIGIDOC e acompanhar o andamento dos processos;
8 – Encaminhar informações aos interinos/interventores sobre as decisões, bem como recolher assinaturas de comprovação da ciência da decisão;
9 – Salvar todas as informações na respectiva pasta da Serventia. Arquivar os processos das Serventias sem saldo a devolver ao FERJ;

10 – Inexistindo o recolhimento por parte do interino/interventor (que possui saldo a devolver), encaminhar o(s) processo(s) concluso ao gabinete dos juízes corregedores para manifestação a respeito de possível perda de interinidade, em caso de caracterização de evidência de quebra de confiança e má gestão;
11 – Dar baixa/arquivar no sistema os processos concluídos.
12 - Atualizar, mensalmente, relatório de arrecadação para envio ao FERJ, bem como, comunicar periodicamente quanto à regularidade no envio prestações de contas das serventias sob interinidade/ intervenção;
13 – Encaminhar os processos ao FERJ, órgão arrecadador do TJMA, em caso de inexistir o recolhimento, para pré-inscrição do débito do interino/interventor em dívida ativa.
14 – Manter atualizado arquivo dos contratos de locação das Serventias, bem como os documentos dos imóveis e das partes envolvidas nos contratos;
15 – Emitir Certidões quanto a situação de regularidade de envio de prestações de contas à Coordenação das Serventias; dentre outras atividades inerentes ao setor.
INVESTIMENTOS (INVENTÁRIO)
01 – Realizar levantamento de inventário das Serventias sob interinidade (bens móveis e equipamentos);
02 – Encaminhar inventários à Coordenação de Patrimônio para tombamento e controle dos bens pertencentes ao Poder Judiciário.
CERTIDÕES DE REGULARIDADE
01 – Receber, trimestralmente, Certidões de Regularidade (tributária, previdenciária, trabalhista etc) para fins de verificação da situação das Serventias sob interinidade;
02 – Verificada ausência ou pendências relativas às Certidões de Regularidade, informar o interino para saneamento;
03 – Em caso de irregularidade quanto às Certidões apresentadas, concluso ao gabinete dos juízes corregedores para manifestação a respeito de possível perda de interinidade, em caso de caracterização de evidência de quebra de confiança e má gestão.
AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS
01 - Receber as solicitações de autorização de despesas dos interinos/interventores, por malote digital (excepcionalmente por e-mail); e cadastrar processo no sistema DIGIDOC;
02 - Solicitar documentos pendentes e/ou esclarecimentos ao Interino para análise do pleito;
02 – Emitir Parecer sobre viabilidade financeira do pleito para fundamentar decisão do Corregedor, tendo por base a higidez financeira da Serventia.



METAS NACIONAIS DO SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

METAS NACIONAIS

A Corregedoria Nacional de Justiça editou em novembro de 2018 o Provimento nº 79, que institui a política institucional de Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial. Segundo o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, a finalidade do normativo é proporcionar mais eficiência e qualidade à atividade notarial e registral brasileira.

Segundo o provimento, as metas nacionais serão anuais e definidas no ano anterior ao cumprimento, no Encontro Nacional de Corregedores do Serviço Extrajudicial, a ser realizado em local e data definidos pela Corregedoria Nacional de Justiça.

As Corregedorias de Justiça de cada Estado poderão apresentar à Corregedoria Nacional, até o dia 31 de junho de cada ano, propostas de Metas Nacionais para o Serviço Extrajudicial. O cumprimento delas será aferido por meio de inspeções e/ou comunicação oficial do órgão correcional local.

A partir do I Encontro de Corregedores do Serviço Extrajudicial, realizado em dezembro de 2017, foram estabelecidas 20 metas nacionais para todas as corregedorias estaduais, a serem cumpridas em 2018.

A Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, até dezembro de 2018, cumpriu praticamente todas as metas estipuladas, restando ainda por cumprir apenas a Meta 07, que trata da implantação do Selo Eletrônico, em conjunto com a Presidência do TJMA, mas cujo projeto piloto já se encontra em andamento, com previsão de implantação definitiva em 2019. O Maranhão foi um dos dois estados da federação que conferiram maior efetividade às metas estabelecidas pelo CNJ, conforme divulgado no último ENGOGE de 2018.

As metas estabelecidas foram:

• META 01 – CRIAR NO ÂMBITO DA CORREGEDORIA EQUIPE DE SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELOS ASSUNTOS DOS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS COORDENADA POR UM JUIZ – Digidoc nº 59.025/2017 - CNJ nº 009806-93.2017.2.00.0000

• META 02 – IMPLANTAR CICLO DE CORREIÇÕES ORDINÁRIAS ANUAIS EM TODOS OS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO/DF, ATENTANDO PARA A SEGURANÇA TECNOLÓGICA E PREDIAL - Digidoc nº 59.024/2017 - CNJ nº 0009808-63.2017.2.00.0000

• META 03 – REALIZAR FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA NOS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS, EM ESPECIAL NOS SERVIÇOS GERIDOS POR INTERINOS. Digidoc nº 59028.2017

• META 04 – IMPLEMENTAR FISCALIZAÇÃO EFETIVA O FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES AO SIRC, SOBRETUDO QUANTO À QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES LANÇADAS PELOS DELEGATÁRIOS E PELAS CENTRAIS, APURANDO E DETERMINANDO AS RETIFICAÇÕES NECESSÁRIAS, BEM COMO INSTAURANDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR, SE FOR O CASO. Digidoc nº 59.029/2017 - CNJ nº 009818-10.2017.2.00.0000

• META 05 – REALIZAR FISCALIZAÇÃO EFETIVA NOS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS PRESTADOS PELOS DELEGATÁRIOS E PELAS CENTRAIS DE FORMA ELETRÔNICA, ESPECIALMENTE QUANTO À FIXAÇÃO DA TAXA ADMINISTRATIVA QUE ONERE O CIDADÃO EM OFENSA À TABELA DE EMOLUMENTOS FIXADAS EM LEI. Digidoc nº 59.030/2017 - CNJ nº 009820-77.2017.2.00.0000

• META 06 – FISCALIZAR A ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA JUSTIÇA ABERTA, APURANDO E DETERMINANDO AS RETIFICAÇÕES NECESSÁRIAS, BEM COMO INSTAURANDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM DESFAVOR DOS NÃO CUMPRIDORES DAS REGRAS. Digidoc nº 59.032/2017 - CNJ nº 009822-47.2017.2.00.0000

• META 07 – DESENVOLVER SELO DIGITAL COM A FUNCIONALIDADE QR CODE PARA TODOS OS ATOS PRATICADOS PELOS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAS, A FIM DE QUE O USUÁRIO POSSA ATESTAR A VALIDADE DO ATO E DE SEU CONTEÚDO, BEM COMO IMPLEMENTAR FUNCIONALIDADE PARA A FISCALIZAÇÃO E CORREIÇÃO REMOTA PELA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA. Digidoc nº 59.033/2017 - CNJ nº 009826-47.2017.2.00.0000

• META 08 – DISPONIBILIZAR AO CIDADÃO PÁGINA DO SITE DO TRIBUNAL COM TODAS AS INFORMAÇÕES SOBRE O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL, INCLUSIVE COM ÊNFASE NA TABELA DE EMOLUMENTOS, NORMATIVAS LOCAIS E DO CNJ, BEM COMO UM REPOSITÓRIO DE PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS SOBRE O TEMA. Digidoc nº 59.034/2017 - CNJ nº 009805-11.2017.2.00.0000

• META 09 – ENTABULAR COM A OUVIDORIA DO TRIBUNAL O DETALHAMENTO DAS RECLAMAÇÕES ACERCA DOS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS, APRESENTANDO, NO SITE DO TRIBUNAL, ESTATÍSTICAS TRIMESTRAIS. Digidoc nº 59.434/2017 - CNJ nº 009809-48.2017.2.00.0000

• META 10 – ENTABULAR COM AS ASSOCIAÇÕES E ÓRGÃOS PÚBLICOS CONVÊNIOS E COOPERAÇÕES TÉCNICAS NO INTUITO DE FOMENTAR ATIVIDADES AOS OFÍCIOS DA CIDADANIA (RCPN). Digidoc nº 59.437/2017 - CNJ nº 009812-03.2017.2.00.0000

• META 11 – REALIZAR ESTUDOS VISANDO À REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS PARA CRIAÇÃO, ANEXAÇÃO, DESANEXAÇÃO E EXTINÇÃO DE UNIDADES. Digidoc nº 59.038/2017 - CNJ nº 009816-40.2017.2.00.0000

• META 12 – REALIZAR CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO E REMOÇÃO DOS SERVIÇOS VAGOS HÁ MAIS DE 06 MESES, NOS TERMOS DA LEI. Digidoc nº 59.041/2017 - CNJ nº 009819-92.2017.2.00.0000

• META 13 – EXIGIR O CUMPRIMENTO DO TETO REMUNERATÓRIO PELOS INTERINOS, FISCALIZANDO E REVOGANDO A INTERINIDADE EM RELAÇÃO AOS NÃO CUMPRIDORES DAS REGRAS. Digidoc nº 59.435/2017 - CNJ nº 009823-32.2017.2.00.0000

• META 14 – INTERVIR JUDICIALMENTE NAS DEMANDAS QUE AFRONTAM O TETO REMUNERATÓRIO DOS INTERINOS, INCLUSIVE ATUANDO ATIVAMENTE DEMANDANDO À PGE E À AGU. Digidoc nº 59.441/2017 - CNJ nº 009825-02.2017.2.00.0000

• META 15 – REALIZAR LEVANTAMENTO DETALHADO DA EXISTÊNCIA DE NEPOTISMO NA NOMEAÇÃO DE INTERINOS NO SERVIÇO EXTRAJUDICIAL, REVOGANDO OS ATOS DE NOMEAÇÃO QUE AFRONTAM O PRINCÍPIO DA MORALIDADE. Digidoc nº 59.016/2017 - CNJ nº 009813-85.2017.2.00.0000

• META 16 – DETERMINAR E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 236, §3º DA CF/88 PARA SANEAMENTO DE UNIDADES QUE ESTEJAM COM DELEGATÁRIOS EM AFRONTA AO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO, DEVENDO DECLARA VAGOS OS SERVIÇOS DECORRENTES DE PERMUTA OU REMOÇÃO IRREGULARES. Digidoc nº 59.450/2017 - CNJ nº 009824-17.2017.2.00.0000

• META 17 – DETERMINAR E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NOS ARTS. 231, §6º DA CF/88 e 246, §§3º e 4º e 250, IV DA LEI N. 6.015/73 PARA QUE SEJAM DECLARADOS NULOS E INEFICAZES OS ATOS QUE TENHAM POR OBJETO A OCUPAÇÃO, O DOMÍNIO OU A POSSE DE TERRAS INDÍGENAS. Digidoc nº 59.044/2017 - CNJ nº 009827-69.2017.2.00.0000

• META 18 – DETERMINAR QUE SEJAM CANCELADOS ADMINISTRATIVAMENTE OS REGISTROS E MATRÍCULAS DE IMÓVEIS RURAIS NOS TERMOS DA LEI N. 6.739/1979 E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO. Digidoc nº 59.042/2017 - CNJ nº 009829-39.2017.2.00.0000

• META 19 – DETERMINAR E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NOS ARTS. 171, PARÁGRAFO ÚNICO, 195-A, §1º E 295, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 6.015/75, ENCERRANDO AS TRANSCRIÇÕES COM A CONSEQUENTE ABERTURA DE MATRÍCULA DE IMÓVEIS. Digidoc nº 59.039/2017 - CNJ nº 009830-24.2017.2.00.0000

• META 20 – REGULAMENTAR E ENCAMINHAR PROPOSTA DE LEI À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA QUE TRATE DAS ELEIÇÕES, REMUNERAÇÃO E ATUAÇÃO DE JUIZ DE PAZ, NA CAPITAL E NO INTERIOR EM OBSERVÂNCIA AO ART. 98, II DA CF/88. Digidoc nº 59.035/2017 - CNJ nº 009831-09.2017.2.00.0000

EXPEDIENTE

Equipe ASCOM CGJ
Juliana Mendes
Josy Lord
Márcio Rodrigo
Francisco Mesquita
Heider Lucena
Helena Barbosa
Jodeilse Mafra

FOTOS
ASCOM CGJ
Josy Lord
Ribamar Pinheiro
Núcleo do Fórum de São Luís

Núcleo do Fórum de São Luís
Valquíria Santana
Priscila Costa

Artes e Diagramação
Tiago Erre / ASCOM TJMA